

O Acontecimento na Estrutura

O Real da língua na teorização sobre o discurso:
a hipótese do inconsciente

por *Nina Virginia de Araujo Leite*

Tese apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Este exemplar é a redação final da tese defendida por NINA VIRGINIA DE ARAUJO LEITE

e aprovada pela Comissão Julgadora em

20.01.93

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Campinas - 1993

L536a

18815/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Agradecimentos

Este trabalho deve muito a alguns, motivo para que registre aqui a minha gratidão a

José Eduardo Teixeira Leite, pelo desafio que seu apoio, ajuda e estímulo constituíram;

Laura Frateschi S. Araujo, por ter acreditado sempre na sua realização;

José Nazar, pelo cuidado;

Paulo Ottoni, pelo gesto amigo;

Prof. Eduardo Guimarães, pelo livre pensar.

Professores Cláudia Lemos e Luiz Roberto Monzani, pelas valiosas sugestões e questionamentos.

Ao Pai,
pelo Nome.

Resumo

O presente trabalho realiza uma reflexão sobre a questão da subjetividade na linguagem, a partir da consideração da hipótese do inconsciente. São exploradas as noções de sujeito e de sentido na ideologia em suas articulações com o sujeito do desejo inconsciente, através da leitura crítica de alguns textos de Michel Pêcheux, tendo como referência a construção de uma noção de estrutura mobilizada pela leitura de Jacques Lacan.

Demonstra-se que a referência à Psicanálise se faz de forma diferenciada na obra de M. Pêcheux, argumentando-se que o ponto terminal da reflexão do autor indica a necessidade, nos estudos sobre o discurso, de construir uma noção de estrutura compatível com a consideração do real como contingência, a fim de aí incluir o acontecimento.

Sugere-se uma distinção de planos no estudo da subjetividade, contemplando as articulações em estudo na tese. A principal contribuição da presente reflexão reside no apontamento da necessária distinção da categoria do Outro na teoria, referindo quer a ordem do significante, fundamento do Simbólico, quer a dimensão do objeto, real inassimilável à ordem da língua, constituindo seu impossível.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Abstract

The present theoretical work presents a reflection on the question of the subjectivity in language, considering the hypothesis of the unconscious. The notions of subject and meaning (sense) in ideology are explored, together with their articulations with the subject of unconscious desire, through the critical reading of some of Pêcheux's works, having as reference the construction of a notion of structure taken into account by Lacan's theory. It is demonstrated that the reference to Psychoanalysis is differently made throughout Pêcheux's works, and it is argued that the terminal point of his reflections indicates the need, within discourse studies, of constructing a notion of structure coherent with the consideration of the category of the Real as contingency, in order to include the event within the structure.

It is suggested a distinction of planes in the study of subjectivity, taking into account the articulations under study in this work. The most important contribution of the present study resides in the indication of the necessary identification of the category of the Other within the theory, referring either to the significant order - viewed as the fundament of the Symbolic - or to the dimension of the object, unaccessible to the order of the language, constituting its impossible.

Índice

I.	Introdução	
	Da subjetividade como questão	3
II.	Psicanálise	
	1. Sobre o sujeito e o sentido	31
	2. Sobre o conceito de estrutura	51
	3. Sobre a lógica da estrutura e a questão do Real	
	3.1. Questões preliminares	88
	3.2. A lógica na episteme aristotélica	106
	3.3. A hipótese do Inconsciente e a lógica	116
III.	Análise do Discurso	
	1. O discurso na ideologia	134
	2. Da ideologia para o discurso	154
	3. Por uma análise não-subjetiva	170
	4. O quadro epistemológico	185
	5. O sujeito (enfim?) interpelado	213
	6. O acontecimento na estrutura	250
IV.	Considerações finais	282
	Referências Bibliográficas	295

Introdução

Da subjetividade como questão

Os trabalhos recentes em Linguística têm reconhecido, com vigor cada vez maior, a importância da questão da subjetividade na linguagem, tornando-se numerosos aqueles que se dedicam especificamente à discussão da noção de sujeito. Como evidência clara desta tendência, citamos o número 77 da revista Langages dedicado exclusivamente a este problema.

No campo específico da Linguística os trabalhos de Benveniste apresentam-se, se não como pioneiros, pelo menos como uma reflexão teórica interessada em avaliar não apenas o papel da subjetividade na linguagem, como também a importância desta na constituição do que ele denomina "sujeito". No texto "Da Subjetividade na Linguagem", publicado em 1958, formula a tese de que a propriedade fundamental da linguagem é a intersubjetividade.

"É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de "ego" "(pag. 286)

Sendo a subjetividade por ele definida como a capacidade do locutor de se propor como "sujeito", toda questão da subjetividade se resume àquilo que o autor enuncia como a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem, isto é, para ele o fundamento da subjetividade se determina pelo status linguístico de pessoa. Discordando ou não das afirmações de Benveniste, impõe-se que se explicita a que se refere o termo "sujeito" na sua teorização, ou ainda, o que a teoria supõe ser o referente designado pelo pronome "eu"? De que sujeito se fala aqui?

O artigo acima citado oferece uma definição precisa a partir da qual se pode delinear o estatuto suposto do sujeito aí implicado, vale dizer, posto em jogo pela instância do discurso. Segundo o autor:

"Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência." (pag. 286)

O "eu" do discurso indica então para Benveniste o sujeito, enquanto este se resume à certeza de sua consciência. O autor

se insere aqui numa certa tradição filosófica que formula e opera com a equivalência eu=sujeito=consciência. Deste modo, o estatuto do sujeito em questão na teoria de Benveniste se determina pelo exercício de uma função imaginária de unidade garantidora de suas certezas. O sujeito se resume aqui à imagem unificante que a consciência reflete, vale dizer, um objeto.¹

Importa destacar este ponto na medida em que o fundamento desta concepção resta profundamente abalado desde a descoberta freudiana do inconsciente, uma vez que a ordem aí instaurada escapa totalmente ao círculo de certezas no qual o homem pode se reconhecer como eu. O inconsciente indica justo o que escapa ao saber deste eu, não sendo por ele reconhecido. Instala-se assim uma maneira de pensar a subjetividade que descentra e desloca a equivalência eu=sujeito. O sujeito, desde a perspectiva freudiana do desejo inconsciente não coincide com o eu. Conforme a indicação de Lacan (1954-55) no Seminário 2, dedicado ao estudo da noção do eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise,

"A ordem instaurada por Freud prova que a realidade axial do sujeito não está no seu eu." (pag. 61)

Há autores que se debruçam sobre o campo teórico da Psicanálise, supostamente estranho a sua disciplina, na busca de

uma articulação que permita incluir nos estudos da linguagem aquilo que foi recalcado - a questão do sujeito e do sentido - no momento inaugural de nascimento da Linguística como ciência. Pêcheux, entre eles, assegura à Psicanálise um lugar privilegiado no quadro epistemológico que delineia como programático para uma teoria do discurso, na medida em que afirma a necessidade de uma teoria do sujeito, de natureza psicanalítica, como seu fundamento.

O quadro epistemológico apresentado por Pêcheux e Fuchs (75) como necessário para situar a reflexão sobre a relação entre a Linguística e a Teoria do Discurso constitui-se basicamente da articulação de três regiões do conhecimento científico:

- 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

O ponto mais importante para a presente reflexão é apresentado pelos autores da seguinte maneira:

"Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)."

(pag. 8)

Interessa-nos especificamente derivar desta afirmação as consequências para uma teoria do discurso e com isto elaborar algumas possibilidades para se pensar o estatuto da Psicanálise no interior deste projeto.

Que o recurso à Psicanálise tenha se tornado frequente em várias disciplinas da assim chamada área das ciências humanas e sociais não deve nos eximir de requisitar uma justificativa, no plano epistemológico, deste recurso, uma vez que se verifica que, no que concerne à questão do sujeito, há várias indagações que se impõem.

De um lado, a concepção mesma de linguagem que subjaz às reflexões teóricas da Psicanálise e a de autores que discutem a questão no interior da Linguística. Há coincidência entre estas concepções? Por outro lado, de que sujeito se trata? O sujeito de que fala a Psicanálise é o mesmo da

Linguística? Como se articulam teoricamente estas concepções? Além destas perguntas, necessário se faz explicitar de que maneira se viabiliza o recurso à Psicanálise.

Vale esclarecermos, desde o início, que não adotamos o modelo usual de interdisciplinaridade no qual se vislumbra a possibilidade de progresso do conhecimento na busca tão almejada de uma completude, que inevitavelmente se faz fechamento - dada a impossibilidade de construção de um saber que domine o real - visto se assentar num tipo de abordagem explicativa por redução ao conhecido em outro campo.

Há, por outro lado, possibilidades de pensarmos na afetação de um discurso por outro, configurando o avanço teórico em um campo em função de sua exposição ao saber de outro campo. Como exemplo desta possibilidade, citamos o caso da teoria psicanalítica afetada pelo saber do campo da Linguística, na leitura que Lacan empreende do texto freudiano, influenciado principalmente pelas contribuições de Saussure e Jakobson, produzindo o enorme avanço teórico e deslocamento de impasses, tanto no que respeita à compreensão do que Freud denominou Metapsicologia quanto nas questões da prática clínica. Quanto a este ponto, vale retomar o que o próprio Lacan afirmou em entrevista de 1966 a Caruso:

"Mas é extraordinariamente necessário sublinhar que as estruturas fundamentais da linguagem - as que se encontram ao nível da análise linguística mais moderna, por exemplo, as da formalização lógica - são as coordenadas que permitem situar o que acontece ao nível do inconsciente, isto é, permitem afirmar que o inconsciente está estruturado como uma linguagem".

Torna-se, portanto, legítima a suposição de que avanços teóricos se realizem no seio da Linguística quando de sua exposição ao discurso psicanalítico, como os trabalhos recentes de Jacqueline Authier exemplarmente demonstram. Uma das vertentes mais propícias para este encontro, que necessariamente se fará faltoso, e nisso frutífero, centraliza-se na questão do sujeito.

A dificuldade, quando se fala de subjetividade, conforme Lacan indica no Seminário 2 (1954-1955), reside no fato de não se entificar o sujeito. A possibilidade de uma leitura não-substancialista está edificada, para Lacan, sobre a hipótese do inconsciente ter estrutura de linguagem. Se por um lado o conceito de significante garante o necessário anti-substancialismo, por outro institui uma abordagem materialista naquilo que fundamenta a causa da divisão do sujeito.

Para Pêcheux, a Semântica que é costumeiramente tida como a parte da Linguística que lida com a questão do sentido, dela não faz parte do mesmo modo que a morfologia, fonologia e sintaxe, constituindo-se outrossim como um ponto de retorno da filosofia nesta disciplina. Para ele, a maneira pela qual a Semântica tem a ver com a Linguística é a de constituir o ponto onde a autonomia relativa desta reencontra seus limites.

A repetição da questão do sujeito e do sentido no seio das reflexões linguísticas representa o corolário da condição mesma de constituição desta disciplina enquanto ciência: o que fica recalcado no ato inaugural de Saussure, não deixa de, como real, retornar. Conforme aponta Kristeva (71), para fundar a cientificidade da Linguística, Saussure necessitou formar seu objeto à semelhança daquele da lógica que fornece as normas da cientificidade, uma lógica compreendida no sentido de uma semiologia. Segundo a autora, o sujeito, uma vez foracluído da teoria e, construída uma noção de língua como sistema monolítico, é suspenso como projeção substitutiva de sua própria foraclusão.

Vemos se delinear aqui uma possibilidade, contemplada na proposta de Pêcheux, de lidar com o real da língua referenciando-o a uma noção de sujeito que, opostamente às propostas estruturalistas em Linguística, esteja incluído na estrutura e não dela foracluído.

Uma das questões que motiva a investigação empreendida neste trabalho pode ser referida enquanto uma necessidade de refletir sobre a possibilidade de um projeto multidisciplinar que inclua a Psicanálise. É possível compatibilizá-la com os discursos da ciência linguística e ciência das formações sociais, se pensamos que a referência que situa o discurso analítico se constitui do que é excluído do campo da ciência de maneira geral? Que tipo de relação vigora entre a ciência e a Psicanálise de modo a fundamentar a interferência desta no campo daquela?

O que significa pretender trabalhar com a hipótese de que há inconsciente? Que efeitos esta referência impõe sobre a própria teorização? Pois, se Lacan enunciou que o inconsciente tem estrutura de linguagem, isto não autorizaria afirmar que o inconsciente mantém relação não problemática com o discurso. Interessa-nos, portanto, construir sentidos possíveis para a inclusão da teoria psicanalítica como ingrediente indispensável de um quadro epistemológico, a título de fornecer-lhe o fundamento. Se uma teoria não-subjetiva do sujeito (de natureza psicanalítica) atravessa um campo epistemológico, que estatuto conferir-lhe? Poder-se-ia pensar que a hipótese freudiana é o que funda a possibilidade de um campo onde se constitui o objeto discurso?

Se a Linguística entra no quadro delineado por Pêcheux como fornecendo a descrição dos mecanismos que regem a base material como condição para os processos discursivos, o que pode querer dizer que a Psicanálise fornece uma teoria não-subjetiva da subjetividade? Que articulações são feitas entre língua e inconsciente para justificar a posição de fundamento reservada à teoria psicanalítica? Mais ainda, que relações entre inconsciente e ideologia estão autorizadas a partir desta posição? Dizer que a teoria psicanalítica atravessa o quadro epistemológico da Análise do Discurso equivale a afirmar que esta supõe a Psicanálise, vale dizer, que a teoria freudiana é pré-suposta/está na base da teorização sobre o discurso.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as razões desta suposição, ao colocar a questão do que marca definitivamente um campo atravessado pela teoria freudiana, fundamentado no fato de que a ruptura que a descoberta de Freud realiza no campo do saber impõe consequências para a própria teorização e a demonstração de seus limites.

Embora não seja evidentemente fácil dividir a produção teórica de Pêcheux em dois momentos nitidamente marcados quanto à elaboração do próprio objeto e campo, poderíamos utilizar a indicação de Herbert(68) quanto a dois momentos perceptíveis na constituição de um objeto de investigação científica:

1) momento de "transformação produtora" do objeto (fase de natureza teórico-conceitual)

2) momento de "reprodução metódica" do objeto (trabalho conceitual-experimental)

Esta distinção é para nós relevante, na medida em que poderemos referi-la a dois conceitos da teoria psicanalítica que permitem pensar a questão da presentificação de um elemento novo na produção de efeitos de sentido, quais sejam, os conceitos de repetição e de reprodução, nas suas ligações com os registros do real, simbólico e imaginário.

Além disto, assumir a distinção acima aludida não implicaria em adotar um critério apenas cronológico para se pensar a produção teórica do autor, uma vez que a relação teoria/análise se faz de forma inextricável e dialetizada no interior da elaboração de Pêcheux. Em um mesmo período cronológico há superposição de dois momentos lógicos diferentes na sua produção. Em 68/69 temos o texto sob pseudônimo sobre uma teoria geral das ideologias, cujo objetivo é fornecer uma leitura estrutural da ideologia, incluindo uma consideração de suas relações para com o inconsciente freudiano. Isto se faz à luz da definição lacaniana de significante e inspirada no aforismo "*o Inconsciente tem estrutura de linguagem*". Neste mesmo

período temos o texto Análise Automática do Discurso (69), cujo objetivo consiste em definir o objeto discurso.

Interessa-nos, neste trabalho, indagar sobre a passagem do objeto ideologia para o objeto discurso. Isto se faz de alguma forma através da consideração dos conceitos da teoria psicanalítica?

"... a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente." (pag. 301)

A citação acima, retirada do Anexo III introduzido na edição inglesa de Vérites de La Fallice, em 1982, incluído na edição brasileira, serve para nós como ponto de partida de uma reflexão fecunda, na medida em que configura não uma afirmação programática do que deve ser, mas vem se alinhar às críticas e retificações que Pêcheux incessantemente empreendeu no decurso de suas teorizações. Este fato deve ser ressaltado porque indica que, no interior da teoria, há uma história que tece os fios da trama aqui colocada em cena: a da articulação do inconsciente com a ideologia.

Qual a referência da ideologia ao registro do inconsciente?

Ancorada em uma abordagem teórica construída principalmente na referência às obras de Freud e de Lacan, a presente reflexão realiza a leitura de alguns textos de Pêcheux, apreciando a articulação da Psicanálise com a teoria do discurso, através do estudo da relação específica entre os conceitos de inconsciente e ideologia, mobilizando para tanto as noções de sujeito e de sentido.

Central para a discussão que pretendemos empreender, a noção de estrutura assume o estatuto de eixo diretor no desenvolvimento do trabalho, uma vez que a partir de uma leitura específica do último texto do autor, nomeadamente Discurso: estrutura ou acontecimento? (83) propomos uma visão dos anteriores.

Esta estratégia se justifica, uma vez que neste texto fica desnudada a necessidade de referência ao real, sob a forma exemplar de um impasse: a invariância da estrutura de um lado e o lugar do acontecimento na sua singularidade de outro. Veremos na colocação mesma do impasse a expressão da questão da indecidibilidade posta em jogo pela dimensão real do significante. Por sua vez, esta leitura conduz à necessidade de se

mobilizar um conceito de estrutura diferenciado, ao mesmo tempo em que aponta para a inclusão do conceito de *alíngua* nas teorizações que pretendem lidar com a hipótese do inconsciente.

Fica deste modo evidenciado que a leitura que aqui se propõe se fundamenta em um modo de funcionamento onde os efeitos de significação se fundam num só-depois, caracterizando uma leitura regressiva.

Visando refletir sobre o conceito de sujeito da ideologia em sua ligação material com o inconsciente, a partir do referencial teórico da Psicanálise, o trabalho não pretende realizar, portanto, a articulação dos três continentes (materialismo histórico, linguística e psicanálise) como delineado por Pêcheux. Outrossim, visa apenas trabalhar localmente uma das articulações aí implicadas.

Deste modo, fica esclarecido que não se trata de caracterizar, na tese, a relação entre Psicanálise e Marxismo, dado que isto necessariamente implicaria o desenvolvimento de uma perspectiva fora da posição de ambas as tradições e para tal seria necessário construir um componente epistemológico dentro do qual referi-las.

A tentativa do presente trabalho se insere na linha de análise de uma relação proposta entre alguns conceitos da teoria do discurso de Pêcheux e da teoria psicanalítica, a partir da assunção explícita do referencial teórico e epistemológico de uma delas, nomeadamente a Psicanálise, na leitura de Jacques Lacan.

A referência à teoria psicanalítica se faz presente em quase toda elaboração teórica de Pêcheux, embora sob formas que percebemos diferenciadas em função do momento lógico específico de construção do seu pensamento. Sobre esta questão, há uma particularidade que convoca especialmente o interesse, naquilo que é sob o pseudônimo de Thomas Herbert que se realiza pela primeira vez a consideração de conceitos da teoria psicanalítica.

Se tomarmos, cronologicamente, apenas os textos assinados por Pêcheux, podemos identificar um movimento progressivo de consideração da Psicanálise, que parte do silenciamento quanto a esta questão no texto Análise Automática do Discurso de 69.

Esta linha crescente na referência à Psicanálise se identifica quer a analisemos sob a forma de uma presentificação cada vez maior da categoria do Outro no interior da teoria

(como o próprio autor refere) quer se tomarmos como critério de avaliação as mudanças no conceito de estrutura ao longo dos diferentes momentos da teorização, conforme indicaremos.

Veremos, entretanto, no decorrer de nossa reflexão, que o ponto que para nós tipifica as mudanças na relação com a teoria psicanalítica se refere menos à consideração da categoria do Outro, do que no modo de caracterização deste Outro. Para que estas modificações sejam, no entanto, evidenciadas, necessário se faz reportá-las a um conceito de estrutura que viabilize uma referência diferenciada à categoria do Outro.

Pretendemos demonstrar que a inclusão do Outro não é suficiente para evitar o fantasma da especularidade, visto que é a presença de um Outro não-barrado que condena à inevitabilidade de uma relação imaginária no espelho. É necessário, ainda, apontar aí que o espelho é o terceiro. Para se sair disto, há que considerar a categoria do Outro além da sua referência apenas simbólica. A análise deve necessariamente indicar a dimensão real do Outro. O Outro, enquanto representante de *Das Ding* (Coisa, objeto desde sempre irremediavelmente perdido, na concepção freudiana) é furado. Isto inevitavelmente convoca a presença de um quarto elemento a compor a estrutura.

Estamos com isto apontando a dimensão em que a linguagem, longe de funcionar como rolha do furo real, é dele produtora; vale dizer, o Simbólico é, enquanto tal, esburacado e esburacador. A compreensão desta dupla referência se esclarece quando diferenciamos as duas vertentes implicadas na consideração do real: a impossibilidade e a contingência.

Seguindo esta linha de pensamento será possível mostrar como a estrutura refere diferentemente o real (nas categorias de contingente e de impossível). A discussão que se realiza neste ponto mantém relação estreita com a reflexão que Pêcheux empreende no seu último texto, a propósito da idéia de uma ciência da estrutura e do lugar do acontecimento.

Entretanto, se incluirmos o texto de Herbert (68) "Para uma teoria geral das ideologias" na linha das elaborações da teoria sobre o discurso, veremos delinear-se um outro panorama na tessitura da relação com a Psicanálise, uma vez que esta tem neste texto um lugar privilegiado. Decidimos incluí-lo no recorte de textos estudados, baseando-nos na própria argumentação de Herbert quanto à relevância, para uma teoria das ideologias, de uma teoria científica do discurso. É, portanto, o objeto discurso que comparece explicitado pela primeira vez no Análise Automática do Discurso (69), que funda retroativamente a leitura de Herbert como inaugural do projeto da Análise do Discurso.

No texto de Herbert (68), cujo objeto é o estudo de uma teoria geral das ideologias, a referência à Psicanálise é, conforme dissemos, explicitada e extensamente trabalhada. Neste texto, o discurso adquire um estatuto privilegiado decorrente de sua função no interior dos mecanismos responsáveis pela reprodução da ideologia. Há aí uma estreita relação entre o registro do inconsciente, o discurso e a ideologia. Quando em 69 dá-se a passagem do objeto ideologia para o objeto discurso, com a proposta de uma nova abordagem, no que respeita ao que ocorria na Linguística quanto ao estudo da linguagem, desaparece a referência à teoria psicanalítica. Lembremos, a este propósito, Roudinesco:

"Se a teoria freudiana do inconsciente é a grande negligenciada dos linguistas é sem dúvida porque ela intervém de maneira crítica em seus pressupostos."

(pag. 123)

Se a Psicanálise faz parte do quadro epistemológico delineado por Pêcheux para o estudo do objeto discurso, e se está ausente no texto de 69 é porque o projeto epistemológico tem como referência básica o que foi elaborado no texto de Herbert (69).

A inclusão do texto de Herbert para pensarmos a referência da ideologia ao registro do inconsciente permite, então, que interpretemos os textos da última fase da Análise do Discurso, especificamente o Discurso: estrutura ou acontecimento? como um retorno, evidentemente em outro nível, ao ponto de articulação necessária com a Psicanálise. Quando tomamos este texto verificamos que aí se desmorona a possibilidade de estudo do discurso apenas como estrutura (o que já vinha se construindo nos textos da última fase) e a indagação "estrutura ou acontecimento?" sugere um impasse ao qual oferecemos a seguinte leitura: o Outro é esburacado, a estrutura comporta um furo, o lugar do acontecimento. Isto nos conduz diretamente ao conceito de estrutura na especificidade com a qual se reveste na Psicanálise. Portanto, estrutura e acontecimento.

Este texto sobre estrutura ou acontecimento serve, portanto, como ponto de partida para nossa leitura, na medida em que podemos aí ver, de modo claro, a colocação de um aparente impasse ao qual se sugere uma via de resposta compatível com a Psicanálise.

Pêcheux já havia falado sobre o real da língua como impossível. No seu último texto faz referência aos efeitos disto na própria teoria e introduz a categoria de real como contingente. Até então, o conceito de estrutura se referia

apenas a um Outro não-barrado. Ora, isto nos autoriza afirmar que o conceito de estrutura sofreu modificações profundas no uso que Pêcheux dele faz e se aproxima de uma noção que a Psicanálise especificamente trabalha. Com a introdução da categoria de real como contingente, Pêcheux abre uma perspectiva de leitura que escreve a falta no interior da teoria.

Propomos que há uma passagem da consideração de um Outro completo, (dado pela sociologia e pela noção de código), tendo como consequência o apagamento da dimensão real do inconsciente na teoria, para uma conceitualização do Outro esburacado. O sentido, de possível reproduzível, passa a referir o não-senso.

Estamos com isto afirmando que a leitura do texto como estrutura e acontecimento só se sustenta na suposição de uma estrutura que comporta o furo real. O acontecimento funda o lugar da história, naquilo em que se coloca como demandante de significação, no lugar do contingente.

Vale notar que, no texto de Herbert, a separação entre inconsciente freudiano e inconsciente estrutural escamoteia a subordinação, que para o autor vigora, do inconsciente ao ideológico. Este momento é correlativo de uma noção de estrutura que não comporta a falta. Posteriormente, quando da

consideração do real na estrutura, veremos que é o ideológico que necessariamente se subordina logicamente ao inconsciente.

É importante ressaltarmos que uma das questões que para nós se colocou a partir do estudo dos textos de Pêcheux se refere ao silenciamento quanto à teoria dos quatro discursos de Lacan, desenvolvida especialmente durante o Seminário de 1969-70, intitulado O avesso da Psicanálise, dado que a referência às teses por ele elaboradas se faz, como dissemos, de forma cada vez mais acentuada.

Por que esta teoria é ignorada? O que isto nos revela quanto ao plano em que se dá a abordagem da subjetividade na Análise do Discurso? Defendemos, quanto a isto, a hipótese de que é somente a partir do texto Discurso: estrutura ou acontecimento? (83) que fica possibilitada a consideração, no interior da teoria de Pêcheux, da contribuição de Lacan na teoria dos quatro discursos, o que de fato passa a se fazer necessário.

Com relação a este ponto, configura-se a possibilidade de uma proposta que contemple os vários níveis de estruturação que podemos identificar quanto à questão da subjetividade em sua relação com a linguagem, especificamente no que respeita a relação material entre inconsciente e ideologia, tecida pela via da noção de sujeito do significante.

Passamos em seguida a descrever os principais aspectos desta proposta, que se configura como a contribuição original que deriva da reflexão empreendida neste trabalho.

Além do estudo crítico dos textos de Pêcheux e o de Herbert, buscando elucidar como a noção de sujeito da ideologia é considerada em sua relação material com o registro do inconsciente, a proposta que aqui se configura baseia-se principalmente nos seguintes elementos teóricos:

- elementos de uma teoria da ciência desenvolvida por Lacan, exposta em diversos textos, fundamentada na teoria do significante;
- uma noção específica de estrutura que elabora as relações dos registros do Real, Simbólico e Imaginário, intromisturando um sujeito que, como efeito do fato de haver linguagem (vale dizer, estrutura), refere diretamente o registro do desejo inconsciente;
- uma figuração da estrutura pelo uso do esquema Z onde Lacan elabora, a partir da segunda tópica freudiana, a relação do sujeito ao Outro;

- a consideração do esquema R da realidade psíquica, ampliação do esquema Z, no qual se especificam as referências aos conceitos de Ideal de Eu, Eu Ideal, Moi;

- a teoria da constituição do sujeito pelo significante através das operações de alienação e separação, a qual servirá para demonstrar a anterioridade lógica do sujeito do inconsciente com relação ao sujeito da ideologia.

Distinguimos, então, três planos de referência à questão da subjetividade, identificados em função do nível de estruturação em que se decide realizar o recorte analítico.

Adiantamos que os três encontram-se de tal modo inextricavelmente ligados que se apresenta ingênua qualquer tentativa de hierarquizá-los com base em qualquer outro critério que não o lógico.

Um dos planos articula-se com o que denominamos *sujeito possível da lei*, estritamente referenciado ao que se teoriza como sujeito da ideologia e como sujeito jurídico ou do direito, lugar do Moi no esquema Z. Neste plano estamos mobilizando a noção de efeito-sujeito, indicando a ilusão subjetiva necessária implicada na configuração imaginária de uma unidade egóica. Este plano situa-se no exame da subjetividade enquanto referida à

relação especular com o semelhante, vale dizer, com o plano da identificação ao outro. Veremos como, neste plano de teorização, mobiliza-se uma noção de sentido enquanto relação de Simbólico e Imaginário, sem referência ao real. Muitas das considerações da questão da subjetividade na linguagem e no discurso referem-se a este plano e se sustentam em uma noção de Outro não-barrado.

O outro plano a se considerar deve referir-se ao fato do sujeito possível da lei ser marcado irremediavelmente pela inexistência do objeto, o que determina que se considere a sua divisão, a qual resulta da estrutura da linguagem. Neste caso estamos, portanto, necessariamente nos referindo ao sujeito-efeito da linguagem. Este é o plano em que se pode considerar o sujeito do desejo inconsciente - $\$ \diamond a$. Esta escrita é importante porque marca a fenda que habita qualquer falante, uma vez que para este o ser se define como falta-a-ser. Veremos que este plano da consideração da subjetividade articula-se com o conceito freudiano de fantasia e pode ser referenciado ao esquema R lacaniano como a faixa que delimita a realidade psíquica. É importante salientarmos que este nível de estruturação convoca uma noção de sentido que remete à incidência do real do não-senso no campo do sentido (configurando os lapsos, atos falhos, chistes, equívocos, etc...). A fórmula acima faz, então, referência a este ponto real da

estrutura, pela presença do objeto na sua escrita. O sujeito do desejo é definido na sua dependência para com o significante e nisto lhe falta identidade, à qual o sujeito possível da lei oferece uma resposta sob a forma da ilusão de unidade projetada na imagem do outro, referenciada a um Ideal de Eu.

Resta, ainda, articular um outro plano, que decorre do fato de nem tudo ser significante, porém referenciar-se na estrutura. Apontamos aqui para a dimensão do vivo que se perde, quando de sua entrada na ordem simbólica. Este é o sujeito foracluído, correlato do real, correspondendo ao lugar denominado S no esquema Z e que se refere ao lugar da impossibilidade. Uma vez foracluído originariamente em função da imposição da linguagem, esta dimensão real não cessará de não se escrever, impondo os retornos em falta. Este plano nomeia o que sobra da operação do significante e pode por isto ser igualmente denominado plano do objeto. Vale considerar que esta caracterização aponta para a absoluta falta de sentido, o que constitui, pelo seu avessamento, o sentido inescapável para o falante: a castração. O Outro é barrado.

Uma das consequências das considerações acima reside na necessidade de pensarmos a estrutura do simbólico quando partimos da hipótese do inconsciente, já que Freud demonstrou que o simbólico é constituído por uma rede de significantes,

cuja relação se dá por via de uma lógica que contradiz os princípios da lógica clássica. A ordem inconsciente substitui, como no trabalho dos sonhos, todos os conectivos lógicos pelas relações de vizinhança. Estes conectivos lógicos calcados sobre a estrutura gramatical da frase não são re-introduzidos senão na elaboração secundária e na interpretação. Que consequências podemos articular, no que respeita a estrutura do simbólico, do fato de o significante não ser idêntico a si mesmo?

Um dos aspectos que, decorrente da reflexão que aqui empreendemos, demanda discussão, encontra-se relacionado à questão do lugar da história e do acontecimento enquanto referidos, no esquema que utilizamos, ao lugar do contingencial.

Apresentaremos no próximo segmento os elementos teóricos da Psicanálise que consideramos necessários para apoiar quer a leitura dos textos de Pêcheux, apresentada na terceira parte, quer a proposta acima referida sobre os três planos em que podemos situar a referência à subjetividade.

NOTAS

1. A partir da análise de discurso, ver crítica de E. Orlandi a Benveniste em "A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso" em Orlandi, 1983.

Parte II
Psicanálise

Capítulo 1. Sobre o sujeito e o sentido.

A parte II, referente à abordagem de conceitos da Psicanálise, está dividida em três capítulos: no primeiro estaremos apresentando os elementos teóricos necessários para situar a especificidade com que se revestem as noções de sujeito e sentido quando se opera a partir da hipótese do inconsciente. Em seguida, trabalharemos de forma detalhada apenas o conceito de estrutura, o qual, embora intimamente relacionado com a noção de sujeito - dado que o inclui - mantém implicações com múltiplas questões de modo a exigir tratamento em separado. E, finalmente, no terceiro capítulo, estaremos estudando uma das vias para se trabalhar o conceito de estrutura em Psicanálise, nomeadamente, a lógica.

No Seminário II Lacan (1964) afirma que " *o limite do Unbewusste (inconsciente) é o Unbegriff - não o não-conceito, mas o conceito de falta* " (p.30), identificando-a como o elemento central em torno do qual se realiza a construção no campo da Psicanálise. Esta indicação permite identificar o Inconsciente com a causa freudiana, na medida em que o *Unbewusste* põe em relêvo a hiância mesma de que trata o termo "causa".

Pela via das contribuições da Linguística Lacan introduz no domínio da causa a lei do significante, afirmando a hipótese de o Inconsciente ser estruturado como uma linguagem. Em 1964, no Seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, ele afirma:

"...a linguística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva - é esta estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente. É ela, em cada caso, que nos garante que há sob o termo de inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável". (pag. 26)

Entretanto, o contato ou aproximação da Linguística e Psicanálise se faz sobre aquilo que permanece irreduzível, não-nomeável, não-simbolizável, não-articulável entre Freud e Saussure. Lacan nomeou *Linguisterie* suas elaborações sobre a linguagem, como resposta às críticas de não-pertinência de sua abordagem ao campo da Linguística, fazendo com isto vigorar uma diferença radical entre os dois campos de estudo.

Em 1973, em uma das lições do Seminário 20, Lacan afirmou que percebera ser difícil não entrar na Linguística a partir do momento em que o inconsciente estava descoberto, e no fio de suas elaborações, o texto "*L'Instance de la lettre dans l'incons-*

cient ou la raison depuis Freud" (1957) testemunha esta referência, constituindo-se no texto princeps em que a articulação da Psicanálise com a ciência da Língua é trabalhada. Porém ele acrescenta que esta se produz sobre o fundo de uma constante marcação da distância, vale dizer, diferença entre sua *Linguistique* e a Linguística.

O que fica evidenciado por via desta nomeação é que algo não cessa de não se escrever na relação da Psicanálise com a racionalidade científica. Muitos supuseram que Lacan autorizara a tentativa de ancorar a cientificidade da teoria freudiana na transposição ou tradução de termos desta para o referencial linguístico. Entretanto, assim proceder implicaria recusar a própria hipótese do inconsciente, na medida em que este empreendimento eliminaria da teorização os efeitos reais do inconsciente no Simbólico; vale dizer, equivaleria desconhecermos os mecanismos de deslocamentos e condensações cuja operação incide sobre aquilo que um texto, como qualquer elaboração secundária¹, em sua tessitura, vela. Mais ainda, suporia aceitar como válidos para a Psicanálise os critérios de uma racionalidade científica que recusa a descoberta original de Freud - a *Spaltung* do sujeito - ao invés de interrogá-los a partir da hipótese do inconsciente, o que Lacan (1965) realiza de forma notável no texto "La science et la vérité".

Neste ponto se faz necessário caracterizar a maneira como podemos pensar a relação da Psicanálise com a ciência. Embora não se constitua na questão central da tese, importa qualificá-la já que, com Milner (91) afirmamos que há uma teoria da ciência em Lacan, dispersamente exposta em diversos textos, e conseqüentemente pressuposta em muitas das análises e reflexões realizadas ao longo deste trabalho. O que mais importa sublinhar desta questão resume-se ao fato de Lacan, contrariamente a Freud, não tomar a ciência como ponto de ideal para a Psicanálise. É isto porque para ele a ciência não representa exterioridade para a teoria analítica, constituindo-se, outrossim, como aquilo que internamente a estrutura. No texto "La Science et la vérité" (65) onde expõe detalhadamente a tese desta relação, Lacan afirma:

"Dizer que o sujeito sobre o qual operamos em psicanálise não pode ser senão o sujeito da ciência pode parecer um paradoxo." (pag. 858)

Paradoxo que se esclarece quando observamos que o sujeito em questão na psicanálise é o sujeito foracluído ou suturado pela ciência. Não estando portanto exterior à psicanálise, a ciência não pode aí se colocar como regulação, devendo então a psicanálise encontrar em si mesma seus princípios.

É importante que se esclareça que os termos sutura e foraclusão referem neste contexto ao esquecimento inescapável ao qual se condena a contingência quando de sua escrita científica na ordem da necessidade. É na dimensão da radicalidade deste esquecimento que se pode compreender a categoria do impossível na teoria de Lacan. Voltaremos posteriormente a esta questão.

A leitura desviada/deslocada que Lacan realizou dos conceitos da Linguística atualiza a essencialidade mesma do discurso freudiano. O desvio de fato possibilitou que a letra de Freud, tal a carta roubada de Poe, chegasse ao seu destino.

O aspecto acima mencionado se revela de importância fundamental para a reflexão desenvolvida na tese uma vez que evidencia que a divisão intrapsíquica do sujeito, enquanto dimensão *princeps* convocada pela Psicanálise, faz lançar um desafio impossível para com o sujeito do conhecimento, formulando o princípio de irredutibilidade da divisão do sujeito e de seus efeitos.

O saber sobre a divisão do sujeito está, como salienta Joël Dor (88), em exclusão recíproca com a teoria do conhecimento. Isto implica que pretender levar a Psicanálise a um domínio de reflexão inteiramente dominável necessita a neutralização

deste princípio. Para fazer isto, a estratégia reside na aplicação, segundo Joël Dor, de dois procedimentos racionais, dois mecanismos de defesa: a anulação e a denegação.

Estes procedimentos se organizam em modos de exercícios que é possível repartir em duas classes, conforme eles implicitamente negam, denegam ou anulam a divisão do sujeito, ou ao contrário segundo se dedicam explicitamente a fazer ato desta divisão a fim de melhor neutralizar a sua incidência. Posteriormente faremos uso da identificação destes mecanismos quando tratarmos do uso ou referência à Psicanálise em alguns textos da Análise do Discurso que tematizam a relação com a teoria freudiana.

Na linha da articulação entre a Linguística e a Psicanálise, vale perguntar qual a especificidade da operação simbólica que Lacan realiza na leitura de Saussure, que deixa como resto este algo que não se articula, este irredutível ao significante, o qual entretanto não se aborda senão pela linguagem.

Ao introduzir no domínio da causa real do inconsciente a lei do significante, Lacan lê na Linguística saussureana e em Jakobson a descrição do funcionamento de uma estrutura que condiciona o fato de haver, como efeito, inconsciente. Esta referência não se faz deixando intatos os conceitos da

Linguística, mas sim pela via de submetê-los a um tratamento à luz da hipótese do inconsciente. Neste sentido, a introdução da Lei no plano do significado, naquilo em que este sempre já se dá como significante, equivale à introdução da Lei da Diferença, vale dizer, Lei do Pai, como instauradora da ordem do desejo, constituindo seu correlato, a castração, como o significado irreduzível imposto a qualquer sujeito falante.

O de que se trata na abordagem psicanalítica da linguagem se fundamenta na introdução da ordem do desejo, em dissonância com um certo discurso científico que não escuta na linguagem nada além das transmissões do Princípio de Realidade.²

É a própria inteligência do discurso inconsciente que impõe deslocamentos, sendo esta a razão pela qual Lacan objeta ao fato de que tudo que seja da linguagem dependa da Linguística. Se o retorno à letra de Freud se empreende pela via de um recurso à ciência da língua, e se não se trata de uma tradução de termos, havemos de supor que em Freud há uma teoria da linguagem e exatamente articulada como condição do Inconsciente. Este fato é ressaltado por Lacan, na entrevista a Caruso em 66, ao afirmar:

"Quando realiza uma análise do inconsciente, a qualquer nível, Freud sempre faz uma análise do tipo

linguístico. Freud havia inventado a nova linguística, antes de que esta nascesse. O senhor me perguntava em que me distinguiu de Freud: nisto, no fato de que eu conheço a linguística. Ele não a conhecia e, portanto, não podia saber que o que fazia era linguística, e a única diferença entre sua posição e a minha, se baseia no fato de que eu, abrindo um livro seu, em seguida posso dizer: isto é linguística. Posso dizê-lo porque a linguística apareceu alguns anos depois da Psicanálise. Saussure a começou pouco depois de que Freud, na "Interpretação dos Sonhos", tivesse escrito um verdadeiro tratado de linguística. Esta é a minha "distância" de Freud."

A afirmação "o inconsciente é estruturado como uma linguagem" não pertence ao campo da Linguística. O que nos interessa notar é a presença do termo como na formulação do sintagma. Ele aí está para nos lembrar que se trata de uma isomorfia. A estrutura do inconsciente é exatamente a mesma da linguagem. No texto "La science et la vérité" (65) Lacan afirma:

"Que a via aberta por Freud não tenha outro sentido que aquele que retomo: o inconsciente é linguagem, o

que agora é admitido, já o era para mim, como é sabido." (pag. 866)

O inconsciente é estruturado não por uma linguagem, mas como uma linguagem, à moda de uma linguagem, o que necessariamente aponta para um resto, para o qual Lacan forja o termo *alíngua*, numa tentativa de nomear justamente aquilo que se furta à univocidade inerente a qualquer nomeação, uma vez que se trata de apontar para o registro que, em toda língua, consagra-a ao equívoco. É naquilo que escapou ao Saussure do *Curso de Linguística Geral* e vazou sob as palavras nos Anagramas, e na polifonia inscrita em toda poesia, que Lacan soube ler a letra freudiana. Este ponto é de extrema importância para a discussão que realizamos, uma vez que permite que se qualifique a relação da teoria lacaniana do significante com o estruturalismo, conforme resta indicado no Seminário 20:

"O que eu adiantava, ao escrever alíngua numa só palavra, era mesmo aquilo pelo que eu me distingo do estruturalismo, na medida em que ele integraria a linguagem à semiologia" (pag. 137)

Um linguista sensível ao discurso psicanalítico, Milner, pergunta-se, seguindo as indicações de Lacan, o que é a língua

se a Psicanálise existe? Uma de suas respostas, no livro "Q amor da língua", de 87:

"...a língua é o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no domínio das palavras, fale". (pag. 15)

Para Milner, o termo exorbitante *alíngua* tem o estatuto de semblante e constitui o elemento do qual a série *língua*, *fala*, *linguagem* pode receber sua lógica, pois *alíngua*

"...é aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento, existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente". (pag. 18)

A partir da *alíngua*, a *linguagem* pode ser pensada como uma elocubração de saber concernindo-a, e a *língua* como o fato que na *alíngua* haja impossível. Como define Milner:

"A língua suporta o real da alíngua." (pag. 19)

Afirmar que o inconsciente é estruturado como uma *linguagem* implica introduzir a função paterna e conseqüentemente a castração no campo dos estudos da *linguagem*. É neste sentido

que podemos compreender o tratamento ao qual Lacan submete o signo saussureano, dele retirando toda função representativa até transformá-lo na escrita do algoritmo que funda a ciência da língua. O que ele aí promove, na transformação da fórmula de Saussure, é a leitura freudiana do linguístico, fazendo-o apto para realizar então um retorno sobre o texto freudiano.

O que nesta operação se equaciona é a íntima dependência de uma possível teoria do sujeito para com a ciência da letra, e não do significante linguístico. Pois é imperioso observar que aquilo que insiste na cadeia significante enquanto repetição é da ordem da letra: instância da letra no inconsciente. Importa insistir neste ponto, na medida em que aquilo que se demanda da Psicanálise, desde uma teoria do discurso, restringe-se a uma teoria não-subjetiva do sujeito, a qual não saberia se resumir apenas na dimensão do significante linguístico, e menos ainda sem referência a seu suporte material.

A consequência do deslocamento operado na leitura dos conceitos oriundos da Linguística se revela na acepção específica que o termo Simbólico adquire na teoria psicanalítica. Para além de denotar o sistema de diferenças trabalhado pelos estruturalistas, o Simbólico se institui como ordem, lugar do Outro, do tesouro dos significantes, da verdade que funda uma subjetividade, a partir do significante Nome do Pai; lugar,

portanto, de onde deve emergir o sujeito. Como sublinha Lacan (64) no "Seminário II",

"Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, in initio, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante....O sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significante. Mas por este fato mesmo, isto-que antes não era nada senão sujeito por vir - se coagula em significante." (pag. 187)

O sujeito, então, nasce dividido por nascer do significante. O sujeito consiste nisto que, antes como sujeito não era nada, mas ao aparecer se apresenta como o que um significante representa para outro significante.

A articulação formal pura e simples não basta para que haja significante, pois o Simbólico não faria sentido para um sujeito sem o significante Nome do Pai, significante primordial que, vindo do campo do Outro, nomeia o sujeito. Mais ainda, ao ressaltar a função da barra do signo saussureano como fundadora das duas ordens irremediavelmente distintas do significante e do significado, Lacan introduz aí a dimensão da escrita, enquanto um efeito de discurso. Pois, se a barra é o

ponto onde em qualquer uso da língua se dá a oportunidade de que se produza o escrito, é porque toda possibilidade de escritura parte do fato - fundamental para a Psicanálise - de que é impossível escrever como tal a relação sexual. A letra, enquanto traço de inscrição material do significante, podendo faltar em seu lugar, funda o recalçamento instaurador da ordem discursiva.

Na linha de enfatizar o que separa a teoria do significante de Lacan de teorias da linguística estrutural, para além da referência direta à questão do sujeito, faz-se necessário apresentar o comentário que Milner (91) desenvolve quanto a este ponto. Segundo o autor, a teoria de Lacan estabelece as propriedades de qualquer significante que seja, e estabelece que estas propriedades são especificáveis a priori. Na linguística estrutural, por outro lado, não se propõe resposta alguma para a questão de saber quais as propriedades gerais de um fenômeno estrutural qualquer, por ela invocado, reservando-se à noção de estrutura o estatuto de termo primitivo na teoria.

Se na teoria de Lacan é possível estabelecer as propriedades gerais de um sistema significante qualquer, então fica viabilizada a construção de uma teoria geral de sistemas. Mais ainda, conforme indica Milner (91), uma vez que o signifi-

cante é em si isto sem o que nada se distingue, a teoria do significante é uma teoria do pensável como tal:

"...uma lógica transcendental, ou isto que vem no lugar de tal lógica; como a propriedade de qualquer ser que seja é de ser distinguível de um outro, a teoria do significante é também uma ontologia transcendental, ou isto que vem no lugar de uma tal ontologia." (pag. 345)

Entretanto, o que importa enfatizar neste momento diz respeito à relação da dimensão do sujeito freudiano com a ordem do significante, indicando que o estatuto próprio da subjetividade se inaugura pela referência àquilo que um significante representa para outro significante. Para a Psicanálise, o significante implica, como efeito, o sujeito do desejo inconsciente. Lacan demonstrou que o sujeito é dividido pela intervenção do significante, deduzindo logicamente a sua reduplicação originária a partir de uma teoria do significante.

A constituição do sujeito pelo significante se faz através de uma relação circular, porém dissimétrica, e se descreve por duas operações fundamentais: a alienação e a separação, às quais Lacan faz corresponder, respectivamente, as operações lógicas de reunião e intersecção. Analisaremos a seguir os

pontos mais importantes que as caracterizam, conforme são apresentados no Seminário II sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, de 1964.

Para caracterizar a primeira operação em que se funda o sujeito, Lacan identifica um uso específico do conectivo ou, para além do sentido exaustivo que lhe é conferido na lógica, exemplificado no uso que tem na frase "escolho ir para a direita ou para a esquerda".

Trata-se do que ele denomina de *vel da alienação* e se define pelo fato de que qualquer que seja a escolha efetuada, necessariamente há perda, descrita pela dimensão do *nem um nem outro*. Conforme ele descreve:

"O vel da alienação se define por uma escolha cujas propriedades dependem do seguinte: que há, na reunião, um elemento que comporta que qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um nem um nem outro. A escolha aí é apenas a de saber se a gente pretende guardar uma das partes, a outra desaparecendo em cada caso." (pag. 200)

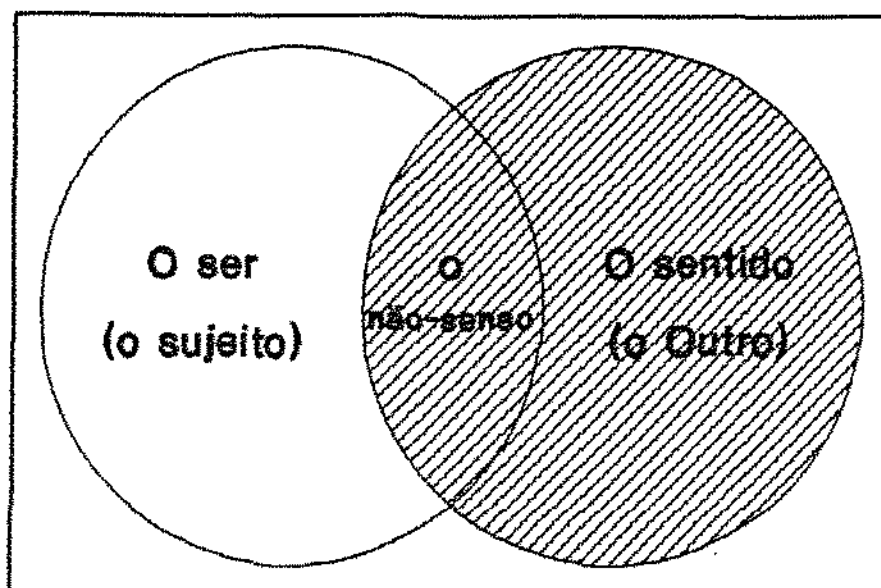


Figura 1. Alienação/Separação

Na constituição do sujeito no campo do Outro temos, conforme apresentado na figura 1, de um lado o campo do ser (sujeito) e de outro o campo do sentido (Outro). Na reunião dos dois campos - em termos de operação lógica - constitui-se uma zona de intersecção que figurativamente refere o não-senso. O **vel da alienação** consiste então no fato de que se escolhemos o ser, o sujeito cai no não-senso, desaparece; se escolhemos o sentido, este só subsiste desprovido desta parte de não-senso,

"...que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente". (pag. 200)

Pelo fato de se constituir pela via do significante, o sujeito está condenado pelo **vel da alienação** a aparecer sempre

- nesta divisão: de um lado como sentido, produzido pelo significante, de outro como afânise, vale dizer, esvanecido, eclipsado. O que importa salientar nesta operação é que a alienação ao significante é constitutiva do sujeito, imposta como o preço por ser falante.

"Não há sujeito sem, em alguma parte, afânise do sujeito, e é nessa alienação, nessa divisão fundamental, que se institui a dialética do sujeito." (pag. 209)

A separação se funda na operação lógica da intersecção ou produto, e se constitui dos elementos que pertencem aos dois campos. Este tempo do engendramento do sujeito pelo significante completa a circularidade da relação do sujeito com o Outro. Lacan enfatiza que aqui se demonstra uma torção essencial. Para compreendermos o que está em jogo nesta operação é preciso retomar a característica fundamental do vel da alienação, uma vez que o que ocorre no segundo tempo é o retorno do que se deu no primeiro. Trata-se de uma escolha forçada, cujo resultado necessariamente envolve perda.

Perguntemos, então, o que pode ser comum ao campo do sujeito e do Outro, lembrando que se a relação entre eles é dissimétrica, não-recíproca, é apenas desde o lugar do Outro

que tem sentido referir os dois campos, portanto, só depois do efeito da primeira operação. O que aí se constituiu foi um sujeito irremediavelmente habitado por uma falta, a falta advinda de seu próprio desaparecimento. Entretanto, intimado, interpelado pelo Outro, o que o sujeito encontra é o enigma do desejo, ao qual deverá necessariamente responder. Como Lacan indica no texto do Seminário II, de 1964,

"Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável -ele me diz isso, mas o que é que ele quer?" (pag. 203)

Importa destacar aqui que o desejo do Outro está indissociavelmente ligado à estrutura mesma da cadeia de significantes, naquilo em que é nas faltas do discurso do Outro que para o sujeito vem se alojar a questão do enigma do desejo. Face a esta intimação que lhe faz o Outro, com que responder, senão com aquilo que se constituiu no primeiro tempo, vale dizer, a falta? É por isto que Lacan caracteriza o que se passa aqui como o recobrimento de duas faltas. Desta forma, a falta é o que há de comum entre o campo do sujeito e o campo do Outro, de tal modo que o desejo do sujeito deve ser pensado

enquanto desejo do Outro. Através da operação de separação constitui-se o campo dos objetos do desejo, cuja dialética é marcada pelo fato de que aí o sujeito não tem resposta direta.

"É uma falta engendrada pelo tempo precedente que serve para responder à falta suscitada pelo tempo seguinte." (pag. 203)

A fim de estabelecermos com maior clareza a especificidade da abordagem psicanalítica, examinaremos a seguir o conceito de estrutura quando se opera com a hipótese do inconsciente, e as consequências da inclusão de uma subjetividade ineliminável posta em jogo pela descoberta freudiana.

Notas

1. A elaboração secundária caracteriza um dos modos de funcionamento do aparelho psíquico, característico do sistema pré-consciente/consciente. No caso do processo primário que vigora no sistema inconsciente, a energia psíquica escoia livremente, passando de uma representação à outra segundo os mecanismos de deslocamento e condensação. Já no processo secundário, estando

a energia ligada, as representações são investidas de modo mais estável, permitindo que as experiências mentais ponham à prova diferentes caminhos para se obter a satisfação.

2. Freud distinguia dois princípios que regem o funcionamento mental: o princípio do prazer e o princípio de realidade. A atividade do aparelho psíquico tem como objetivo evitar o desprazer e proporcionar prazer. Por efeito da ação do real, opera-se uma modificação no princípio de prazer, constituindo-se o princípio de realidade que, levando em conta as condições impostas pelo mundo exterior conduz a busca da satisfação através de caminhos diferentes da alucinação. Do ponto de vista dos sistemas psíquicos envolvidos, o princípio de realidade caracteriza essencialmente o sistema pré-consciente/consciente. Quanto ao ponto de vista econômico, o princípio de realidade opera pela transformação da energia livre do sistema inconsciente em energia ligada.

Capítulo 2. Sobre o conceito de estrutura

Examinemos primeiramente a significação da noção de estrutura no campo das teorizações científicas.

Boudon (74) distingue dois tipos de definição da noção de estrutura: as definições intensionais e as efetivas. No contexto das definições intensionais trata-se de elaborar uma definição por distinção, sendo que aqui a noção de estrutura sempre está associada a uma enumeração de características que permitem identificar o tipo de objeto que se quer designar pelo substantivo "estrutura". Por outro lado, no contexto das definições efetivas, a noção de estrutura encontra-se sempre associada a uma construção lógica, que quando aplicada a um objeto-sistema define a "estrutura" deste objeto. Trata-se aqui portanto de uma definição por construção.

No caso das definições efetivas a noção de estrutura não constitui o objeto de uma definição baseada em uma lista de características específicas. A sua definição reside na construção através da qual a "estrutura" de um objeto-sistema é determinada.

A partir da caracterização das definições efetivas, observamos que neste contexto somente podemos falar de estrutura quando o objeto é concebido como um sistema, isto é, como uma totalidade composta de elementos interdependentes (notamos que para Boudon não se mantém a equivalência semântica entre sistema e estrutura que encontramos válida para outros autores). Trata-se então de formalizar hipóteses que considerem o objeto de estudo como um sistema. Em seguida devemos demonstrar que o objeto é efetivamente um sistema, ou seja, devemos analisar a interdependência de seus elementos. Como resultado de tal análise, construímos uma teoria do sistema. A partir de tal teoria obtemos, por dedução, a descrição ou interpretação do objeto-sistema, o que nada mais representa do que a "estrutura" de tal objeto.

Vemos, então, a partir da caracterização de Boudon, que a estrutura de um objeto-sistema é sempre o produto de uma teoria hipotético-dedutiva aplicada a este sistema.

Boudon (74) define a noção de estrutura no contexto das definições efetivas da seguinte maneira:

$$A + \text{Str (S)} \text{ ----> } \text{App (S)} \quad (1)$$

$$A + \text{App (S)} \text{ ----> } \text{Str (S)} \quad (2)$$

onde:

A = Axiomática ou conjunto de axiomas

$\text{Str}(S)$ = descrição estrutural de um sistema S (estrutura de S)

$\text{App}(S)$ = características aparentes de S , ou seja, o conjunto dos fatos que definem o sistema S .

$A + \text{Str}(S)$ = teoria estrutural que define um cálculo.

Pela fórmula (1) deduzimos as características aparentes do sistema a partir da teoria estrutural $A + \text{Str}(S)$. A análise estrutural consiste portanto de um conjunto de axiomas a partir dos quais é possível obter por um cálculo as características aparentes do sistema.

A fórmula (2) nos informa que é possível deduzir a estrutura de um sistema a partir do conhecimento da axiomática e de suas características aparentes.

Estas duas fórmulas definem então a noção de estrutura no interior de uma linguagem científica. A fórmula (1) nos informa que a noção de estrutura está associada a uma teoria que nos conduz a consequências que reproduzem as características do sistema estudado. Ou seja, as características fenomênicas do sistema são os teoremas deduzidos da teoria. Boudon considera que a fórmula (1) simboliza o momento da síntese, pelo qual se verifica que uma teoria é compatível com a observação. Por

outro lado, a fórmula (2) representa o momento da análise : revela-nos o procedimento pelo qual o pesquisador, frente a um objeto-sistema, formula certas hipóteses destinadas a explicar a interdependência dos elementos do sistema. Tal fórmula resume portanto o procedimento pelo qual obtemos a estrutura de um sistema. A fórmula (1) descreve o processo de verificação pelo qual nos asseguramos que uma teoria é efetivamente aceitável. Tal fórmula define a operação de verificação que nos permite testar a validade da teoria $A + Str(S)$.

Como consequência da análise destas duas fórmulas podemos concluir que a estrutura é sempre o produto de uma teoria a priori destinada a explicar o objeto-sistema enquanto sistema. É uma teoria hipotético-dedutiva que deve ser verificada.

Quando falamos em teoria hipotético-dedutiva fazemos a suposição de um nível formal superior de teoria, uma vez que nela as relações entre os elementos do sistema são expressas em termos simbólicos (matemáticos ou não) e não mais em termos vinculados ao nível empírico. As relações entre os elementos do sistema passam a ser expressas por relações entre variáveis, sendo que numa teoria formal tais relações constituiriam a estrutura do objeto-sistema. Deste modo, conforme temos acesso

a níveis formais superiores de teoria obtemos maior generalidade, como efeito da maior abstração.

A estrutura como tal do objeto de análise científica é o produto de uma teoria hipotético-dedutiva e isto impõe que tal teoria procure explicar e prever todas as combinações possíveis entre os diferentes elementos do objeto-sistema. Portanto a teoria pretende explicar não somente a "estrutura" realizada (atualizada empiricamente) mas a virtualidade de todas as "estruturações".

A fim de construirmos os elementos necessários para caracterizar a abordagem psicanalítica ao conceito de estrutura basearemos as reflexões que se seguem no texto de Miller (67), publicado no número 9 de Cahiers pour l'Analyse intitulado "Action de la Structure". Vale ressaltar, de início, que o objetivo da presente apresentação é menos realizar um estudo comparativo do conceito de estrutura em diferentes campos do que delinear a sua especificidade no campo psicanalítico. Entretanto, para construir tal especificidade faz-se necessário recorrer a algumas comparações. Além do texto de Miller (67) estaremos nos referindo também às elaborações de Lacan apresentadas no Congresso de Baltimore e no Seminário denominado "R.S.I." de 1974/75.

O conceito de estrutura no campo dos estudos fonológicos em Linguística remete à noção de um sistema constituído de unidades formais opostas e delimita um campo pela exclusão preliminar de toda relação que um sujeito entretém com sua palavra. O espaço rejeitado com a inauguração deste campo - aquele do real e do sujeito - vem a constituir justamente a especificidade do campo da Psicanálise. Isto implica necessariamente uma subversão do conceito de estrutura tal qual utilizado na Linguística, subversão esta correlativa à inclusão do real no campo discursivo da ciência. Entretanto, importa salientar que a subjetividade de que trata a Psicanálise não está do lado daquele que fala, mas é algo que se reencontra no real. Quanto à acepção do termo real, numa primeira aproximação podemos afirmar que não se trata do sentido comum que a ele se atribui. Como esclarece Lacan (1955-56) no Seminário 3,

"Sem dúvida o real de que se trata não deve ser tomado no sentido em que o compreendemos habitualmente, implicando a objetividade, confusão que sem parar se faz nos escritos analíticos. O subjetivo aparece no real na medida que supõe que temos à nossa frente um sujeito capaz de se servir do significante, do jogo do significante. É capaz de servir-se dele como nós nos servimos - não para significar algo, mas precisamente para enganar sobre

o que se tem de significar. É utilizar o fato de que o significante é outra coisa que a significação, por apresentar um significante que engana." (pag. 213).

Se por um lado podemos afirmar que a Linguística científica se funda ao excluir de seu campo o real do aparecimento do sujeito, por outro poderíamos dizer que a Psicanálise se constitui no lugar de uma Linguística que incluísse o sujeito, dado que uma subjetividade ineliminável está aí situada. No que respeita ao conceito de estrutura, impõe-se portanto, no campo da Psicanálise, a suposição de um elemento nesta estrutura que se volta sobre a realidade e a percebe, a reflete e a significa, um elemento reflexivo, como aponta Miller (67).

Para a Psicanálise, que se constitui na tematização da relação do sujeito com sua palavra, uma vez que a descoberta freudiana põe em relevo a atuação do jogo metaforonímico no inconsciente, a estrutura se refere àquilo que coloca uma experiência para o sujeito que ela inclui. Como aponta Lacan é o inconsciente que é estruturado como uma linguagem, na medida em que tem em comum com esta o jogo metaforonímico.

Entretanto, uma linguagem singular, pois coloca em jogo o que falta ao sujeito para restabelecer uma relação de integralidade para com a verdade que o funda. A singularidade

da linguagem do inconsciente consistiria então no fato de aí os mecanismos da metáfora e metonímia realizarem a conexão do sintoma com o desejo para um sujeito, o que se realiza pela via do Édipo enquanto estrutura responsável pela entrada do sujeito na ordem simbólica. Esta especificidade pode ser apontada através da caracterização que Safouan (70) elabora do processo de entrada do sujeito na ordem simbólica, quando diz:

"Nesta etapa, seu desejo é o desejo da mãe, no sentido de que é em torno da castração desta que se estabelece sua falta a ser. É justamente esse sentido que ele ignora - ele não nasceu com a ciência da ordem simbólica, deve ser introduzido nela. Mas tal sentido não precisa esperar por seu saber para aparecer-lhe sob a forma do "sentido oculto". (pag. 62)

Se para os linguistas o simbólico é inconsciente e deriva da linguagem, vemos que na Psicanálise é o simbólico que se constitui como condição da linguagem e portanto do inconsciente. Revela-se assim o postulado da sobredeterminação simbólica dos fenômenos psíquicos proposto por Freud.

O conceito de estrutura para Lacan remete ao Nó Borromeano como a forma de articulação do Real, Simbólico e

Imaginário, pelo Sintoma -estruturantes - de maneira a intromisurar o sujeito em relação a cada um destes registros. A estrutura enquanto tal é pré-constituída e pré-constitui qualquer sujeito.

É importante ressaltar aqui que o presente trabalho não mobilizará as diferenças na concepção de Real, Simbólico e Imaginário no decorrer da obra de Lacan, o que por si só implicaria a necessidade de um trabalho isolado. Vamos então nos reportar, quanto ao uso de tais conceitos, apenas à bibliografia acima referida, além da referência ao texto "A Terceira"(86). A figura 1 resume as principais características do Nó Borromeano, que passamos a descrever.

Antes da apresentação das características do Nó Borromeano importa identificarmos aqui o estatuto que o nó enquanto tal adquire no interior da teoria lacaniana, uma vez que implica a escolha de uma via - a topologia - como privilegiada para apreender o conceito de estrutura em questão. Para Lacan (1974-75),

"Uma topologia é o que permite apreender como elementos que não estão nodulados dois a dois podem, todavia, fazer nó."

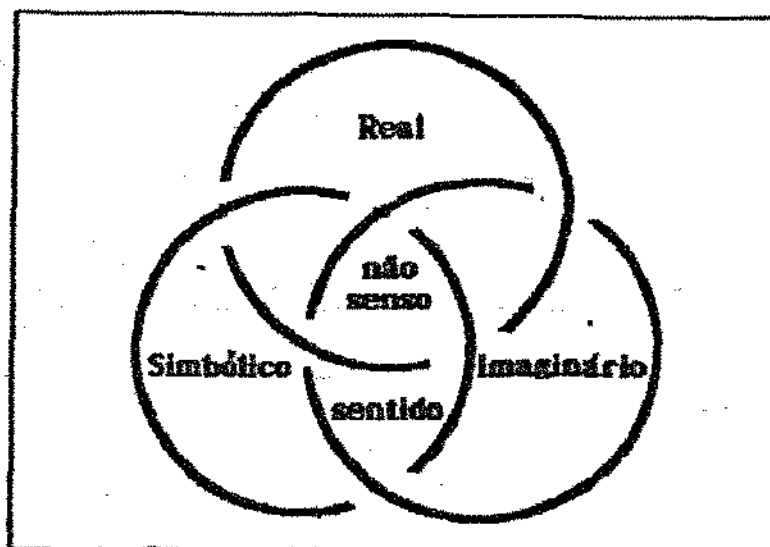


Figura 1. Nó Borromeano

O recurso à topologia se sustenta no fato de permitir, com as noções de vizinhança e de pontos de acumulação, enfatizar a descontinuidade, impedindo a vertente natural da representação imaginária que se desloca na continuidade. O que importa esclarecer é que os topólogos constroem objetos sem fazer apelo ao imaginário, produzindo uma subversão no espaço comum de representação. Podemos então compreender o que significa utilizar-se do nó borromeano, um objeto topológico, para referir a estrutura de que trata a Psicanálise. Pois, se a topologia permite esta redução do espaço imaginário da representação, então tratar a estrutura pela via do nó é situá-la no estatuto de real.

Esta questão é importante porque permite que se estabeleça uma diferença radical do conceito de estrutura no

campo psicanalítico com base no fato de o nó não se constituir como modelo de uma realidade e sim como uma escritura que visa suportar o real. Lacan sugere que o nó poderia ser pensado como metáfora do real, mas não como modelo de uma realidade, justamente por não se prender a uma representação imaginária. A noção de imaginário não tem outra origem que não a referência ao corpo, pois

"aquilo que se representa para o ser falante não passa do reflexo de seu organismo" (1974-75)

Segundo Granon-Lafont (85), Lacan foi conduzido à teoria dos nós como consequência da subversão que introduziu no uso operatório do corte na topologia das superfícies. Segundo a autora,

"Lacan subverteu completamente esta lógica, apoiando-se na vontade de operar sobre a superfície, de nela produzir uma história, de fazer com que ela seja atravessada por um movimento, de dar permissão à palavra para que assim ela saia da disposição atemporal das estruturas." (pag. 110)

A especificidade com que se reveste a noção de estrutura na Psicanálise é decorrente da ruptura que se produz na

relação com o saber quando da emergência do inconsciente como um saber próprio a cada um em particular, definido como um saber que não sabe de si. Pois a noção de estrutura parte do fato de que no simbólico há algo que é *Urverdrangt*, algo a que jamais damos sentido, um recalcado ineliminável, um furo. Lacan (1974-75) indica no seminário "R.S.I." que

"...o que Freud nos traz relativo ao Outro é o seguinte: só há Outro se o dizemos, mas é impossível dizê-lo completamente. Há um Urverdrangt, um inconsciente irreduzível, e dizê-lo não somente se define como impossível, mas introduz como tal a categoria do impossível".

É portanto enquanto referindo fundamentalmente o real que a estrutura se constrói, sendo que o real se define como o estritamente impensável, instituído pelo fato de haver inconsciente enquanto efeito da linguagem.

Como indica Milner (83), no capítulo 1 do livro "Les Noms Indistincts", a especificidade do nó borromeano consiste em:

a) ser impossível - e este é o real do Nó - desfazer um dos elos sem ao mesmo tempo liberar os outros dois;

b) os elementos serem distinguíveis - este é o simbólico do Nó;

c) nada haver como real que não deva como tal se escrever e se representar - aí o imaginário do Nó.

Cada elo, Real, Simbólico e Imaginário é ele próprio, como tal, Real Simbólico e Imaginário.

"O Nó tem em cada um de seus elementos as propriedades que como conjunto ele enuncia. Reciprocamente, cada um de seus elementos nomeia uma propriedade que afeta o conjunto considerado coletivamente, e cada um dos outros elementos, considerados distributivamente." (pag. 11)

Se o Real do Nó Borromeano consiste na propriedade de ao se desfazer um dos elos os outros se liberarem, este Real comparece no instante de ruptura - que tem a estrutura de corte - na qual se revela ser o elo desfeito aquele pelo qual os outros estavam ligados. Conforme aponta Milner no texto "*Heresies*", publicado no número 25 da revista *Ornicar?* de 1982:

"...a propriedade que faz o Nó decisivo não pré-existe ao gesto que suscita o Real do Nó." (pag. 44)

A estrutura consiste, pois, no entrelaçamento dos três registros, pelo Sintoma, dando lugar a um sujeito. A inclusão do sujeito na estrutura, operada no campo discursivo da Psicanálise, realiza a inclusão do Real na estrutura do sujeito, dado que a estrutura é Real e concebida como imperativa e necessária para dar lugar ao sujeito.

Uma das consequências da subversão operada no conceito de estrutura com a inclusão do sujeito se revela na distorção nas leis que regem a estrutura, uma vez que aqui a virtualidade do estruturante se converte numa ausência que suporta a ação mesma da estrutura.

Esta ausência - real da falta - institui uma ordem imaginária, contemporânea (sincrônica) à ordem real, porém dela diferenciada, a qual produz uma reduplicação do sistema estrutural, fato este que não deixa de atingir o elemento reflexivo, definindo-o como um "sujeito reflexivo no Imaginário e não-reflexivo no estruturante".

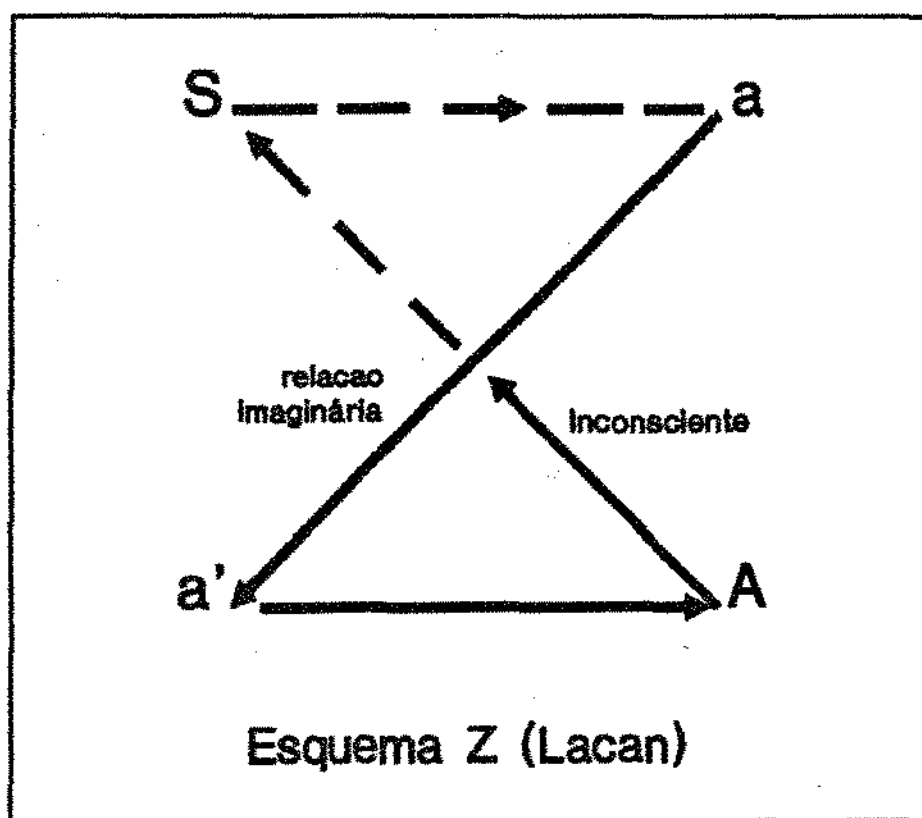
Vemos aí revelada a descoberta fundamental da Psicanálise na distinção reiteradamente indicada por Lacan entre os conceitos de Eu e de Sujeito do inconsciente, a qual constitui o centro das reflexões desenvolvidas na tese. Isto porque no presente trabalho é a partir da conceitualização do sujeito

como efeito do significante, enquanto sujeito do desejo inconsciente, que poderemos estabelecer relações com os conceitos de sujeito do discurso e sujeito da ideologia.

Conforme vimos no capítulo anterior, a relação do sujeito com a estrutura se faz circular porém **dissimétrica**, uma vez que se trata de uma inserção que só se realiza na postulação de uma função imaginária de desconhecimento - lugar do *Ku*, lugar de produção de representações que respondem à ausência do estruturante e completam a falta. A causa se reflete dentre os efeitos que ela determina e que se ignoram como tais. A causa como tal não é nunca aparente, visto que o estruturado (sujeito agente do imaginário) desconhece a ação que o forma.

O Imaginário constitui, assim, o ângulo de determinação de uma estrutura que comporta um sujeito. Fica evidenciado deste modo que a estrutura em Psicanálise comporta um logro, que toma o lugar da falta, votando o sujeito ao equívoco. Dado que o sujeito só se define pela sua relação para com o significante, temos que a alienação é, para a teoria psicanalítica, fato **significante** do sujeito, uma vez que este não se efetua como agente senão no Imaginário.

No plano do estruturado temos então um sujeito agente do Imaginário (mol) e no plano virtual do estruturante o sujeito enquanto elemento que pode ser representado por um significante para outro significante. A estrutura comporta um ponto utópico, lugar impossível de ser ocupado. Para que isto se perceba é imprescindível uma conversão de perspectiva. As figuras seguintes apresentam, respectivamente, o Esquema Z e o Esquema R, resumindo os principais elementos em jogo na questão da subjetividade.



É na duplicidade tópica instaurada com os planos da estrutura enquanto estado atual (estruturado) e da estrutura enquanto virtualidade (estruturante) que se configura no inte-

rior da linguagem a divisão que o Inconsciente faz incidir sobre o sujeito. É a esta divisão que Freud articula a Outra Cena onde se decide a verdade do sujeito.

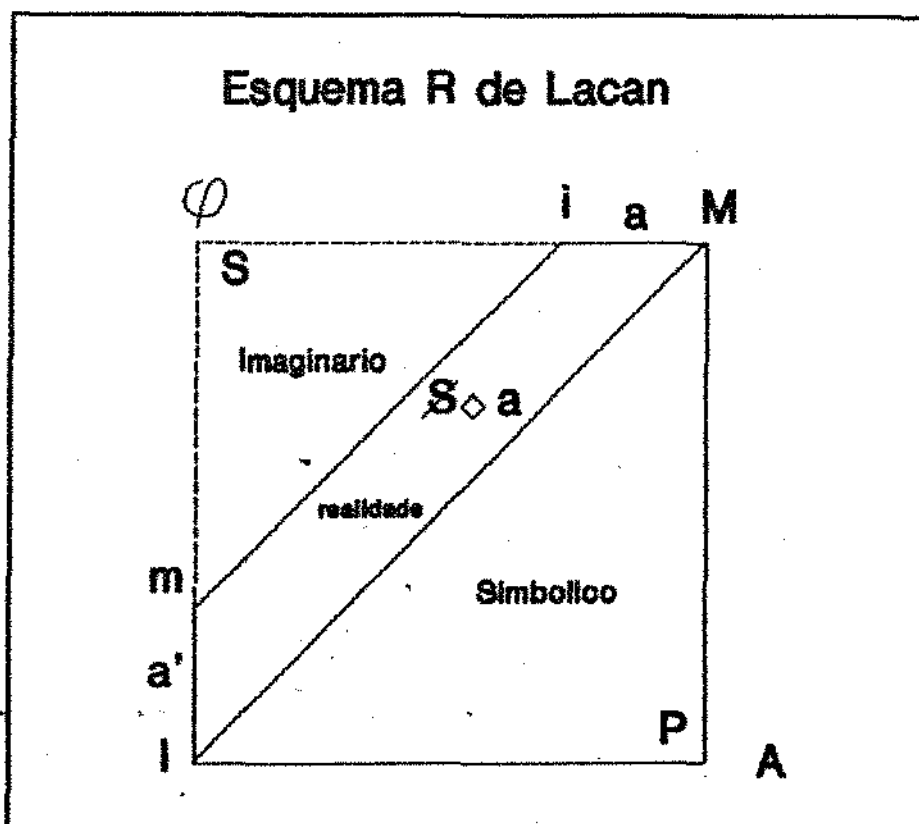


Figura 3. Esquema R em Lacan

O sujeito da estrutura é assim afetado pelo inconsciente e não poderá portanto, como indica Miller no texto "*Action de la Structure*", ser o suporte indiviso do código e da mensagem: o código, necessário à produção da palavra, mas ausente da palavra enunciada pelo sujeito, situa-se na dimensão de alteridade radical. O plano do enunciado, no qual o sujeito se refere em primeira pessoa é inapelavelmente separado do lugar do código onde o sujeito é dado, onde sua palavra se origina, mas

Justamente onde, enquanto sujeito-agente do imaginário ele é elidido.

Se o borromeanismo não existe senão no desligamento onde irrompe o Real do Nó, no ato de corte pelo qual os elos se dispersam, e se o Real é aquilo que resiste à simbolização e à representação, sob que outra modalidade, senão a do horror ao que não tem nome nem forma poderia o sujeito, efeito da estrutura, experienciá-lo?

Se o aforisma "*o inconsciente estruturado como uma linguagem*" é ponto de partida de uma leitura do texto freudiano centrada na primazia do Simbólico, isto no entanto não deixa de produzir um resto que vem apontar para o Real em jogo na experiência psicanalítica.

No texto da *Observação sobre o Informe de Daniel Lagache*, Lacan (1958) afirma que nem tudo é significante, completando em seguida: porém é estrutura. É relevante notar a este respeito que em vários momentos de seu ensino Lacan identifica a estrutura com o significante, como no Seminário 3, destinado ao estudo das psicoses:

"...a noção de estrutura e a do significante aparecem inseparáveis. De fato, quando analisamos uma estrutu-

ra, é sempre, pelo menos idealmente, do significante que se trata." (pag. 210)

A que se refere então o conceito de estrutura no campo da Psicanálise? Qual a sua especificidade?

Para Lacan, o estruturalismo é o que permite colocar a experiência da Psicanálise como o campo onde *Isso*¹ fala. Depreende-se daí o papel radical que a estrutura adquire na constituição mesma da experiência de que se trata no campo psicanalítico. Se a Psicanálise se funda na descoberta, revelada pela fala das histéricas, do Inconsciente enquanto o que falta ao sujeito para restabelecer uma relação de integralidade para com a verdade que o causa, fica evidente que a especificidade do conceito de estrutura na Psicanálise reside na necessária inclusão do sujeito. Diferentemente do sujeito da consciência, que os estruturalistas se esforçaram em eliminar da estrutura, Lacan faz incluir nela o sujeito do Inconsciente. Esta inclusão terá como efeito a necessária referência à introdução da dimensão da temporalidade.

É importante salientar neste ponto que a utilização que Lacan faz do termo *sujeito* visa especialmente o esvaziamento da noção de uma subjetividade entificada a ele associada,

conforme ficou esclarecido no capítulo em que tratamos da constituição do sujeito pela via do significante.

A estrutura é em primeiro lugar um grupo de elementos formando um conjunto covariante. Isto responde pelo aspecto sincrônico da estrutura. A introdução da dimensão da diacronia nesta estrutura corresponde à inserção do sujeito da palavra - pois para a Psicanálise só há sujeito enquanto falante - na estrutura da linguagem. Uma das consequências disto é a caracterização do tempo da estrutura como genealógico e o tempo de um falante, a ela subdito, ou dela efeito, como o tempo sintomático - o futuro anterior, tempo da retroação que caracteriza o movimento desejante do sujeito (tempo da tragédia grega).

A introdução necessária da diacronia na sincronia aponta, no entanto, para um aparente paradoxo, na medida em que afirma que no conjunto dos significantes tomado sincronicamente não falta nenhum elemento, concomitantemente à afirmação de que, no plano da remissão em cadeia dos significantes, há uma falta. Ao Outro, tomado aqui como o tesouro dos significantes, falta. A escrita do matema $S(A)$ revela justamente este fato, naquilo que nos indica que à falta de significante no Outro corresponde o Falo(ϕ) como símbolo que funciona como o significante irreduzível, aquele na falta do qual nenhum significante poderia representar

o sujeito para outro significante. O Falo funciona assim como operador indispensável na constituição da ordem simbólica quando se pensa a estrutura incluindo necessariamente um sujeito.

Para Lacan, estrutura é sinônimo de linguagem e por isto se diz que ela consiste na articulação do significante como tal, segundo leis que lhe são absolutamente próprias. A estrutura não tem então nada em comum com a "estrutura do organismo" da qual falam os teóricos da Gestalt, na suposição de uma totalidade orgânica, mas insere-se, pelo contrário, em uma ordem absolutamente heterogênea para com esta. Entretanto, a estrutura no uso que lhe dá Lacan, não deixa de se aproveitar das hiancias da gestalt orgânica para submetê-la, como fica evidenciado na função formadora e pregnante da imagem no Estádio do Espelho, bem como na constituição das zonas ditas erógenas, cuja estrutura de borda sustenta o recorte dos orifícios do real do corpo pela ação dos significantes da demanda do Outro.

Outro aspecto importante a ser considerado se refere à rejeição da antinomia "estrutura aparente" e "estrutura distante da realidade", indicando que a estrutura aqui não coincide com a construção de um modelo teórico. Segundo Lacan esta antinomia encobre um outro modo de pensar a estrutura que corresponde

aos efeitos que a combinação pura e simples do significante determina na realidade onde se produz.

A estrutura, enquanto lógica, é rigorosamente aquilo que não existe (ausente), cabendo-lhe a atribuição de pertencer à dimensão de uma virtualidade. Dizemos então que a estrutura como causa real não se aplicaria estritamente a categoria tempo; entretanto, enquanto diferenciadora em seus efeitos, impõe a lógica de uma temporalidade, o que quer dizer um tempo lógico, que evidentemente não é outro senão aquele engendrado pela lógica do significante.

O comparecimento da estrutura pela via da atualização diferenciadora de seus efeitos, implica uma temporalidade segundo a qual se efetuam, em ritmos diversos, os elementos de coexistência virtual. A introdução da dimensão diacrônica na estrutura sincrônica promove portanto a logicidade de um tempo retroversivo, cuja marca é constituída pelo efeito de regressão que a estrutura então impõe a um sujeito que dela é efeito.

A atualização da estrutura se dá num processo de diferenciação que evidentemente inclui uma dinâmica, uma temporalidade - a qual, do ponto de vista da estrutura é apenas aparente, visto que esta não comporta o movimento. É somente na suposição de um elemento nesta estrutura que a reflete,

percebe e significa que se constitui a dimensão da temporalidade - o tempo do sujeito, enquanto efeito da ação da estrutura é o futuro anterior (terá sido e será tido) subdito que está à lógica do só depois própria da estrutura. É por isto que se afirma que o Édipo é estruturante para o falante.

Vemos portanto que ao abordar o fator tempo em uma constituição fantasmática qualquer (subjetividade) faz-se necessário referir a especificidade de comparecimento da dimensão tempo na subjetividade aos tempos lógicos de estruturação do sujeito. A subjetividade é assim referida aos efeitos da falta real da estrutura e portanto se configura no plano do estruturado.

Apontamos para a necessidade de se trabalhar cuidadosamente a aparente distância entre o plano virtual da estrutura e os seus estados estruturados. Isto porque embora seja imprescindível diferenciar o sujeito - que para a Psicanálise é necessariamente o sujeito do desejo inconsciente - e subjetividade, diferença esta correspondente à distinção comumente feita entre o sujeito suporte no estruturante e o sujeito reflexivo no imaginário, não há que esquecer que não existe distância entre o virtual e o atual.

A subjetivação, como efeito da ação da estrutura, impõe ao sujeito o desconhecimento daquilo que o causa, isto é, da verdade de sua divisão. O efeito-sujeito se toma como causa lá onde é efeito do significante ($\$$), o qual enquanto causa material o divide. É por isto que há disjunção entre saber e verdade para o sujeito.

Se o estruturalismo é indispensável para a própria constituição do campo onde Isso fala e goza, a distância da experiência para com a estrutura se desvanece, posto que esta opera como a máquina original que constitui uma experiência para o sujeito que ela põe em cena. Uma subjetividade aí se insere como resultado da ação da estrutura.

É importante neste momento salientarmos que para além de coincidências que possivelmente encontramos com outras abordagens ditas estruturalistas, impõe buscarmos a especificidade da questão da diacronia/sincronia quando trabalhamos com a hipótese do inconsciente. A ênfase neste aspecto se faz na tentativa de evitar mal-entendidos e confusões que podem advir de uma assimilação da teoria psicanalítica com o estruturalismo. Se o texto freudiano constitui o referencial teórico da leitura que Lacan realiza, o caráter estrutural desta se apresenta indissociavelmente ligado à peculiaridade da introdução da hipótese do inconsciente no campo do saber. As consequências

desta inclusão exigem a elaboração de um modelo específico para se pensar a diacronia.

É necessário ressaltar que encontramos, nas produções teóricas no campo da Psicanálise, abordagens que representam a oposição que equivocadamente se pode fazer da questão da história e da estrutura, privilegiando ora um ora outro dos aspectos aí em jogo, na suposição de uma possível independência entre eles. Há aqueles que valorizam a experiência particular de desenvolvimento na sucessão de estados de organização da libido em detrimento de uma apreciação da causalidade estrutural aí em jogo. E há aqueles que incorrem em um imperialismo da estrutura, pois deixam de abordar a articulação desta com aquilo que pertence ao domínio da experiência de um sujeito, reduzindo a Psicanálise a um "estruturalismo".

Parte dos desentendimentos no que respeita a questão sob análise origina-se na dificuldade em se apreciar devidamente o que está implicado no conceito de diacronia no freudismo, uma vez que este recusa uma equivalência do temporal com o contínuo. Neste ponto vale apontar a coincidência com a atividade estruturalista no que esta recusa qualquer ideologia da continuidade, o que entretanto não impede Levi-Strauss de ter uma abordagem do tempo como contínuo e homogêneo. Desde a Psicanálise vemos que este mito da continuidade é sobredeter-

minado. Vários elementos constituem o quadro referencial mínimo para se pensar a diacronia na teoria freudiana, dos quais apontaremos os mais importantes. Nesta reflexão seguiremos as sugestões de Green (67).

Longe de constituir uma oposição, o par diacronia/sincronia sofre um deslocamento com a consideração da hipótese do inconsciente, uma vez que no campo psicanalítico a estrutura adquire a especificidade de se definir como aquilo que coloca uma experiência para o sujeito que ela inclui. Vemos aí que se a Psicanálise coincide com a exclusão do sujeito psicológico que a abordagem estruturalista realiza, por outro lado ela necessariamente inclui um sujeito que é referido ao estatuto de cisão/ruptura que o conceito de inconsciente introduz: um sujeito marcado pela *Spaltung*, um sujeito dividido.

Se a causa da divisão é o fato de haver estrutura, vale dizer linguagem, então trata-se de podermos articular devidamente os elementos da estrutura de forma a incluir entre eles um elemento que é efeito desta, o que impõe pensar a causalidade fora de um modelo mecanicista de causa precedendo efeito.

Dado que a Psicanálise introduz um sujeito na estrutura como seu efeito, necessariamente o tempo tem que ser aí incluído. Entretanto, é imperativo especificar que temporalidade

é esta que aí se inscreve - o tempo do sujeito - em suas relações com o caráter de **intemporalidade** com o qual Freud definiu o inconsciente.

Longe de excluir a história e suas influências sobre os avatares do desenvolvimento de uma subjetividade, a teoria psicanalítica inscreve as suas marcas, quer sob o conceito de **Id (Isso)** - representando na teoria a "influência da hereditariedade" na especificidade que este conceito aqui adquire - quer sob o conceito de **Superego** que responde essencialmente pela "influência do que é retirado de outras pessoas". Tanto um quanto outro respondem pelas influências do passado, ao passo que na teorização da segunda tópica cabe ao **Ego** sofrer a determinação pela própria experiência do indivíduo, isto é "por eventos acidentais e contemporâneos". É importante ressaltar que no quadro do aparelho psíquico que Freud descreve, o conceito de **Superego** responde pelo reconhecimento dos efeitos determinantes da extrema dependência para com um outro semelhante que caracteriza a constituição do sujeito humano.

"O longo período da infância, durante o qual o ser humano em crescimento vive na dependência dos pais, deixa atrás de si, como um precipitado, a formação no ego de um agente especial no qual se prolonga a influência parental. Ele recebeu o nome de superego.

Na medida em que este superego se diferencia do ego ou se lhe opõe, constitui uma terceira força que o ego tem de levar em conta" (1938).

No texto *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, através do estudo dos fenômenos da identificação, destacando três tipos aí diferenciados, Freud demonstra a impossibilidade de se manter a dicotomia indivíduo/sociedade, produzindo uma teoria que justamente funda a possibilidade de haver subjetividade na relação fundamental e constitutiva com o outro semelhante, naquilo em que este remete ao Outro como lugar da linguagem.

"O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para os seus impulsos; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um

oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é ao mesmo tempo, também psicologia social" (1921).

O que fica ressaltado a partir desta citação é que no campo da Psicanálise não se mantém a concepção tradicional que liga o desenvolvimento histórico individual a uma atividade de superação comandada por um sujeito lúcido e consciente do seu querer.

A fim de caracterizarmos a especificidade da noção de diacronia no freudismo examinemos primeiramente a propriedade de intemporalidade com a qual são revestidos os fenômenos inconscientes.

Num dos textos da Metapsicologia - "*O Inconsciente*" - de 1914 encontramos uma caracterização precisa e clara a respeito dos processos inconscientes. Ali se afirma que nesse sistema não há lugar para negação, dúvida ou quaisquer graus de certeza, sendo estes introduzidos pelo trabalho da censura que atua entre o Inconsciente e o Pré-consciente. Além disso, Freud caracteriza os processos que ocorrem neste sistema como *intemporais*, isto é,

"...não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se mais uma vez ao trabalho do sistema consciente."

Em 1900, no clássico texto sobre a "Interpretação dos Sonhos" Freud já apontara para o fato de os desejos inconscientes permanecerem sempre ativos, caracterizando-os como caminhos que sempre podem ser percorridos, em qualquer ocasião em que uma quantidade de excitação faça uso deles.

"Na verdade, é um aspecto saliente dos processos inconscientes o fato de serem indestrutíveis. No inconsciente nada pode ser interrompido, nada fica para trás ou é esquecido"

Podemos concluir destas indicações que o inconsciente não aprende nada das lições da vida, sendo invulnerável à prova do tempo. A experiência posterior do sujeito não tem poder resolutivo sobre o desejo inconsciente. Vemos então que a noção de *intemporalidade* está indissociavelmente ligada com a de *indestrutibilidade* do desejo. Entretanto, permanece a questão de se equacionar como, face à *indestrutibilidade*, face ao não desaparecimento do desejo, isto se temporaliza. Tanto na

dimensão de um futuro - enquanto não desaparecimento - quanto na dimensão de um passado - enquanto ausência de origem - o conceito de intemporalidade impõe restrições a uma abordagem ontogenética da subjetividade.

Um dos elementos teóricos mais importantes para pensarmos a questão aqui colocada é apontado por Freud na caracterização da teoria do desenvolvimento da libido, quando ele indica que no humano há dois momentos que marcam o aparecimento da sexualidade: aquele de uma organização infantil e que coincide com o Complexo de Édipo e o outro que ocorre na puberdade. A passagem de um para outro é marcada pelo recalçamento. O que Freud observou é que as escolhas de objeto da vida adulta, inauguradas na puberdade, constituem um retorno das escolhas amorosas da infância, vale dizer, representam um retorno a uma situação infantil relegada ao esquecimento. O que fica assim apontado é que a chamada progressão coincide com uma regressão, ou melhor, se faz via regressão. O caráter di-fásico da evolução sexual marca portanto uma descontinuidade que presen-tifica a indestrutibilidade do desejo inconsciente. Este elemento de descontinuidade/ruptura também é encontrado quando Freud analisa as relações do indivíduo com a espécie e observa que o sujeito está aí duplamente assujeitado: pela natureza mesma da sexualidade (não há como fugir das pulsões) e porque ele serve à espécie. Como bem coloca André Green (1967),

...“alugando-lhe suas forças contra um prêmio de prazer”, a título de vetor, de hospedeiro receptor cuja função é assegurar a sutura das gerações. (pag. 370)

O que Freud nos traz com a descoberta do inconsciente é que as experiências vividas pelo sujeito não estão à altura de suas consequências, e portanto é preciso buscar uma explicação que equacione a desproporção entre causas e efeitos. Vale ressaltar que com o di-fasismo da sexualidade, marcado na dimensão diacrônica, Freud vem introduzir uma clivagem no interior de um momento sincrônico. Isto corresponde à introdução no tempo do sujeito de um tempo Outro, tão inacessível quanto esta Outra Cena, lugar do inconsciente.

A questão principal a ser equacionada se resume, então, nas relações entre estrutura e experiência como consequência desta forma específica de estruturação no só-depois que corresponde à originalidade da descoberta freudiana. No que consiste fundamentalmente esta forma de ação da estrutura?

Vejamos a que se refere o conceito subsumido sob o termo alemão *Nachträglichkeit* (subst.), *Nachträglich* (adj. e adv.). O termo é frequentemente utilizado por Freud em relação com a sua concepção de temporalidade e da causalidade psíquica. No

"Vocabulário de Psicanálise" de Laplanche e Pontalis (1967) encontramos a seguinte descrição:

"...Há experiências, impressões, traços mnésicos que são ulteriormente remodelados em função de experiências novas, do acesso a outro grau de desenvolvimento. Pode então ser-lhes conferida, além de um novo sentido, uma eficácia psíquica." (pag. 441)

Em 1896 numa carta a Fliess, Freud afirmava a este respeito:

"Trabalho com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico formou-se por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços de memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias - a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações."

Há três pontos que resumem os principais aspectos da concepção freudiana do só-depois:

1 - o que é remodelado posteriormente consiste naquilo que no momento em que foi vivido não pode ser integrado plenamente em um contexto significativo;

2 - a remodelação posterior pode ser acelerada pelo aparecimento de acontecimentos e situações, ou por uma maturação orgânica;

3 - a evolução da sexualidade, em função de seu caráter di-fásico, constitui fator determinante para a ação de uma estruturação no só-depois.

Vale enfatizar que com esta concepção de estruturação no só-depois, necessariamente passamos a considerar que a experiência constitui uma possibilidade de significação para o sujeito, mas que não tem per se o poder de construir esta significação. A experiência se dá enquadrada pela estrutura.

A partir do que consideramos até este momento, é preciso ressaltar que a descoberta dos processos inconscientes tem como consequência a consideração necessária de uma cisão do momento da experiência com relação ao momento da significação. É preciso ainda derivarmos da estrutura a imposição dos retornos, ou seja, é necessário demonstrarmos como é próprio

da ação da estrutura este movimento de retroação. Esta cisão é constitutiva do sujeito.

Se a estrutura para a Psicanálise inclui um sujeito que dela é efeito, e se estrutura é a da linguagem, importa conceber o Simbólico com uma especificidade capaz de responder pelos mecanismos através dos quais um sujeito a ele, Simbólico, acede. Pois, se é fato que o Simbólico pré-existe ao sujeito, este tem ainda que aí fazer sua inserção.

Se por uma lado o aforisma lacaniano nos impõe a articulação dos processos inconscientes com os mecanismos da linguagem, por outro ele implica a introdução da castração no campo dos estudos da linguagem. É neste sentido que a noção de Simbólico mobilizada pela Psicanálise necessariamente será diferente daquela que comparece no estruturalismo e deverá responder por aquilo que incluindo um sujeito na estrutura possibilita que o simbólico para ele faça sentido.

Se a articulação dos significantes na sua estruturação própria é como tal insuficiente para dar conta da experiência de que trata a Psicanálise é porque a estrutura neste campo inclui além do Simbólico (jogo significante) e do Imaginário (representações) também o registro do Real. Em um primeiro tempo da obra de Lacan encontramos a categoria do Real subsumindo a noção

daquilo que é irreduzível à lei simbólica e à representação, vale dizer, como o excluído. Posteriormente o Real como registro escreverá na estrutura este irreduzível, este resíduo. A nomeação do Real equivale à introdução na estrutura de que trata a Psicanálise daquilo que falta estruturalmente na ordem simbólica.

O nó borromeano que articula os três registros de uma maneira específica constitui uma metáfora da estrutura. A consequência radical do destacamento dos registros reside na necessária distinção de um plano da subjetividade no qual o sujeito se apreende imaginariamente como agente - ilusão subjetiva - vale dizer, plano em que a subjetividade se resume a objeto, e o plano em que referimos a relação estrutural dissimétrica do sujeito com o Outro.

A subjetividade se constitui na estruturação do Édipo que significa (dá sentido a) retroativamente a operação de constituição do sujeito pelo significante. Portanto, embora não exista distância entre subjetividade e sujeito no que respeita à estrutura - a qual, na sua sincronia, enquanto causa é imperativa - é possível e necessário distinguir os dois planos para que possamos referir a uma mesma estrutura - enquanto estrutura do falante em sua universalidade invariante - diferentes modalidades ou atribuições de sentido, constituindo

posicionamentos ou ancoramentos privilegiados em certos lugares da estrutura, determinados por operações específicas do significante.

A abordagem da estrutura pode ser referenciada a partir dos trabalhos de Lacan sob dois pontos de vista: o da topologia e o da lógica. Utilizaremos neste trabalho as duas vias a fim de melhor refletirmos sobre as especificidades das noções de sentido e de sujeito no campo psicanalítico. No próximo capítulo trabalharemos especificamente a abordagem ao conceito de estrutura pela via da lógica.

Notas

1. Tradução brasileira do ca que na literatura psicanalítica francesa corresponde ao Es alemão, conforme nota número 6 do tradutor do Seminário Livro 1 Os Escritos Técnicos de Freud.

Capítulo 3. Sobre a Lógica da estrutura e a questão do Real

3.1. Questões preliminares

Neste segmento serão apresentadas as considerações básicas que fundamentam a leitura que propomos a respeito da forma diferenciada de comparecimento do Outro na teorização de Pêcheux, bem como das consequências daí advindas no que concerne a conceituação específica de sentido mobilizada nas suas últimas elaborações.

Conforme apontamos anteriormente, esta leitura se realiza a partir do texto Discurso: estrutura ou acontecimento (83), no qual identificamos a necessidade de trabalhar uma noção de estrutura compatível com a introdução da hipótese do inconsciente no campo do conhecimento.

O objetivo da reflexão a ser aqui desenvolvida consiste em demonstrar como, desde o referencial da teoria psicanalítica, se viabiliza compatibilizar estrutura e acontecimento (enquanto ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória), uma vez que a estrutura neste campo se dá como cercamento da infância radical do Real, incluindo-o. Vale notar que esta inclusão é correlativa da consideração necessária do sujeito como efeito do significante e da introdução da categoria de Real para

referir os efeitos de "não-senso" no campo do sentido. Interessa-nos portanto construir uma elaboração da estrutura cuja lógica coloque em jogo a dimensão Real do inconsciente - o impossível.

A referência ao Real impõe a diferenciação de dois planos intrinsecamente relacionados: o da impossibilidade - o Real é o impossível - e o da ocorrência - o Real como aquilo que não cessa de não se escrever, retornando sempre ao mesmo lugar. Justo por impossível, não cessa de comparecer como falta. Isto necessariamente implica que a lógica da estrutura deve possibilitar a indicação de cada vertente aqui aludida. Veremos, mais adiante, que isto se faz pela via das modalidades do contingente e do impossível.

Se a estrutura se define como o cercamento do impossível rejuntar fundado pelo recalçamento originário, então interrogá-la naquilo que ela tem de invariante passa, evidentemente, pelo cercamento das formas de comparecimento do Real. Lacan traçou as vias desta abordagem segundo dois eixos: o do Real que insiste na *Alingua* e o do Real na *Topologia*. No capítulo anterior introduzimos alguns elementos característicos da abordagem topológica. Quanto ao primeiro eixo, podemos identificar pelo menos três lugares de insistência:

- no equívoco, onde o Real insiste do lado do Imaginário;
- na gramática - suporte da pulsão - onde o Real insiste do lado do Simbólico e
- nos impasses da lógica, onde o Real comparece enquanto impossibilidade de definir o estatuto da existência (Não-
Todo).

Cada um desses lugares funda um modelo específico como via de exploração do Inconsciente. Vamos nos ater, neste capítulo, à exploração lógica do Real, uma vez que é de interesse para a presente reflexão delinear os efeitos da introdução da hipótese do inconsciente para a consideração do conceito de estrutura e sua lógica. Quanto a este ponto vale lembrar o que Lacan indica no Seminário "...ou pire":

"O uso da lógica não é sem relação com o conteúdo do inconsciente já que não é porque Freud disse que o inconsciente não conhecia a contradição que este não seja terra prometida à conquista da lógica"

Quanto à categoria do impossível, é interessante de início ressaltar que a relação ao impossível é uma relação de pensamento, isto é, o sentido desta relação está na dependência

da impossibilidade demonstrada ser estritamente uma impossibilidade de pensamento, visto que esta é a única demonstrável. O impossível refere precisamente o impensável. Isto significa que a estrutura deve comportar um lugar que represente não o impossível, que como tal resiste à simbolização, mas a escrita da impossibilidade, vale dizer, a impossibilidade demonstrada. Este ponto deve ficar enfatizado pois é pela mobilização de uma escrita dos limites da escrita que, de fato, passa-se a operar teoricamente com os efeitos da linguagem, conseqüentemente com o fato de haver inconsciente.

A insistência com que trabalhamos esta questão deve-se a uma necessidade de operar de forma rigorosa com o conceito de inconsciente e referi-lo à dimensão real que fundamentalmente o caracteriza. O que significa afirmar que o inconsciente não se confunde com o obscuro ou o oculto e não se define como o oposto de consciente. Apontar para a dimensão real do inconsciente equivale a fazer vigorar a hiância descoberta por Freud entre o sistema pré-consciente/consciente e o sistema inconsciente, fundada pelo recalçamento originário. Lembremos que Lacan concebe o Nó Borromeano (estrutura) como uma metáfora possível do real, enquanto referindo o impossível colocado em jogo pelo *Urverdrangt*.

Através do exame da reformulação que Lacan propõe das quatro categorias fundamentais da Lógica aristotélica quando se trabalha com a hipótese do inconsciente poderemos abordar a questão da impossibilidade e verificar de que modo fornecem as fórmulas da escrita dos limites da escrita. A importância deste ponto fica evidenciada quando notamos que a escrita, a questão da letra, é a condição básica de existência de uma ciência.

Já nos referimos em capítulo anterior à questão da relação da Psicanálise com a ciência, no sentido de salientar que para Lacan a Psicanálise não é concebível sem a suturação que a ciência moderna opera com relação ao sujeito. Mas o que é a ciência moderna referida por Lacan?

Trataremos desta indagação através da referência ao excelente texto de Milner (91) apresentado no Colóquio "*Lacan avec les Philosophes*". O autor aí demonstra a necessidade que se colocou para Lacan de construir uma teoria da ciência, apesar desta não se constituir como ideal para a Psicanálise. Segundo Milner, as razões aí envolvidas não se prendem a um cientismo de Lacan, uma vez que este não crê no ideal da ciência, mas dizem respeito à teses historicizantes, na medida em que no discurso de Lacan se estabelece que a Psicanálise não poderia se desenvolver sem o universo infinito da ciência.

Para romper com a pertinência, para a Psicanálise, do par ciência-ideal/ideal de ciência, ao qual a teoria freudiana esteve atrelada, Lacan teve que fazer uso de operadores homomorfos aos operadores históricos de sucessão e ruptura. Entretanto, como Milner tão bem observa, obtém-se, em sua reflexão, uma articulação não-cronológica do conceito de ruptura. Este ponto é de interesse para a presente discussão, na medida em que implica que não há transformação de sistema a sistema, de discurso a discurso, senão por aquilo que se denomina "catástrofes". Entretanto, como pensar a "catástrofe" senão em referência a um acontecimento que promove ruptura, vale dizer, como apontamento de um impossível, irrupção de real?

Mas, para melhor discutir o problema aqui colocado, devemos nos perguntar o que a Psicanálise tem a ver com o universo infinito da ciência. Para responder a tal questão temos necessariamente que passar por uma descrição das características da ciência moderna, vale dizer, galileana. Com respeito a este ponto, sabemos o quanto Lacan se baseia nas teses de Koyré e Kojève. Vale indicar então que para Koyré, segundo a apresentação de Milner, os traços definidores da ciência moderna se resumem a: **empiricidade e letra matemática**. A conjunção destes dois critérios significa que a ciência moderna deve salvar a pesquisa grega do Mesmo, a despeito de tornar-se empírica, isto é, apesar de ter necessariamente de lidar com o

diverso, ou com aquilo que poderia ser de modo diferente do que é.

Enquanto a ciência grega se caracterizava por ser matemática, uma vez que seu objeto, como o da matemática, relevava do eterno e do necessário, a ciência galileana, tendo que lidar com o empírico, com o campo da diversidade, é intrinsecamente não-matemática, devendo entretanto ser matematizada, pois é a dimensão da letra que permite o cálculo, devendo portanto o empírico ser literalizável.

Milner sublinha que Lacan faz combinar o discriminante de Koyré com o discriminante estrutural de Popper, descrito no princípio de refutabilidade. Faz notar que apenas uma proposição contingente pode ser refutável; isto implica então que a estrutura da ciência moderna repousa totalmente na noção de contingência. A necessidade que atribuímos às leis da ciência nada mais são, segundo a feliz imagem forjada por Milner, do que a cicatriz desta contingência mesma. É na passagem da contingência para a necessidade que teremos que elaborar o conceito de impossível. Pois,

*"...manifestar que um ponto do universo é como é,
isto requer que sejam lançados os dados de um*

universo possível onde este ponto seria outro que ele não é." (pag. 341)

Há portanto referência ao instante de um relâmpago, imediatamente anterior à fixação do evento na letra, no qual poderia infinitamente ser outro. Uma vez fixado na letra, somente a necessidade permanece, impondo o esquecimento necessário da contingência que a autorizou. Conforme foi apontado anteriormente, Lacan denomina de sutura a não oportunidade de retorno a este momento anterior no qual o resultado do lance de dados poderia ter sido outro. Milner aponta que a radicalidade do esquecimento é nomeada por Lacan de forclusão. Ao intervalo de tempo onde os dados turbilhonam, antes de cair, a teoria lacaniana denomina de emergência do sujeito,

"...o qual não é o lançador dos dados (o lançador não existe), mas os dados mesmos, enquanto eles estão suspensos. Na vertigem destes possíveis mutuamente exclusivos, estala enfim, no instante posterior no qual os dados caem, o flash do impossível: impossível, uma vez jogados, que os dados tragam outro número sobre as suas faces lisíveis. De onde se vê que o impossível não se disjunta da

contingência, mas aí constitui o núcleo real." (pag. 341)

A ciência moderna, repousando sobre o domínio do contingente, tem necessariamente que lidar com o infinitamente outro, alteridade radical do empírico. Daí a constatação de que não há nada que seja fora-Universo, e a conseqüente conclusão de ser ele infinito. Mas o que o inconsciente tem a ver com tudo isto? A resposta se encontra na observação precisa de que a hipótese do inconsciente é a afirmação do Universo da ciência, pois

"A Psicanálise retoma o problema do Universo e o soluciona assim: o conceito de que há um Universo, de que nada faz exceção a isto, nem mesmo o Homem, é isto que diz não à consciência, é o Inconsciente."
(pag. 342)

A Psicanálise intervém justamente nisto que empreendendo uma crítica da consciência institui um objeto que a ultrapassa e está em pleno acordo com a inexistência de exceção ao Universo, reafirmando portanto a tese de que nada há fora do Universo. Se a Psicanálise constituiu, como disse Freud, uma ferida no narcisismo, isto deve ser compreendido no sentido da

inexistência de exceção para si mesmo, demanda característica de qualquer narcisismo. Como salienta Milner,

"A hipótese do inconsciente não é nada mais do que uma outra maneira de afirmar a inexistência de tais exceções: por esta razão mesma, ela não é nada mais nada menos do que uma afirmação do Universo da ciência" (pag. 343)

O Universo, enquanto objeto da ciência, é contingente e finito intrinsecamente infinito. Entretanto, as marcas desta infinitude necessitam ser encontradas nele, e não fora dele. O infinito, no dizer de Milner, parasita o finito, na medida em que este se coloca como podendo ter sido infinitamente outro. Do mesmo modo, na Psicanálise, o inconsciente parasita o consciente, demonstrando que o prefixo de negação aí presente (na língua alemã *Un*) não aponta para o complementar do termo positivo. Conforme apontamos anteriormente, o inconsciente não se resume a ser o não-consciente.

A descoberta freudiana do inconsciente demonstra que a divisão experimentada pelo ser afetado pela linguagem se dá entre a verdade (do desejo) e o saber (sobre o que o causa), sendo esta *Spaltung* o que subsume o uso do termo sujeito na teoria de Lacan. Para este, a modificação introduzida por Freud

com a elaboração da segunda tópica refere-se menos a uma certificação de aparelhos do que a uma retomada da experiência segundo uma dialética cuja lógica o estruturalismo posteriormente elaboraria.

Lacan mantém o termo *sujeito* para o que a estrutura constrói, a fim de despejar toda ambiguidade a respeito justamente do que há que abolir, pois se o sujeito do desejo se situa no nó da diferença, então toda referência humanista torna-se supérflua e como tal deverá ser abolida. O que deve ser eliminado fica abolido, com a manutenção do termo *sujeito*, até o ponto em que o próprio termo se destine ao que substitui. Esta a estratégia de Lacan na conservação do termo *sujeito*.

Para a Psicanálise o Saber se constitui como um enigma presentificado pelo Inconsciente, e este enigma Lacan (1973) o formula assim:

"...para o ser falante, o saber é o que se articula."

(pag. 188)

Notemos a referência diferenciada ao Saber e *saber* e indiquemos que, sendo testemunho de um Saber, o Inconsciente necessariamente é um Saber que não se sabe, um Saber sem sujeito, um Saber no que em grande parte escapa ao ser falante.

Lacan (1973) o define como um saber-fazer com alíngua e acrescenta:

"É o que se sabe-fazer com alíngua ultrapassa de muito o que podemos dar conta a título de linguagem." (pag. 190)

Portanto, se o aforisma lacaniano enuncia que o inconsciente tem estrutura de linguagem é porque os efeitos de alíngua vão muito além daquilo que sobre isso o ser falante é capaz de enunciar.

"É nisto que o Inconsciente ... só pode estruturar-se como uma linguagem, uma linguagem sempre hipotética com relação ao que a sustenta, isto é, alíngua." (pag. 190)

O discurso científico se constitui na suposição de um saber que se transmite integralmente, e portanto a consideração de um discurso científico concernente ao Saber deve interrogá-lo lá onde ele está, vale dizer, na língua. É por isto que Lacan (1973) pode franquear o salto lógico realizado com a enunciação de sua hipótese:

"Minha hipótese é a de que o indivíduo que é afetado pelo Inconsciente é o mesmo que constitui o que chamo de sujeito de um significante. O que enuncio nesta fórmula mínima de que um significante representa um sujeito para outro significante. O significante, em si mesmo, não é nada de definível senão como uma diferença para com um outro significante. É a introdução da diferença enquanto tal no campo que permite extrair da língua o que é do significante." (pag. 194)

Em função desta definição podemos afirmar que o sujeito é sempre pontual e evanescente, dado que só é sujeito por um significante e para outro significante. Por outro lado, conclui-se que o significante é signo de um sujeito. Transportado pelo significante em sua relação com outro significante o sujeito para a Psicanálise se diferencia radicalmente quer do indivíduo biológico quanto de uma evolução psicológica que se possa eventualmente subsumir como sujeito da compreensão. O que nos interessa ressaltar concernente a esta questão refere-se ao estatuto do ser do sujeito enquanto falta, já que para o falante o ser está necessariamente alhures, como demonstra uma análise do predicado. Lacan (1973) afirma que:

"O que diz respeito ao ser está estreitamente amarrado a esta seção do predicado. Daí nada poder ser dito senão por contornos em impasse, demonstrações de impossibilidade lógica, aonde nenhum predicado basta." (pag. 20)

Desde o referencial da Psicanálise impõe-se consequentemente a necessária renúncia a que a cada verdade responda seu saber. Mais ainda esclarece-se que, sendo o significante a causa material do sujeito do desejo, a especificidade do enfoque psicanalítico reside na concepção da verdade como causa material, o que não é válido para o discurso científico que desta divisão nada quer saber. Para Lacan a incidência da verdade como causa na ciência deve ser reconhecida sob o aspecto de causa formal.

Vemos então que, para o sujeito afetado pelo inconsciente pelo fato de falar alíngua, trata-se de um Saber impossível de alcançar, visto que ao sujeito só um significante o representa frente a este Saber.

Vale neste ponto indicar que no texto "La science et la vérité" Lacan (1965) sugere, como consequência da função atribuída à linguagem na sua teoria, uma compatibilidade com um materialismo histórico que deixa aí um vazio, e indica que talvez

a teoria do objeto a encontre aí o seu lugar. Talvez se mostre produtivo perseguir esta sugestão, uma vez que a reflexão aí desenvolvida exploraria justamente a questão da materialidade da língua como causa identificando o efeito do funcionamento da cadeia significante com o sujeito e o produto do funcionamento da cadeia, enquanto resto, como objeto causa de desejo.

Discutimos anteriormente a respeito da não aplicabilidade das leis da lógica às leis do Inconsciente descritas por Freud. Com a hipótese lacaniana que atribui ao Inconsciente a estrutura de linguagem, aprendemos que os processos primários (inconscientes) funcionam segundo a lógica do significante. No nível dos processos secundários (que se dão no sistema pré-consciente/consciente) Freud localiza a busca da identidade de pensamento, enquanto que no nível do inconsciente há a busca da identidade de percepção. Se a identidade de pensamentos remete à lógica clássica onde vigora o princípio de identidade ($A=A$), a identidade das percepções coloca em jogo, pelo contrário, uma lógica do significante. Se A é um significante, fica claro que o princípio de identidade não é válido neste caso, uma vez que um significante é diferente de si mesmo. Importa, entretanto, delinear os efeitos d'isso no campo da articulação do saber, produzindo uma escrita da impossibilidade quer de uma lógica sem furos, quer de uma língua perfeita, construções às quais inúmeros estudiosos se dedicam ao mobilizarem o fantasma

de uma língua sem falhas a ser conquistada ou originariamente perdida.

As tentativas empreendidas pelos lógicos no esforço de resolver o problema da falha na linguagem são apreciadas por Lacan, que se interessou especialmente pelos paradoxos da lógica como lugares privilegiados de comparecimento do Real, ou seja, como possibilidades de sintonizar de modo surpreendente o Real, evidenciando a falha da linguagem em encontrar nela mesma sua própria consistência. Sobra sempre algo que impõe, por exemplo a Carnap a consideração da "experiência sensível", e a Wittgenstein a referência ao "inexprimível".

A lógica se apresenta como um jogo de escrita: a partir de um número reduzido de axiomas e de regras de escritura, os teoremas se encadeiam mecanicamente numa operação da qual se exclui o sujeito da enunciação. Tal escrita tenta reduzir o sujeito e a fala, apagando de antemão o caráter significante da letra. Neste sentido, podemos dizer que a lógica constitui uma tentativa de suturar o sujeito da ciência. Entretanto, o teorema de Gödel demonstra o fracasso desta tentativa, na medida em que prova que há proposições ditas indecidíveis que surgem dentro do encadeamento, demonstrando que ao encontrar os seus limites a escrita científica re-encontra o sujeito. Este permanece portanto como o correlato antinômico da lógica,

mantendo com ela uma relação de exclusão interna. O caráter de indecidibilidade está indissociavelmente ligado, por sua vez, à vigência da não-contradição.

Vale notar que o interesse de Lacan pela lógica se fundamenta no fato desta constituir, como a Psicanálise, uma prática da letra, vale dizer, da letra destacada de toda significação. Neste ponto é interessante observar o pleonasma representado pelo sintagma "lógica do significante", uma vez que só há lógica do significante pois são eliminadas de início quaisquer considerações da questão da significação. A lógica começa apenas quando a letra é destacada de toda significação.

É importante notar que a exploração, que desde a Psicanálise se possibilita realizar sobre alguns aspectos da lógica, se fundamenta na tese- central para a teoria psicanalítica- que enuncia a castração como imposição do fato de linguagem, isto é, *"é porque o ser é falante que há complexo de castração"* (Sem.19). Lembremos que para a teoria psicanalítica o inconsciente e seu correlato, a castração, se constituem como efeito da estrutura da linguagem.

Portanto, na elaboração de uma lógica que inclua este efeito, o ponto do qual se parte necessariamente repousa na afirmação de que como tal é impossível escrever a relação entre

significante e significado, ou como diz Lacan (1972) no Seminário inédito "...ou pire"

"...Já que se trata de uma exploração do que chamarei uma nova lógica, a que se deve construir sobre o que ocorre disto ao colocar em primeiro lugar que, em nenhum caso nada do que ocorre, pelo fato da instância da linguagem, pode desembocar sobre a formulação, de algum modo satisfatória, da relação..."

Trata-se de elaborar, pela exploração lógica, aquilo que não somente impõe limite à linguagem na sua apreensão do Real, como também revela, na estrutura mesma deste esforço de aproximação, o ponto onde se delinea este indizível que solicita produção discursiva.

Lacan identifica três registros que, emergentes da elaboração lógica, podem ser explorados como consequência do fato de não haver relação senão entre significantes. São eles: o uso dos prosdiorismos, a lógica da modalidade e a negação. Nas partes subsequentes exploraremos estes registros a fim de delimitar algumas consequências da introdução da hipótese do inconsciente, via teoria do significante, no estudo das proposições categóricas. Primeiramente nos restringiremos apenas à posição da questão no interior da lógica aristotélica.

3.2. A lógica na episteme aristotélica

Para abordarmos as modificações que Lacan introduz na escrita das proposições básicas da lógica aristotélica das modalidades, partiremos da definição dos quatro tipos de proposições lógicas de dois termos estabelecida por Aristóteles, para depois referirmos as categorias que aí entram em jogo: o impossível que se opõe ao possível e o necessário que se opõe ao contingente.

É importante ressaltar que as mudanças propostas por Lacan se fundamentam nas consequências radicais que ele deriva da teoria do significante, especialmente a partir da separação que se realiza na lógica simbólica entre o universal e a pressuposição de existência.

Observemos em primeiro lugar que as formulações de Aristóteles se sustentam por um discurso filosófico para o qual, como esclarece Juranville (84),

"há uma verdade total, uma conformidade plena entre a linguagem e o ser." (pag. 273)

Lembremos que para Aristóteles a linguagem, constituindo-se na característica distintiva da espécie humana, tem o

propósito de expressar os sentimentos e experiências interiores da alma. Deste modo, para ele as palavras são sinais ou símbolos das várias atividades da inteligência. Os termos, proposições e silogismos refletem os conceitos, julgamentos e raciocínio intelectual. Neste sentido, a lógica não se incluía na classificação das ciências e era tratada como um estudo preliminar necessário para qualquer ramo do conhecimento. É comum caracterizar as leis ideais do pensamento, elaboradas pela filosofia antiga e pelos lógicos da Idade Média, através dos seguintes pontos, conforme podemos ler no texto que introduz a obra de Frege, na edição da coleção "Os Pensadores" (89):

- a) são bivalentes, isto é admitem como valores lógicos apenas o verdadeiro e o falso;
- b) são normativas, isto é, fazem a suposição de que o verdadeiro deve ser procurado e o falso evitado;
- c) têm ligação com uma metafísica essencialista, na medida em que supõem que os conceitos lógicos expressam a própria realidade dos seres;
- d) estão quase totalmente presas ao âmbito da linguagem corrente.

Este panorama começa a se alterar no século XVII, especialmente com o surgimento da álgebra. Entretanto, somente no século XIX é que se vê o surgimento de uma lógica formal, liberta dos entraves da lógica aristotélica. Há autores, como da Costa (83), que consideram que até princípios deste século não havia senão uma única lógica: pura, formal ou teórica. Segundo suas observações:

"Mas, no decurso dos últimos oitenta anos, foram criadas outras lógicas, de modo que a lógica inicialmente considerada, cujas origens remontam a Aristóteles, mas cujo sistematizador mais importante foi Frege (nos três decênios derradeiros do século passado), precisou ser chamada de clássica ou tradicional." (pag. 106).

O referido autor distingue duas categorias de lógicas não-clássicas: as complementares e as rivais da lógica clássica. Embora a distinção entre elas não seja relevante para a presente reflexão, importa apontar aqui o desenvolvimento de lógicas que derrogam os princípios que vigem na lógica clássica (princípio da identidade, princípio da não-contradição e princípio do terceiro excluído), constituindo o que o autor denomina de lógicas rivais ou heterodoxas, uma vez que representam a possibilidade de estarem relacionadas com isto que está em jogo

quando se trata da introdução da hipótese do inconsciente no domínio da reflexão. Retornaremos a este ponto posteriormente.

A consequência mais importante que podemos retirar da suposição quanto a uma perfeita conformidade entre a linguagem, enquanto instrumento do pensamento, e o ser, é que na lógica aristotélica a afirmação da universalidade parecia implicar a existência, sendo possível alcançar uma verdade total através do uso adequado e correto da linguagem. Este fato não deixa de ter relação com o próprio ponto de partida dos estudos da lógica que estiveram atrelados à reflexão sobre a estrutura gramatical da língua. A lógica começou por isolar na linguagem a função do que se chama os proclorismos (uso dos termos "todo", "um" e "algum") e a negação das proposições em que aparecem. Sabemos que o uso ingênuo do proclorismo "todos" em Aristóteles é consequente, fundamentalmente, do fato de as proposições categóricas ai tomarem como respondida, de modo afirmativo, a questão da existência, o que se denomina de "pressuposição de existência". Todas as classes designadas pelos termos constituintes das proposições são, deste modo, não-vazias. Como indica Copi (74):

"...pode-se dizer que as quatro proposições categóricas de forma típica pressupõem que as classes a que elas se referem têm membros; isto é, as questões de

sua verdade ou falsidade e das relações lógicas que entre elas existem só são admissíveis se for pressuposto que a questão existencial já foi respondida na afirmativa". (pag. 157)

As proposições categóricas se caracterizam por serem asserções sobre classes, de modo a afirmar ou negar que uma classe esteja incluída em uma outra, no todo ou em parte.

Para Aristóteles, cuja lógica se constitui então como uma lógica de termos, as proposições lógicas são simplesmente frases com um sujeito e um predicado (S-P). Um termo predica, o outro é predicado. As proposições categóricas básicas são:

- Universal Afirmativa: "Todo S é P"
- Universal Negativa: "Nenhum S é P"
- Particular Afirmativa: "Alguns S são P"
- Particular Negativa: "Alguns S não são P"

Esta classificação repousa sobre uma combinação de dois pares distintos: de uma lado a distinção Universal-Particular, referente à quantidade da proposição, e de outro a oposição Afirmativa-negativa, referente à qualidade da proposição. Importa marcar aqui que, a partir da teoria do significante e do estudo da lógica de seu funcionamento, é possível afirmar que

estas duas distinções pertencem a ordens diferentes. A primeira é da ordem da escolha de um significante, enquanto que a segunda coloca em jogo uma fala onde um sujeito se engaja quanto à existência de algo que está colocado em causa na lei. Esta diferenciação é importante porque se relaciona com a questão da negação, que trataremos mais adiante.

Em Aristóteles há três tipos de termos:

a) os termos singulares que são excluídos porque não podem ser predicados sem constituir proposições "patológicas". Ex: Este objeto branco é Paulo.

b) os termos que podem predicar ou podem ser predicados eles próprios, ocupando o lugar quer de S quer de P, constituindo o encadeamento das proposições pela via desta propriedade de comutatividade

c) os termos absolutos ("ser", por exemplo) que não podem ocupar o lugar do predicado.

Não é sem razão que os termos singulares são excluídos da silogística, uma vez que a sua introdução conduz a contradições e impasses em função do estatuto da existência estar atrelado ao da universalidade. Uma proposição que tem um termo

singular como predicado só por acidente pode ser verdadeira. Lembremos que na episteme antiga só há ciência daquilo que é eterno e necessário.

É importante notar que, como na lógica aristotélica a proposição universal afirmativa se refere à essência, não necessitando do predicado para ser determinada, ou seja, dado que na proposição universal afirmativa o termo sujeito está distribuído (isto é, se refere a todos os membros da classe designada) e o termo predicado não está distribuído, tanto a particular negativa quanto a universal negativa constituem a negação da universal afirmativa; vale dizer, nesta lógica a lei é negada quer por um caso particular que a contrarie, quer pela negação do predicado.

As proposições categóricas que têm os mesmos termos sujeito e predicado podem diferir mutuamente em quantidade, qualidade ou em ambas. A esta diferença se dá o nome técnico de "oposição", sendo que certas relações dos valores de verdade foram correlacionadas com os diferentes tipos de oposição.

Os mais importantes definem as relações de contradição, contrariedade e a subalternação. Duas proposições são contraditórias se uma delas for a negação da outra, isto é, se não puderem ser ambas verdadeiras e não puderem ser ambas falsas.

Quanto à contrariedade, diz-se que duas proposições são contrárias quando não podem ser ambas verdadeiras, podendo entretanto ser ambas falsas. Por outro lado, são denominadas sub-contrárias duas proposições que não podem ser ambas falsas, embora possam ser ambas verdadeiras. A oposição entre uma proposição universal e a sua particular correspondente (a proposição que tem os mesmos termos sujeito e predicado e a mesma qualidade) é denominada de subalternação. Diz-se desta relação que a proposição universal implica a particular, não sendo verdadeira a recíproca. Estes diferentes tipos de oposição são representados através do Quadro de Oposição, que apresentamos a seguir, utilizando-se as letras A,E,I,O como nomes para as quatro proposições categóricas seguintes: universal afirmativa, universal negativa, particular afirmativa e particular negativa respectivamente.

Vimos que na lógica aristotélica faz-se a pressuposição de existência e o quadro acima apresentado é válido nestas condições. Entretanto, muitas objeções são colocadas quanto à manutenção desta pressuposição existencial genérica, entre elas o fato de que o pressuposto existencial impossibilita quaisquer proposições categóricas a negarem a existência de membros das classes designadas por seus termos. Por causa disto os lógicos modernos recusam-se a fazer essa pressuposição existencial genérica, restringindo-a apenas às proposições particulares. Na

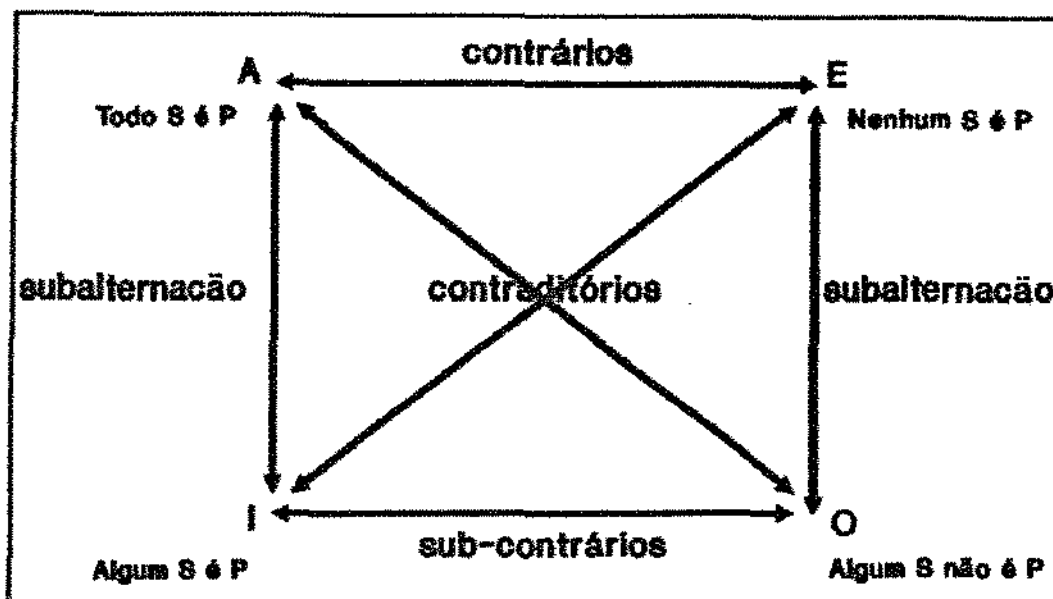


Figura 1. Quadro de Oposição

interpretação booleana, por exemplo, considera-se que as proposições universais não têm conteúdo existencial, dependendo portanto substancialmente da classe nula. Seguindo esta interpretação, o quadro de oposição se modifica e restam apenas as relações contraditórias.

Antes de apresentarmos de que maneira Lacan escreve as proposições categóricas e como lê as modalidades da lógica, é importante apresentarmos aqui como estas são definidas na lógica aristotélica, a partir das proposições categóricas. Para Aristóteles, o necessário, que decorre da proposição universal afirmativa, se opõe (é contraditório) ao contingente que é definido pela particular negativa. O impossível, derivado da proposição universal negativa se opõe (é contraditório) ao possível, definido através da proposição particular afirmativa.

Na próxima parte apresentaremos de que maneira Lacan modifica o quadro de oposição, de modo a manter apenas a relação de contradição que vige entre a proposição universal afirmativa e a proposição particular negativa, e estabelecendo como indecível a relação que vigora entre a proposição universal negativa e a proposição particular afirmativa. É neste ponto que poderemos compreender as relações entre o contingente e o impossível, enquanto ambos referem o Real.

3.3. A hipótese do inconsciente e a lógica

Os avanços da lógica como disciplina não-filosófica permitiram a superação da abordagem ontológica implicada na lógica aristotélica e a possibilidade de separar o universal da pressuposição de existência, além de propiciar uma apresentação simbólica das proposições.

O núcleo dos avanços realizados pela lógica simbólica reside na teoria do conceito desenvolvida por Frege, na qual se substitui a distinção clássica entre sujeito e predicado pela distinção entre função e argumento. Considera-se que a esta substituição correspondeu uma mudança mais radical de ponto de vista, uma vez que a unidade lógica deixa de ser o conceito e passa a ser a proposição. Para Frege toda proposição pode ser decomposta em uma expressão incompleta, comportando um ou mais lugares vazios, e uma ou mais expressões que podem preencher esses lugares. A expressão completa tem como referência um objeto, e denomina-se argumento; a expressão incompleta tem como referência uma função. Aquilo que tradicionalmente se denomina "conceito" é para Frege uma função que tem para qualquer argumento um valor de verdade (V ou F) como valor. Deste modo, a todo conceito está associado um objeto lógico, sendo a extensão do conceito definida como o conjunto dos objetos que caem sob o conceito. Com relação à clássica

distinção entre sentido e referência, vemos que esta se define como o objeto denotado pela expressão, ao passo que o sentido implicaria no modo de apresentação pelo qual o significante fornece o seu referente.

A partir desta escrita todo um cálculo pode ser desenvolvido, denominado cálculo de predicados. Em função da análise que empreende da escrita, baseada na teoria do significante elaborada a partir da afirmação de que o inconsciente tem estrutura de linguagem, Lacan reescreve a proposição Universal Negativa e a proposição Particular Afirmativa. Como resultado desta reformulação na escrita veremos que a caracterização das modalidades também deverá sofrer modificações.

Como consequência, então, da reflexão desenvolvida em vários momentos de seu ensino, a respeito da questão da negação, do uso dos prosdiorismos e da existência, desde o referencial das teses psicanalíticas, Lacan escreveu o que se denomina as "fórmulas da sexuação", sendo o par formado pela universal afirmativa e a particular negativa o que responde pelo lado masculino, e o par constituído pela universal negativa e a particular afirmativa, re-escritas, o que responde pelo lado feminino. Antes de analisarmos os argumentos mais relevantes que fundamentam a reformulação proposta, apresentamos a escrita das fórmulas:

Universal Afirmativa	$\forall x, \Phi x$	$\bar{\forall} x, \Phi x$	Universal Negativa
Particular Negativa	$\exists x, \bar{\Phi} x$	$\bar{\exists} x, \bar{\Phi} x$	Particular Afirmativa

masculino feminino

Uma das dificuldades que frequentemente se coloca quanto ao entendimento destas expressões encontra-se de início em uma questão de leitura. Loparic (91) desenvolveu uma reflexão extremamente rigorosa a respeito destas fórmulas, em trabalho denominado *"As negações e os universos de discurso"*, apresentado no Colóquio *"Lacan avec les Philosophes"*. Nesta apresentação a autora constrói uma interpretação de tais expressões, compatível com o cálculo de predicados não clássicos. Basearemos as observações que faremos a seguir nas indicações da autora, especialmente no que concerne ao estatuto das fórmulas e como interpretá-las.

Com relação às fórmulas de Lacan, cumpre primeiramente indicar que se trata de expressões construídas com o vocabulário do sistema de cálculo de predicados de primeira ordem. Ocorre que nas fórmulas de Lacan encontramos a barra horizon-

tal, escrita da negação, colocada quer sobre a função, quer sobre o quantificador. A intenção é de realizar um trabalho de negação, através do uso das barras. Entretanto, como indica Loparic, encontramos aí as primeiras dificuldades, na medida em que na lógica é convencional o uso do operador de negação como um operador sintático sobre as fórmulas, isto é, ele não serve senão para construir a fórmula que é a negação de uma outra. O que importa sublinhar aqui é que em seu uso habitual na lógica a negação opera sobre toda a fórmula, tendo um comportamento, do ponto de vista da gramática, semelhante àquele desempenhado pelos quantificadores. Conforme indica Loparic, no que respeita às fórmulas de Lacan,

"parece claro que sua leitura não pode ser feita segundo estes parâmetros." (pag. 241)

A autora comenta que as expressões do lado "feminino" ($\bar{\forall}x, \bar{\exists}x$ e $\bar{\forall}x, \bar{\exists}x$) não estão nem mesmo escritas na linguagem do cálculo de predicados. Neste sentido, tais expressões não têm sentido gramatical. As fórmulas de Lacan desrespeitam então a gramática da lógica dos predicados. Loparic se pergunta se isto não constituiria uma "gafe" involuntária de Lacan. E responde:

"Temos mais do que uma razão para objetar contra esta hipótese. Observemos por ora que isto só aumenta nossas dificuldades: o que se ganha na sintaxe, paga-se caro na semântica. Isto porque estas duas fórmulas formam um par classicamente contraditório; e mais ainda, cada uma delas é classicamente equivalente a uma das duas fórmulas do lado masculino. A resolução clássica nos conduziria a uma só conclusão: com os dois pares de fórmulas, os dois lados afirmariam a mesma coisa e isto que eles afirmariam seria uma contradição." (pag. 242)

A autora conclui sobre o uso desviante que Lacan realiza quanto ao tipo de notação e adverte que esta forma de escritura é intencional. Lacan utiliza a linguagem lógica violando expressamente as regras de sua gramática. Loparic não deixa de apresentar uma interpretação sobre o aspecto escandaloso desta subversão: Lacan teria se servido da linguagem simbólica exatamente porque a transgressão das regras da gramática é aí mais evidente.

No Seminário "...ou pire" (71/72), onde desenvolve de forma mais precisa o estudo das proposições, Lacan observa que a análise lógica da função proposicional se articula do isolamento,

na proposição, do vazio (falta) que é feito para funcionar como argumento da função.

Todo argumento de um domínio X qualquer, posto no lugar deixado vazio de uma proposição irá satisfazê-la, vale dizer, lhe dará valor de verdade. A fórmula da Universal Afirmativa - $\forall x, \Phi x$ - indica que, independente da proposição, a função toma valor verdadeiro para todo x do domínio. Entretanto, Lacan pergunta o que vem a ser este x, e afirma que o fato de ser definido por um domínio não é suficiente para que se saiba o que é. Ele pergunta:

"Sabemos o que é um homem por dizer que todo homem é mortal? Aprendemos algo pelo fato de dizer que é mortal e justamente por saber que é verdade para todo homem. Porém, antes de introduzir o "todo homem", não conhecemos mais que os traços mais aproximados e que se podem definir da maneira a mais variável..." (Sem. 19)

É portanto o traço presente no predicado o que permite determinar o sujeito, isto é, a determinação necessariamente se faz pela diferença.

A partir daí fica demonstrada a necessidade de se interrogar sobre os tempos da articulação lógica, isto é, que isto que sustenta o prosdiorismo não tem nenhum sentido antes de funcionar como argumento, só tomando um sentido (verdadeiro ou falso) quando de sua entrada na função. Ao atentar para este fato Lacan marca a abertura entre o significante e sua denotação, já que

"o sentido, se está de algum lado, está na função, porém a denotação não começa senão a partir do momento em que o argumento se inscreve aí" (Sem.19).

Este ponto é de extrema importância para o questionamento da função mesma da existência e de seu estatuto, dado que estamos partindo da afirmação de que não há metalinguagem e que o Simbólico tem uma estrutura perpassada pelo Real. Podemos neste ponto adiantar que é o poder denotativo do significante que fica questionado, especialmente através da reformulação da escrita da categoria do contingente e da escrita da impossibilidade.

Importa neste ponto indicarmos que o termo "existência" apresenta dois sentidos opostos em Lacan, correspondendo a uma certa ambiguidade que sempre se presentifica quando nos defrontamos com certas ocorrências do real: o estranho e o

familiar, (o real e o irreal). O primeiro refere-se à existência no sentido de "juízo de existência", quando afirmamos simbolicamente a existência de algo. Neste caso, existência é sinônimo de simbolização, vale dizer, somente o que é simbolizado tem existência plenamente. Este registro refere-se à *Bejahung* primária de Freud, uma afirmação anterior à negação. O sentimento de irrealidade que se experimenta seria, neste sentido, a indicação de que o objeto em questão perdeu seu lugar no universo simbólico.

A outra vertente pela qual Lacan aborda a questão da existência está relacionada justamente com aquilo que faz barreira à simbolização, vale dizer, aquilo que resiste a ser simbolizado; o núcleo real impossível. Já no Seminário 2 Lacan sublinhara o quanto

"toda existência tem, por definição, algo de tão improvável que de fato ficamos perpetuamente a nos interrogar sobre sua realidade" (pag. 288)

O termo "ex-sistência" é forjado para referir esta vertente real, que fica excluída quando do advento da ordem simbólica. Este plano não deixa de ter relações com o vel da alienação de que falamos anteriormente quando da descrição da constituição do sujeito pela via do significante. É como se

fôssemos, enquanto falantes, em função disto, condenados a escolher entre o sentido e a *ex-sistência*. O que se tem que pagar para ter acesso ao sentido é a exclusão da *ex-sistência*.

Para Lacan, toda escrita é lei, estabelecendo a relação de um significante a outro. Entretanto, como vimos, a universalidade da lei não implica a existência, e para que a lei tenha sentido e possa denotar algo é necessária uma existência primordial exterior ao campo da lei. Estamos nos referindo aqui ao fato de que a possibilidade de fechamento de um campo, uma classe ou categoria está na dependência da exclusão lógica de pelo menos um elemento. Esta afirmação decorre logicamente da própria definição do significante que, sendo pura diferença, necessita inevitavelmente de um outro; de tal modo que, se quisermos constituir o conjunto dos significantes (diferenças) a partir de um número qualquer de elementos, teremos sempre um a menos, com relação ao conjunto dos elementos dos quais se partiu.

A modalidade do necessário vai se constituir, portanto, deste pelo menos um que, exterior ao domínio da lei universal, funda o campo do possível por ela delimitado. É a particular negativa ($\exists x, \bar{\Phi}x$) que define o necessário, diferentemente de Aristóteles para quem o necessário era da ordem da univer-

salidade da lei. Esta definirá em Lacan a modalidade do possível
 ($\forall x, \Phi x$).

Observamos que, se por um lado fica recusada a implicação da existência a partir da universalidade, por outro é a partir da existência de pelo menos um, que escapa à lei, que esta adquire qualquer sentido ou valor denotativo.

Vemos, então, que a concepção de Lacan se opõe tanto ao discurso filosófico, para o qual o universal implica a existência, quanto a uma posição empirista que pretenderia induzir o universal a partir da existência. Como faz notar Juranville (84),

"para Lacan há primeiro um e outro separados, mas cada um numa relação essencial com o outro."
 (pag. 273)

Este pelo menos um que dá valor denotativo e sentido à lei refere-se ao Pai simbólico, e o significante que o representa, o Nome do Pai, significante da castração, é portanto aquilo que possibilita ou viabiliza a constituição do campo da "realidade". As modalidades do possível ($\forall x, \Phi x$) e do necessário ($\exists x, \bar{\Phi} x$), ordenadoras do mundo, delimitam então, para

Lacan, o campo onde se desdobram a escrita e o saber articulado possível, vale dizer, a possibilidade de ciência.

Entretanto, se o par constituído pela Universal Afirmativa e Particular Negativa refere na estrutura os lugares que viabilizam a possibilidade da escrita e do saber, naquilo em que este conjuga o Simbólico e o Imaginário, é somente a partir de uma releitura da Universal Negativa e da Particular Afirmativa que podemos construir uma noção de estrutura que comporta a referência à categoria de Real.

Este ponto é para nós de extrema importância, uma vez que o Real se refere " *aquilo que comanda toda a função da significância*" (Sem.19), vale dizer, isto que interdita, por sua estrutura mesma, que o significante adquira valor positivo.

O tema do interdito refere-se aqui à imposição, conseqüente da própria estrutura da linguagem, do fato de não se poder abarcar todos os significantes ao mesmo tempo. A relação específica que vigora entre linguagem-inconsciente-castração tem como implicação que não se pode dispor do conjunto dos significantes.

A Universal Negativa deve ser reformulada em função da separação entre o universal e a existência. A afirmação "Todo

x é $f(x)$ " coloca-se apenas no plano da universalidade da lei e não implica que "Existe algum x ". Ora, se na Universal Negativa a lei é negada, recusada, é porque não existe lei $f(x)$ que estabeleça a ligação entre o sujeito x e o predicado f .

Onde deve incidir então a negação, senão no caráter de universalidade da lei? Se o quantificador é o que a representa, é aí onde deverá ser colocada a barra da negação, constituindo o que Lacan denomina Não-Todo. A leitura da Universal Negativa pode ser assim apresentada: "Não é todo x que se pode dizer que seja f ". O que isto traz como consequência para a questão da escrita?

No que se refere a este ponto, importa primeiramente notar que a nova formulação da Universal Negativa escreve que há um limite para a escrita: $f(x)$ não pode ser escrito, não há todo com relação a f . O Não-Todo não é portanto "nenhum", assim como não basta negar o Não-Todo para que se afirme a existência. Uma vez que se trata de lidar com conjunto infinito, não se pode manter que o não-todo comporta a existência de algo que se produza por uma negação, por uma contradição. A existência assume então o caráter de indeterminada.

O enunciado da Universal Negativa ($\bar{\forall}x, \Phi x$) coloca em jogo uma função inédita na qual a negação recai sobre o

quantificador e como tal só é apreendido no contexto de uma lei possível (determinada no contexto da Universal Afirmativa e do necessário da Particular Negativa) que é negada. Lacan enfatiza que a contestação do poder de denotação do significante implicada na escrita da Universal Negativa constitui a característica essencial do Não-Todo ($\bar{\forall}x$). Esta contestação se dá em função do significante não estar preso numa relação, ou seja, não há lei que ligue o sujeito x ao predicado f .

Vale indicar aqui que esta categoria do Não-Todo define para Lacan um dos tipos de negação, nomeadamente a discordancial, naquilo que define a discordância no que respeita à possibilidade de constituir um todo fundado na escrita da lei. A negação discordancial do não-todo é a recusa da lei. O outro tipo, a negação forclusiva, vai referir especificamente, como veremos posteriormente, a questão da impossibilidade. A respeito deste tema, importa notar que:

...a negação não é algo que se possa usar assim de uma maneira unívoca como se faz na lógica das proposições onde tudo o que não é verdadeiro é falso, e onde - outra coisa enorme - tudo o que não é falso se torna verdadeiro..." (Sem.19).

É importante, neste momento, remeter toda a discussão da questão da negação e de seu estatuto às articulações que anteriormente fizemos, no que respeita a ausência da negação no inconsciente. Como tratar, então, da questão da negação, numa lógica que pretende justamente levar em conta o inconsciente e que coloca em jogo o efeito- sujeito, decorrente da irredutível distância entre o plano do enunciado e o plano da enunciação? Adiantaremos aqui que, diferentemente da negação lógica que incide apenas sobre o predicado, para Lacan ela também concernirá o sujeito da proposição. O que importa salientar é a necessidade de distinguir tipos de negação, pois como Lacan (73) indicou,

"É muito difícil compreender o que quer dizer isto, a negação. Se olharmos um pouco mais de perto, percebemos, em particular, que há uma variedade muito grande de negações, que são absolutamente impossíveis de reunir no mesmo conceito. A negação da existência, por exemplo, não é de modo algum a mesma coisa que a negação da totalidade." (pag. 48)

Se o domínio da escrita é o da lei e do universal, então a escrita da particular afirmativa deve ser recusada, já que não é possível que a lei se constitua empiricamente por indução. A lei tem o caráter essencial de ser pressuposta. O que se

realiza, então, quando se enuncia uma proposição particular afirmativa, senão configurar o fato de que não existe nenhum x que contradiga a lei ($\exists x, \bar{\Phi}x$)? Daí a reformulação de sua escrita. O mais importante a ser aqui enfatizado é que a reescrita desta proposição vem indicar que há um campo que permanece radicalmente exterior à escrita. Faz-se assim o apontamento para Outra coisa, com base na rejeição para fora da existência. A questão que comparece neste ponto se refere à caracterização da exterioridade aqui colocada em jogo.

O caráter fundamental do estatuto da inexistência pode ficar aqui evidenciado, quando observamos que é a partir dela que se formula o Um que se repete. Estamos nos referindo aqui à diferenciação necessária do Um que nomeia o conjunto vazio, do um que se coloca na série dos números inteiros.

Dissemos, anteriormente, que o Real é o Impossível e vimos que esta impossibilidade pode ser escrita pelo que fica indicado através da nova formulação da Particular Afirmativa, isto é: se não existe elemento que contradiga a lei ($\exists x, \bar{\Phi}x$), faz-se aqui um apontamento para o impossível, não como a negação do possível, mas justamente como aquilo que a ele se opõe. Para Lacan o impossível não se resume a ser a contradição do possível, mas o que lhe é oposto, e como o que se opõe ao possível é o Real, define-se o impossível como Real.

É importante referirmos esta caracterização do Real enquanto impossível, lembrando que em Freud o Real é o que faz obstáculo ao Princípio do Prazer. Veremos posteriormente como isto se relaciona aos conceitos de repetição e reprodução, nucleares para a abordagem do sentido que pretendemos construir a partir das indicações de Pêcheux no texto "Estrutura ou Acontecimento" (83), bem como da retomada que Lacan faz dos termos de Tiquê e Automaton, retirados da Física de Aristóteles.

Vimos então que a modalidade do contingente se define pela reescrita da Universal Negativa (Não-Todo) e a da impossibilidade à da Particular Afirmativa. Se, para Aristóteles, o necessário (universal afirmativa, desde que o universal implica a existência) se opõe ao contingente (deduzido da particular negativa) e o possível (particular afirmativa) se opõe ao impossível (universal negativa), para Lacan é o possível que se opõe ao necessário, pela via da contradição e o impossível mantém com o contingente uma relação de indecidibilidade.

Referimos já que o Real, enquanto impossível, não pára de não se escrever, resistindo à simbolização e ocorrendo, portanto, como falta. O que podemos articular para as outras modalidades (necessário, possível e contingente) no que se refere à escrita, uma vez que é da sua possibilidade que

depende o conhecimento científico? Veremos aí o avanço que representa a modificação introduzida por Lacan, uma vez que escreve, vale dizer, demonstra (como os teoremas de Gödel) os limites da escrita científica. Interpretamos este ato como a introdução da dimensão da castração no domínio do conhecimento científico. Conforme afirma Juranville (84):

"O limite da lógica e da ciência encontrado no âmbito da lógica e da ciência é inseparável do limite do próprio campo da escrita científica. O "ele não existe" evoca um outro campo, o do real."

(pag. 276)

Parte III

Análise do Discurso

Capítulo 1. O discurso na ideologia

Para compreender a forma como nos trabalhos de Pêcheux se estabelece a ligação material entre inconsciente e ideologia, analisaremos alguns textos relevantes buscando determinar como neles está pensada a questão do sujeito e do sentido, visto termos anteriormente estabelecido a relevância destes para a problemática básica da tese. O que visaremos aqui concerne à apreensão da articulação lógica subjacente às relações inconsciente-ideologia.

Escolhemos os seguintes textos, objetivando cobrir os diferentes momentos teóricos da produção de Pêcheux:

- 1 - T. Herbert (68) - *"Para uma teoria geral das ideologias"*
- 2 - M. Pêcheux (69) - *"Análise Automática do Discurso"*
- 3 - M. Pêcheux, C. Haroche e P. Henry (71) - *"La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours"*
- 4 - M. Pêcheux, C. Fuchs (75) - *"Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours"*
- 5 - M. Pêcheux (75) - *"Semântica e Discurso"*
- 6 - M. Pêcheux (83) - *"Discurso: Estrutura ou Acontecimento"*

A parte III compõe-se então de seis capítulos que abordam respectivamente cada um dos textos acima referidos.

O texto de Herbert (68) constitui um lugar privilegiado para se pesquisar a ligação inconsciente-ideologia, uma vez que nele o autor estabelece a necessidade de uma teoria do discurso como condição para a construção de uma leitura científica da ideologia, justificando e explicitando as ligações da ordem do ideológico com o discursivo e o inconsciente.

Neste texto, além de identificar e descrever duas formas de ideologia, o autor as associa a funções diferenciadas e apresenta um quadro geral onde os níveis econômico, político e ideológico compõem a estrutura que articula a lei inconsciente, as regras pré-conscientes e os comportamentos conscientes.

Partindo da noção de corte epistemológico - toda ciência é ciência da ideologia da qual se separa - Herbert identifica dois momentos no processo que marca, num dado domínio, a oposição ciência e ideologia:

- momento de transformação produtora do objeto da ciência (pelo qual ela se dá a palavra) cuja característica é a de um trabalho teórico-conceitual;

- momento de reprodução metódica do objeto, caracterizado por um trabalho conceitual-experimental.

Em função da relação específica que o domínio de estudo em questão mantém com a estrutura da formação social, formas diferenciadas de resistência ao trabalho teórico se constituem. A partir daí o autor identifica dois tipos de ideologia que, como tais, devem ser superadas para que um trabalho científico se viabilize: As ideologias do tipo A e do tipo B.

As ideologias do tipo A são produtos derivados da prática técnica empírica, enquanto as ideologias do tipo B são condições indispensáveis da prática política. Evidentemente esta diferença é referida, no texto de Herbert (68), à distinção fundamental que constitui a essência do modo de produção: diferença entre forças produtivas e relações de produção, sendo identificados, então, dois tipos de efeito de conhecimento ideológico:

- tipo A: aqui a ideologia se refere ao processo pelo qual os conceitos operatórios técnicos são destacados de sua sequência operatória e re-combinados em um discurso original. A natureza deste efeito é técnica e referido ao processo de produção;

- tipo B: as relações sociais de produção designam à ideologia a função de um mecanismo, produzindo e conservando as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção dentro das sociedades de classe. A ideologia tem aqui a função de fazer reconhecer aos agentes da produção seu lugar no interior desta, sendo este efeito de natureza política.

Herbert procura desenvolver um quadro teórico que possibilite estudar as condições formais que regem o aparecimento dos objetos do tipo A e do tipo B.

É importante observar que Herbert identifica, neste texto, o objeto de uma necessária ciência das ideologias como sendo as ciências sociais, visto que elas constituem para ele uma "teoria ideológica das ideologias" e dado que a ciência das ideologias não poderia escapar à lei que estabelece que "toda ciência é principalmente ciência de uma ideologia".

Este aspecto é de importância para a presente reflexão, na medida em que configura consequências profundas para se pensar o conceito de sujeito a ser mobilizado na teoria. Isto porque, em função da recusa inicial das ciências sociais (e aí incluída a Psicologia Social) por constituírem teorias ideológicas, cria-se a necessidade de referir a questão da sub-

jetividade a uma teoria que estivesse em ruptura radical com a Psicologia. Quanto a este ponto, deve ficar ressaltado que o autor publicara em 1966, no número 2 dos Cahiers pour L'analyse, um artigo que fundamentava a crítica às ciências sociais em geral, e à Psicologia Social em particular.

Encontramos neste reflexão uma primeira justificativa teórica do apelo à teoria psicanalítica. Podemos dizer, então, que é sustentada por uma luta contra o idealismo subjetivista que reinava nas teorias psicológicas, que se marca a coincidência da abordagem materialista de Freud com a proposta de Althusser, tal como Herbert a leu neste momento.

O processo de produção é descrito como:

"a combinação específica do objeto (matéria prima) do instrumento e da força de trabalho, armado de conceitos operatórios adequados; opera a realização técnica do "real", sob o controle de uma ideologia de forma tecno-empírica que assegure o sentido do objeto produzido". (pag. 78)

O efeito de conhecimento ideológico do tipo A leva, portanto, à forma empirista da ideologia, cujo núcleo é a produção de um ajustamento entre uma "significação" e a

"realidade que lhe corresponde". A ideologia, enquanto referida ao processo de produção é responsável pela constituição de uma realidade significativa, vale dizer, uma "realidade" que corresponde a dada "significação".

As relações sociais de produção, descritas como a "*lei imanente a uma formação social dada*", designam aos agentes da produção seu lugar dentro de um sistema de lugares. O efeito de conhecimento ideológico tipo B, que opera no plano das relações sociais de produção, leva à forma *especulativa-fraseológica* da ideologia, cujo núcleo é a coerência das relações sociais de produção, garantida por um discurso que articula a lei dos ajustamentos dos sujeitos entre si.

Para Herbert, o discurso opera então, no contexto do funcionamento da ideologia, como instrumento da transformação da prática política.

A forma empírica da ideologia, concernindo a relação de uma significação e de uma realidade, coloca em jogo, segundo Herbert, uma *função semântica* - a coincidência do significante com o significado. Por outro lado, a forma especulativa, que se refere à articulação de significações entre si sob a forma geral de discurso, mobiliza uma *função sintática* - a conexão de significantes entre si.

É importante indicar neste ponto que, a partir da caracterização da ideologia construída no texto de Herbert, podemos identificar que a ligação material do ideológico com a linguagem se dá sob dupla forma: quer por ser o produto do seu funcionamento, quer por se estruturar como linguagem (parafraseando o dito lacaniano "o inconsciente tem estrutura de linguagem").

Depois de definir os tipos de ideologia e seus efeitos de conhecimento, Herbert descreve o desconhecimento específico a cada funcionamento.

O desconhecimento próprio da ideologia empírica incide na compreensão da especificidade simbólica do animal humano, supondo uma pseudo-gênese da ordem simbólica no interior da ordem biológica. Para a ideologia empírica há uma realidade pré-discursiva sobre a qual se edificam ligações não-metafóricas e originárias ao "objeto real". No interior desta ideologia não se atribui ao funcionamento significante a primazia no jogo da produção de sentidos, e será justamente a "teoria do ponto de estofo" de Lacan que permitirá a Herbert tecer a crítica mais frontal e decisiva ao tipo de resistência próprio a esta forma de ideologia, uma vez que Lacan estabelece a primazia do jogo de significantes na produção da significação, cujo ponto de estofo refere.

Se Herbert assume a tese lacaniana sobre a primazia da cadeia de significantes, como pode manter a função semântica e a função sintática, respectivamente da ideologia empírica e especulativa, sem ao mesmo tempo ter que admitir a subordinação da primeira à segunda? A relação significante-significado é efeito da relação entre significantes em cadeia.

A teoria psicanalítica opera aqui como crítica a uma concepção ideológica das relações do homem com a realidade, fornecendo os argumentos teóricos que demonstram que:

- não há gênese do significante, o que equivale a afirmar que não há realidade pré-discursiva; e,

- as relações de similaridade-diferença entre os significantes são prioritárias na constituição do efeito de similaridade metafórica, o que permite colocar de modo adequado o problema da realidade exterior e da prova desta realidade.

Quanto à forma especulativa da ideologia, o "esquecimento" é aqui resultante de um desconhecimento da relação entre o que Herbert denomina "efeito de linguagem" (ou efeito significante) e "efeito de sociedade". A ideologia especulativa não pode dar

conta do fato de que a função de reconhecimento dos sujeitos entre si se garante necessariamente pelo discurso.

É por isto que a elaboração de uma teoria do discurso é apresentada como condição necessária para a constituição da cientificidade de uma teoria das ideologias. Uma teoria científica das ideologias não poderia repetir o desconhecimento/esquecimento do papel do discurso como instrumento político no funcionamento da ideologia, definida esta como mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção dentro das sociedades de classe.

Se o discurso funciona na ideologia especulativa como o instrumento que faz reconhecer aos agentes da produção seu lugar no interior desta, uma teoria científica das ideologias não poderia desconhecer esta função do discurso.

Para explicar a relação entre o "efeito significante" e o "efeito de sociedade", Herbert afirma que

"se o homem é pensado como animal que se comunica com seus "semelhantes", não se compreenderá jamais porque é precisamente pela forma geral de discurso

que se asseguram as dissimetrias, as dessemelhanças entre os agentes de produção." (pag. 81)

Este desconhecimento corresponderia exatamente ao esquecimento da instância política na ideologia especulativa (o fato de que seja pelo discurso que as relações sociais se produzem e conservam).

Se por um lado podemos concordar com a crítica que Herbert empreende à teoria ideológica especulativa sobre as relações sociais naquilo que elas pensam como "naturais" as relações entre os sujeitos e atribuem este fato à natureza linguística do animal humano, por outro é importante destacar aqui que as dissimetrias e dessemelhanças nas relações sociais não se constituem independentemente da identificação ao "semelhante" via discurso. Até que ponto não podemos identificar, neste aspecto, um profundo desconhecimento de Herbert quanto ao papel estrutural da agressividade na constituição do sujeito na tese psicanalítica, estabelecendo, por esta via, um limite à própria teoria psicanalítica no interior da reflexão sobre a ideologia. Vale notar que em 68 Lacan já havia publicado os "Escritos", onde consta o texto sobre a questão da Agressividade na Psicanálise.

Segundo o texto de Herbert, uma teoria ideológica considera portanto as relações entre os sujeitos como relações "naturais", cuja razão seria precisamente a natureza linguística do animal humano como animal social apto a trocar significações codificadas. Mas, no que consiste especificamente a relação entre o "efeito significante" e o "efeito sociedade"?

Para responder a esta questão, Herbert parte da definição lacaniana de significante como o que "representa o sujeito para um outro significante" e conclui que a cadeia sintática dos significantes designa ao sujeito seu lugar, identificando-o a um certo ponto da cadeia (o significante no qual ele se representa) sendo que este mecanismo de identificação diferencial é o "efeito de sociedade", cujas dissimetrias encontram aqui sua raiz. A partir desta articulação Herbert supõe elucidar a relação, que permanece desconhecida na ideologia especulativa, entre o "efeito de sociedade" e o "efeito significante".

Vemos, então, que Herbert faz com que a teoria psicanalítica compareça aqui a título de fornecer os fundamentos de uma leitura não-ideológica das relações sociais. Entretanto, cabe questionar este empreendimento, na medida em que Herbert toma o que Lacan indica sobre o sujeito do desejo inconsciente e aplica para o sujeito das relações sociais (ideológico, jurídico?).

sem ter estabelecido as relações que vigem entre os dois. Mais ainda, de forma alguma esclarece o processo de identificação e o modo como as dissimetrias nas relações sociais são determinadas pelo mecanismo de identificação do sujeito pelo/ao significante.

Mais importante a ser destacado no momento desta reflexão é a confusão que se estabelece entre o processo de designação do sujeito ao seu lugar na cadeia e a significação impossível deste sujeito pelo significante (confusão sujeito/mol) vale dizer, uma não-diferenciação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. Conforme se pode depreender do que ficou estabelecido quanto ao estatuto do sujeito na teoria psicanalítica a noção de um sujeito do desejo inconsciente aponta para a fenda que vigora entre os planos do enunciado e da enunciação. Como posicionar o sujeito do discurso no contexto teórico de Herbert 68, dado que o significante designa mas não *significa* o sujeito?

A abordagem estrutural que Herbert constrói para uma teoria geral das ideologias implica que a ideologia não pode ser pensada simplesmente como uma região designável dentro de uma formação social, não comparecendo apenas na região dos objetos ideológicos (gestos e palavras, instituições e discursos) mas encontra-se também no nível da instância do econômico. Desta

forma, a ideologia não pode teoricamente ser considerada como "representação de mundo", "consciência de grupo", mas deve ser descrita em termos de processos que atravessam a formação social, segundo um estilo suscetível de variações estruturais. Enquanto processo, Herbert propõe que a ideologia seja pensada como a combinação do efeito metafórico e do efeito metonímico.

O efeito metafórico consiste no deslocamento de significações que tem um papel no "sistema de base" (primário econômico). A lei econômica é recalçada e travestida em outras cadeias significantes que tem por efeito significar esta posição ao sujeito-agente da produção, sem que ele possa fugir, e de lhe dissimular que esta posição lhe é designada. O efeito metafórico produz significações deslocando-as.

Vale questionar aqui a relação específica da lei econômica de base (o real da economia) com a linguagem, dado que o autor trabalha com a hipótese da inexistência de relações metafóricas originárias, ao mesmo tempo em que atribui, conforme a tese do materialismo histórico, ao econômico a determinação em última instância.

O efeito metonímico - articulação dos elementos ideológicos segundo uma estrutura sintática - produz uma racionalização-autonomização a cada nível estrutural considerado, que

aparece dotado de "coerência interna". É o efeito pelo qual os sujeitos são tomados na organização significante que lhes dá o estatuto de sujeito, no sentido jurídico do termo (como suporte de deveres e de direitos nos quais opera a identificação).

O processo metonímico pode dar conta da colocação em lugar dos sujeitos na estrutura sintática e do esquecimento desta colocação em lugar pelo mecanismo da identificação do sujeito ao conjunto da estrutura. É justamente a identificação do sujeito às estruturas política e ideológica que constitui, segundo Herbert, a subjetividade como origem daquilo que o sujeito diz e faz (as normas que ele enuncia e pratica). É esta ilusão subjetiva que dissimula ao agente sua posição na estrutura, vale dizer, a ilusão subjetiva, como efeito da identificação, é o elemento fundamental para que se dê o desconhecimento do processo ideológico. A ilusão subjetiva é garantida ideologicamente sob duas formas:

a - garantia empírica (A) que permite à ideologia se refletir nos "fatos", nos "dados". O sistema percepção-consciência é o que fornece a garantia de que o significado está bem "atrás" do significante.

b - garantia especulativa (B) que permite à ideologia se refletir pelo suporte do outro, enquanto discurso refletido.

Aqui entram em jogo os mecanismos que identificam as subjetividades ao discurso que se pronuncia nelas.

Qualquer sujeito empiricamente encontrado em uma formação social sustenta portanto os efeitos ideológicos dos quais ele é o suporte e guarda deles os seguintes traços:

1 - o grupo semântico das normas enunciadas e praticadas marcando seu *milieu* e definindo a forma de suas estruturas comportamentais (gestos e palavras) que uma etologia humana permite repertoriar;

2 - o grupo sintático da fraseologia ideológica e das estruturas institucionais nas quais suas palavras e gestos tomam lugar a título de elementos.

O modelo estrutural que Herbert propõe em 68 para o estudo das ideologias comporta os níveis econômico, político e ideológico e prevê um sistema de deslocamentos metafóricos e metonímicos, os quais, atuando entre os níveis, tanto no plano do processo de produção quanto no das relações sociais, dão lugar a comportamentos conscientes, determinados por regras

pré-conscientes subordinados à lei inconsciente. É a articulação entre estes três últimos elementos que nos interessa discutir.

É importante analisarmos neste ponto a utilização da nomenclatura freudiana da primeira tópica para descrever os elementos e as relações entre os elementos que compõem o modelo da teoria estrutural das ideologias, uma vez que fica colocado aqui o problema da relação entre o que o autor denomina de inconsciente analítico e de inconsciente do recalamento ideológico. A que se refere esta dupla referência ao inconsciente?

Que tipo de relação é subentendida entre o uso dos conceitos da teoria freudiana no quadro de uma teoria das ideologias? Trata-se de uma analogia, de uma metáfora, de uma homologia ou da extensão dos conceitos psicanalíticos para outro domínio (uma tentativa de extensão/aplicação da Psicanálise?). Ou ainda, tratar-se-ia de uma tentativa de inserir uma teoria da subjetividade no quadro do Materialismo Histórico, completando-o? E neste caso, compatibilizada por meio de quais reflexões?

Para iniciarmos uma discussão nesta direção é necessário questionarmos os seguintes pontos:

- o que supõe o uso dos termos inconsciente analítico e inconsciente social (do recalçamento ideológico) no que respeita à dicotomia indivíduo-sociedade?

- qual o domínio da lei inconsciente na teoria?

- o termo inconsciente referido à lei é utilizado como descritivo (a lei é inconsciente) ou no sentido sistêmico/estrutural (a lei do inconsciente)?

Para Herbert, a tarefa essencial do Materialismo Histórico consistiria em localizar as relações sociais de produção e demonstrar que não se trata, neste domínio, de uma regra pré-consciente, mas de um sistema de operadores que pertencem ao domínio da lei inconsciente.

A implicação de uma teoria da subjetividade no quadro de um estudo científico da Ideologia se justifica, no texto de Herbert, pelo fato de que

"a análise das formas de existência ideológicas deve tentar remontar até o mecanismo onde se elaboram as formas de existência da individualidade subjetiva nas quais precisamente este mecanismo se dissimula."

(pag. 90)

Assim, as formações ideológicas específicas que podem ser encontradas em uma formação social dada só se realizam via o processo de constituição de "sujeitos" identificados com a estrutura da formação social, reproduzindo-a. Podemos com isto concluir que o conceito de sujeito de que trata a teoria de Herbert refere-se ao domínio do sujeito ideológico/jurídico e em nada faz referência ao sujeito do desejo inconsciente, dado que se assume que a identificação à formação social tem poder resolutivo sobre a questão que habita o sujeito? A que responde, então a referência à Psicanálise?

O sujeito aqui pensado, vale dizer, neste momento específico da teoria, não é afetado pelo inconsciente tal como a teoria analítica o pensa, isto é, de modo a fazer vigorar a heterogeneidade radical do sujeito consigo mesmo. A ordem do desejo inconsciente, promotora da divisão subjetiva que inapelavelmente habita qualquer sujeito, fica aqui escamoteada em função da primazia dada ao sujeito ideológico que evidentemente se coloca sempre como alienado (desconhecendo este fato) ao sentido determinado pela formação social. Mas o que mais o sujeito ignora?

Herbert afirma que quanto ao termo "inconsciente" o seu uso na teoria não é simplesmente metafórico com respeito ao sistema conceitual freudiano. Indica que o inconsciente, no

sentido em que o compreende, não sendo nem individual nem coletivo, é estrutural, e isto implicaria, para ele, que o chamado inconsciente freudiano seja um efeito específico da lei inconsciente.

Como se justifica para Herbert esta afirmação? Como podemos compreender o fato de que, ao mesmo tempo em que neste texto o autor cite Lacan diversas vezes, pareça ignorar a radicalidade do retorno a Freud por este empreendido, indicando o estatuto real do inconsciente freudiano, para além daquilo que pertence ao domínio do recalcado? Vale dizer, como compreender que Herbert ignore a dimensão definidora do inconsciente e escolha pensá-lo como efeito de sentido recalcado, leitura esta incompatível quer com os textos freudianos, quer com a teoria de Lacan?

Embora Herbert mobilize a diferença tópica entre os sistemas pré-consciente/consciente e o sistema inconsciente para dar conta, respectivamente, da especificidade do funcionamento das regras e da lei, resta compreender por que o inconsciente freudiano é para ele efeito da lei inconsciente? Como podemos compreender esta leitura? A que se refere a lei para Herbert? Somente na hipótese da lei inconsciente se referir para ele à estrutura da linguagem é que poderia ser legítima a afirmação.

Entretanto, se a lei é referida à estrutura da linguagem, então não há porque propor a diferença do inconsciente freudiano para com o chamado inconsciente "estrutural". A identificação da metáfora e da metonímia, como os mecanismos linguísticos que realizam, respectivamente, a condensação e o deslocamento como meios de funcionamento típico do processo primário, marca a teoria lacaniana que se fundamenta na hipótese de que o inconsciente tem estrutura de linguagem. O que isto tem a ver com os efeitos metafóricos e metonímicos que para Herbert são determinantes das formas da ideologia? Faz-se aqui a hipótese de que a ideologia, qual o inconsciente, tem estrutura de linguagem? Mas a linguagem teria no Materialismo Histórico o papel de estrutura determinante? Isto não é reservado para o domínio do econômico? Volta aqui a discussão da questão da relação entre os níveis da estrutura e super-estrutura, fundamental e interior ao campo específico da teoria das formações sociais.

Capítulo 2 - Da ideologia para o discurso

Contemporâneo dos textos de Herbert publicados em 66 e 68 nos "Cahiers pour l'analyse" onde encontramos uma referência explícita à Psicanálise e ao Materialismo Histórico, conforme observamos na discussão realizada até aqui, Análise Automática do Discurso, publicado em 69, tese universitária defendida em 68, silencia sobre a questão da teoria psicanalítica.

Este fato se reveste de importância, na medida em que este texto se destaca frequentemente para diversos autores (entre eles Malidier,90) como o momento inaugural da teoria que constitui o discurso como um objeto radicalmente novo. Já salientamos a relevância, para a teoria geral das ideologias proposta por Herbert, de uma teoria científica do discurso e consideramos, por isto, legítimo supor que é o texto de Pêcheux AAD 69 que funda retroativamente o texto de Herbert 68 como inaugural.

Esta suposição permite desenvolver uma razão possível para a não referência à Psicanálise por Pêcheux 69, uma vez que podemos ver a teorização sobre o discurso como um trabalho preliminar específico (regional, no que respeita ao quadro geral) integrante de um projeto mais amplo no qual a Psicanálise

estava já incluída, de alguma forma. Alguns textos posteriores de Pêcheux, especialmente o publicado na revista *Langages* nº 37 retomará este projeto de Herbert 68, embora evidentemente com muitas modificações, mas mantendo as razões do apelo à Psicanálise.

Não entraremos aqui em uma discussão sobre o sentido da publicação dos textos sob pseudônimo. Há autores, como Paul Henry (90), que vêem aí uma estratégia deliberada de Pêcheux, ligada evidentemente à situação de momento da cena francesa no que respeita ao campo da divisão das ciências, da produção universitária do saber, da ação dos movimentos e partidos políticos, etc...

A recusa a entrarmos nesta discussão se baseia no fato de nos opormos a realizar aqui uma leitura biográfica da obra, que buscaria atribuir os sentidos, que construímos a partir de produções discursivas, a aspectos da singularidade subjetiva/sintomática do autor, embora afirmemos que o fato de escrever sob pseudônimo não seja de modo algum irrelevante.

Não deixa de ser importante notar que Pêcheux (83), ao identificar três épocas na Análise do Discurso, não faça referência ao momento da produção de Herbert, que para nós constitui talvez o projeto germinal de Pêcheux.

Análise Automática do Discurso (AAD) constitui o primeiro modelo de uma maquinaria de leitura não-ideológica; um dispositivo que se pretende, portanto, um instrumento científico. É a presença do termo "automática" no sintagma - indicativa da eliminação da subjetividade - que vai nos importar na tarefa de derivar deste texto a concepção de sentido e de sujeito aí mobilizadas.

Uma teoria do discurso é postulada por Pêcheux como teoria geral da produção dos efeitos de sentido, que não seria para ele nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria do inconsciente, mas poderia intervir no campo destas teorias. Esta afirmação do autor sugere a correção da suposição que acima realizamos (relativa ao fato do texto AAD69 fundar retroativamente o texto de Herbert como inaugural) e aponta, simultaneamente, para a autonomia do objeto discurso com relação ao inconsciente e a ideologia, e para a ligação estreita entre estes, realizada através do conceito de discurso. Ficaria aqui evidenciado que é o discurso que tece a ligação material entre o inconsciente e a ideologia?

Enquanto instrumento de análise, o dispositivo apresentado em AAD 69 se propõe dentro de um contexto de crítica a vários métodos utilizados pelas ciências humanas e sociais que

trabalham com o texto: dedução frequencial, categorias temáticas, análise de conteúdo, etc... e os condena ao campo das técnicas pré-científicas, uma vez que não incorporam no trabalho com o texto o deslocamento operado por Saussure quando da fundação da ciência linguística, vale dizer, a passagem da função para o funcionamento.

Definida como sistema, a língua deixa necessariamente de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido, tornando-se um objeto teórico cujo funcionamento pode ser cientificamente descrito. Este ato implica um deslocamento conceitual importante, na medida em que realiza a separação da "homogeneidade cúmplice" entre a prática e a teoria da linguagem, e impõe à ciência assim constituída um resto - parte integrante da linguagem - necessariamente abandonado, e que por isto não cessa de retornar (não se escreve). Nos termos de Milner (87), o real da língua enquanto impossível. Daí a pertinência do conceito de a língua para os linguistas, naquilo que permite manter a referência saussureana atravessada desta vez pelo resíduo da operação de constituição do objeto científico.

Pêcheux demonstra que este resíduo é constituído fundamentalmente pelas exclusões teóricas necessárias para a constituição da Linguística:

- a exclusão da fala no inacessível da ciência linguística
- a exclusão das instituições "não-semiológicas" para fora da zona de pertinência da Linguística.

Sendo a fala um ato individual de uso da língua, e opondo-se para Saussure dicotomicamente ao sistema, é evidente que parte do resíduo se refere à noção de um sujeito livre, correlato e avesso do sistema. Pêcheux faz notar que se inaugura deste modo o domínio da fala como o lugar da subjetividade em ato.

A questão da extensão do objeto teórico língua como modelo para a análise, em todos os níveis, dos fenômenos de linguagem (do signo até o nível além da frase) coloca para Pêcheux uma dificuldade, na medida em que ele considera que os fenômenos que pertencem ao "alto da escala" necessitam talvez de uma abordagem teórica que realize um deslocamento de terreno, fazendo intervir conceitos exteriores à região da Linguística atual.

Para Pêcheux, em matéria de linguagem a Linguística encontra na sua própria constituição um horizonte teórico que a limita, impondo que ela deixe a desejar. Daí que passe a uma Linguística desejante...

O ponto mais importante a ser destacado aqui é a série de conseqüências que advém quando se questiona que o objeto teórico para se pensar a linguagem não seja, necessariamente, uno e homogêneo, ao mesmo tempo em que se pretende manter os avanços obtidos com a utilização do objeto teórico língua. Podemos ver se delinear, por meio desta argumentação, toda uma série de justificativas para propostas inter/multi-disciplinares que tentam preencher, complementarmente, o vazio deixado quando da abordagem científica aos fenômenos da linguagem.

Cabe neste ponto um questionamento severo de tais iniciativas, na medida em que podemos vê-las como configurações que, perseguindo o fantasma da completude, fazem proliferar abordagens que instituem disciplinas paralelas sobre o vazio, tamponando-o. O conceito de *alingua*, forjado por Lacan para dar conta da equivocidade que trabalha incessantemente a língua e ludibriar a univocidade a que toda nomeação remete, evidencia uma outra estratégia para se lidar com a falta, fazendo-a incidir sobre o processo de teorização.

No texto de Pêcheux 69 é a referência à sociologia e à teoria das formações sociais o que responderá, neste momento, como instrumento para nomear esta falta, constituindo o Outro na teoria. Veremos, no decorrer da reflexão que ora desenvolvemos, que este é pensado como completo, não comportando em

si, por sua vez, falta alguma, o que inevitavelmente levará a impasses sérios no que respeita à articulação com a teoria psicanalítica.

Para justificar a posição de uma necessidade de mudança de terreno, Pêcheux se utiliza da crítica à neutralidade do locutor suposto pelas teorias linguísticas gerativas, nas quais se estabelece a normalidade universal dos "enunciados canônicos" em que a posição das classes de equivalência é apriori fixada como uma propriedade da língua. Segundo Pêcheux, a teoria pode funcionar assim dado que utiliza uma noção de sujeito neutralizado. Entretanto, argumenta ele, há situações em que a normalidade ou não de uma frase não pode ser julgada apenas com referência a critérios inscritos na língua, mas sim na dependência da referência a um mecanismo discursivo específico.

O que fica, deste modo, profundamente questionada é a equivalência entre o universal e o extra-individual que o raciocínio de Saussure supõe, dado que para ele o que não é individual coloca-se na categoria do universal. Identificamos neste ponto a possibilidade de referência à Psicanálise, uma vez que esta fornece os fundamentos da crítica da identificação do sujeito com o indivíduo, a partir da impossibilidade, por Freud demonstrada, de se referir ao que é da ordem do individual sem

apelo ao social: não há um sem o outro, o sujeito remetendo necessariamente à dimensão de alteridade radical que o funda.

Segundo Pêcheux, para dar conta dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido, é necessário referir à questão da subjetividade a fala saussureana e trabalhar com uma categoria intermediária entre a universalidade de um sujeito neutralizado e a extrema singularidade do sujeito individual, qual seja, a categoria do particular a um grupo de sujeitos que se encontram na mesma posição em uma dada formação social. Embora não seja nomeada como tal, trata-se aqui da mobilização da categoria de sujeito ideológico.

Definindo o processo de produção como o "*conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas*" (pag 74), o estudo que Pêcheux empreende dos processos discursivos constitui-se de :

- um estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares, considerados sob o fundo invariante da língua (sintaxe) e

- um estudo da ligação entre as "circunstâncias" de um discurso - suas condições de produção - e o seu processo de produção.

Estes dois planos de análise nos interessam na medida em que a questão que nos ocupa encontra-se aí implicada: o primeiro elaborando sobre a questão do sentido e o segundo operando mais especificamente sobre a concepção de sujeito aí em jogo.

É necessário salientarmos a tese, fundamental para Pêcheux, da não-existência de uma meta-lingua, a fim de apreciarmos devidamente os aspectos relevantes ao estudo da questão do sentido. Já no texto de Herbert 68 esta tese se anunciava, naquele momento referendada pela teorização sobre o significante proposta por Lacan (a primazia da cadeia significante). Em AAD 69 esta tese comparece quando da necessária referência, para o estudo dos processos de produção, às relações de sentido nas quais um discurso é produzido. O fato de um discurso remeter invariavelmente a outro, impõe a necessidade de pensar a categoria do discursivo como matéria prima de qualquer discurso, e com isto afirmar que não há realidade pré-discursiva.

Esta tese é fundamental porque condiciona a concepção de sentido como efeito, que vai operar na teoria e impor que a exterioridade implicada no processo de significação seja pensada nos termos da materialidade da língua, construída discursivamente (exterior/interior). É o que está implicado, por exemplo, naquilo que Pêcheux denomina de representação imaginária do lugar social.

Resta que, para ele, comprometido com a teoria marxista das formações sociais, o real econômico (exterioridade) é estruturalmente determinante em última instância. É este compromisso que impede que determinações outras venham aí se colocar, mesmo quando se trabalha com a tese da dominância no interior da estrutura de uma dada formação social. De qualquer modo, não há fissura ou ruptura entre o real do nível considerado e a linguagem; esta é pensada como não tendo furos.

Antes de passarmos a analisar com maior profundidade a questão das condições de produção do discurso, para aí identificarmos a noção subjacente de sujeito, vale ressaltar a proposição geral que orienta a abordagem de Pêcheux em 69, na definição dos elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade:

"...os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido usual desse termo, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos condições de produção do discurso" (pag. 78).

Equivale este empreendimento à tentativa de aplicação do procedimento da Linguística ao objeto de um outro domínio, ou o questionamento profundo da pretensa unidade de modelo e objeto teórico nos estudos da linguagem ?

O mecanismo referido pelas condições de produção do discurso, operando sobre a língua enquanto sistema invariante, constitui, deste modo, no modelo da AAD 69, como resultante, o processo de produção do discurso.

Para definir os elementos estruturais em jogo nas condições de produção, Fêcheux analisa dois esquemas frequentemente utilizados na descrição extrínseca do comportamento linguístico: o esquema "reacional" - S-O-R - derivado da psicologia behaviorista e o esquema "informacional", cuja referência básica

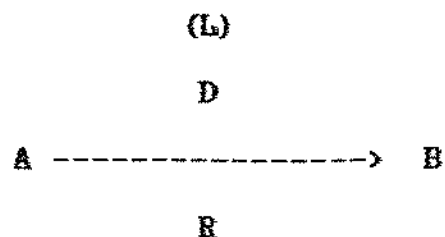
Pêcheux encontra em Jakobson e que constitui a base sobre a qual proporá o esquema em vigor no texto AAD 69.

A crítica que Pêcheux empreende ao primeiro esquema se fundamenta em uma crítica mais ampla ao modelo teórico subjacente à teoria skinneriana, cuja hipótese de base sustenta a equivalência entre processos controladores dos comportamentos animais e humanos (apagando a diferença introduzida pela dimensão da linguagem) e, mais ainda, propõe a possibilidade de descrição do comportamento linguístico, ou verbal como Skinner (57) a ele se refere, através dos esquemas desenvolvidos para os comportamentos operantes não-verbais de modo geral.

O apagamento, no modelo behaviorista, da dimensão simbólica, presente tanto do lado da estimulação (S) quanto do lado da resposta (R), é suficiente para torná-lo incompatível com qualquer teorização dos processos discursivos responsáveis pela produção de efeitos de sentido em uma dada formação social. Além disto, a crítica à teoria psicológica se insere no contexto mais amplo das críticas que Pêcheux constrói ao empirismo reinante no quadro das ciências humanas e sociais. Tanto o idealismo quanto o empirismo se constituem alvo de críticas constantes, em diversos níveis e aspectos, mas principalmente na sua relação com a produção/reprodução de efeito de conhecimento ideológico. Segundo Pêcheux, as teorias de base

empirista e as de sustentação idealista reproduzem, cada uma a seu modo, a ilusão subjetiva, efeito que sustenta, para ele, a produção de efeitos de conhecimento ideológico.

O esquema "informacional" sobre o qual Pêcheux produzirá algumas modificações/deslocamentos importantes é o descrito por Jakobson, resumido da seguinte maneira:



onde:

A = o "destinador"

B = o "destinatário"

R = o "referente"

L = o código linguístico entre A e B

---> = o "contacto" estabelecido entre A e B

D = a seqüência verbal emitida por A em direção a B

A vantagem principal deste esquema com relação ao esquema anteriormente analisado baseia-se na colocação em jogo dos protagonistas do discurso, bem como do "referente". Rejeitando, porém, a teoria da informação no que esta supõe uma mensagem transmitida do destinador para o destinatário, baseado

na recusa da hipótese da linguagem como transmissão de informação, Pêcheux propõe o termo "discurso" para substituir aquilo que no esquema de Jakobson se denomina "sequência verbal emitida por A em direção a B", implicando com isto a introdução no esquema geral do elemento estrutural fundamental para a sua teoria, vale dizer, os efeitos de sentido.

O aspecto que, para nós, melhor define a abordagem que Pêcheux realiza do esquema jakobsoniano pode ser resumido na questão da natureza dos elementos estruturais aí colocados em jogo: trata-se do que Pêcheux denomina de *formações imaginárias*, representações ou imagens dos elementos constituintes das circunstâncias do discurso. Por exemplo, A e B designam a representação, nos processos discursivos, dos lugares que os protagonistas ocupam na estrutura de uma dada formação social, dos quais a sociologia descreve o conjunto de traços objetivos característicos.

Há que ressaltar, neste ponto, a natureza específica da relação que vigora entre a situação "objetiva" (social e econômico como exterioridade) e a sua representação no interior do discurso, enfatizando aí o uso do termo *representação*, que para Pêcheux implica em que algo esteja presente, porém transformado, caracterizando-o como formação imaginária.

Vemos então que, se se trata da introdução no estudo do discurso, de deslocamentos que se referem ao tratamento da questão da subjetividade e do sentido, e se a noção de formação imaginária vem responder a esta exigência no momento da AAD 69, a noção de sujeito e de sentido encontram-se aí implicadas. Resta que se examine de que forma isto se dá.

O conceito de antecipação das imagens/representações que o sujeito do discurso faz de x (sendo este x a imagem que o próprio locutor faz de si, do outro, do referente, etc...) implica que o sentido aí colocado refere-se a algo que, podendo ser antecipado, é da ordem do já-dado, já-ouvido, já-sabido, vale dizer, do domínio da reprodução de sentidos já construídos no interior de uma formação social específica.

É necessário, neste ponto, nos determos na questão da relação entre o plano das representações imaginárias e a cadeia de significantes. Como é pensada na teoria a articulação da imagem com o funcionamento da cadeia significante, dado que a própria imagem tem estatuto simbólico, uma vez que se está trabalhando com o postulado da sobredeterminação simbólica dos fenómenos psíquicos?

Se é legítimo afirmar que o sentido aqui é concebido como efeito, construído socialmente e reproduzido discursi-

vamente, não se poderia pensar que o funcionamento da linguagem se realiza, nos fenômenos discursivos, no plano do que caracteriza o signo (o que representa alguma coisa para alguém) mais do que no plano da articulação entre significantes (como o que representa um sujeito para outro significante)?

O que importa indicar aqui se refere à recusa de Pêcheux quanto a uma noção de sujeito da língua neutralizado, e a consequente mobilização de uma noção de sujeito do discurso, construída na referência às formações imaginárias, campo das representações. Acresce-se a isto a exigência de incorporar na construção da noção de sujeito as críticas ao sujeito psicológico da representação.

Este aspecto não deixa de estar em estreita relação com a questão - mais geral - do domínio de aplicação da hipótese freudiana da sobredeterminação simbólica dos fenômenos psíquicos e sociais em sua relação com o conceito de sobredeterminação mobilizado na teoria das formações sociais. Voltaremos a esta questão em capítulo posterior.

Capítulo 3. Por uma análise não-subjetiva

A importância do texto "*La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*", publicado em 1971 no número 24 da revista *Langages*, reside basicamente em seu caráter de intervenção epistemológica - primeira e decisiva - no campo da Linguística. O artigo foi escrito em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry, valendo notar que este número da revista é dedicado ao tema da Epistemologia em Linguística.

Os autores questionam criticamente o papel de ciência-piloto da Linguística e empreendem um retorno a Saussure. Que esta intervenção se faça ancorada no Materialismo Histórico qualifica e explicita de forma definitiva as sugestões contidas em AAD69. Significativa se faz notar a ausência de qualquer referência à Psicanálise, no contexto epistemológico da abordagem aqui empreendida à questão do sentido e do sujeito, convocando evidentemente alguma interpretação.

Para a presente reflexão, o texto importa por constituir o lugar teórico em que se enuncia a tese central sobre a semântica, que permanecerá como fio condutor de trabalhos futuros, qual seja, o sentido, enquanto objeto da semântica, excede o alcance da Linguística, ciência da língua.

O uso do termo *excede* não deve ficar sem relação com a questão fundamental que o texto coloca - o que pode a Linguística quando se trata do sentido? - fazendo intervir aí a exterioridade real constituída pelo corte saussureano. É por via de um retorno a este exterior radical (resíduo) que se abrirá o caminho para uma teoria do discurso. Vale indicar ainda que o termo *excede* aponta para uma determinada maneira de se conceber o sentido de forma a abordar o que dele transborda, ultrapassa ou se encontra oculto para o sujeito que fala. Não é isto que significa a sobredeterminação? O não-senso então é concebido do interior do campo do sentido, por ele produzido. Qual a relação disto com a falta?

Cabe perguntar, a respeito deste artigo, no que a reflexão aí empreendida avança com relação ao texto AAD69.

Maldidier (90) sugere que o artigo da *Langages* 24 permite interpretar o que fica vazio na AAD69. Mas a que vazio se refere, além do fato de se tratar respectivamente de um procedimento de análise em AAD69 e de uma proposta de teoria em 71? Tentaremos responder a esta questão buscando explicitar a concepção de sentido que fica mobilizada neste último, a partir da denúncia do caráter anti-saussureano das teorias linguísticas que buscam tratar do sentido.

É relevante caracterizar a produção teórica de Pêcheux na época em questão, contextualizada por uma crítica ao "estruturalismo generalizado", publicada no L'Humanité de 15/10/71, sob o título - *Langue, "langages", discours* - denunciando que sob a apelação de linguagens, a abordagem estruturalista estende às ciências humanas, ao estudo dos textos, ao conjunto dos objetos e dos comportamentos, as descobertas da linguística estrutural.

A crítica empreendida ao "estruturalismo generalizado" sustenta a recusa de um método universal de análise do espírito humano, uma ciência das ciências, tese esta incompatível com o ponto de vista do Materialismo Histórico, uma vez que implica a desconsideração das relações sociais.

No contexto de denúncia da importação ideológica da linguística, importação esta fundada em suas próprias dificuldades (especialmente aquelas referentes à questão do sentido e do sujeito) trata-se, no artigo da Langages 24, por um lado, de retomar o ato saussureano constitutivo do objeto língua (contrapondo-o com a linguagem) e de outro, operar o deslocamento necessário para o tratamento científico da questão do sentido (trabalhando na reformulação de um dos polos do par língua-fala).

É importante notar que o científico se opõe aqui à ordem do ideológico, e visa combater, no quadro de tais produções, tanto o empirismo- que comparece na problemática da subjetividade centrada no indivíduo- quanto o formalismo, que confunde a língua como objeto com o campo da linguagem.

Veremos assim que a caracterização do estruturalismo de Pêcheux passa necessariamente pelo reconhecimento do ato inaugural de Saussure, operando sobre o que o excede. Podemos com isto supor que se trata aqui de tomar o gesto fundador como necessário para a própria constituição do campo científico onde se recortará o objeto discurso. Estabelecer a relação entre o objeto língua - este invariante sempre pressuposto - e os mecanismos discursivos constituirá grande parte dos esforços de Pêcheux no campo da Linguística.

A questão aqui colocada é importante pois nos obriga a caracterizar a abordagem estruturalista que o autor constrói, vale dizer, a indagarmos sobre o conceito de estrutura mobilizado neste momento. A tese que defendemos se enquadra na linha de supor sucessivas modificações do conceito, desde um momento primeiro em que a estrutura é equivalente ao conceito mobilizado pelo estruturalismo linguístico, até 1983 quando, do nosso ponto de vista, ocorre o questionamento da pertinência mesma do conceito de estrutura no campo do discurso.

A este respeito, o abandono ulterior do conceito de formação discursiva elaborado de forma clara em 1971, é indicativo, até certo ponto, das modificações de posição de Pêcheux quanto ao estatuto ou conceito de estrutura no interior da teoria. Forjado na série: formação social, formação ideológica, o conceito de formação discursiva constitui o ponto nodal que amarra na estrutura o sentido (e seu correlato, o sujeito) e o discurso, enquanto componente material da ideologia.

É importante retomar aqui a linha de argumentação dos autores a fim de cercarmos a especificidade com que se reveste a proposta primeira de uma teoria do discurso, buscando trabalhar a diferença para com AAD69, (cujo final comporta a sugestão programática de tal teoria) especialmente no que respeita a distância (hiância) entre análise e teoria. A Análise Automática do Discurso (69) pressupõe, enquanto procedimento, uma teoria não explicitada sobre o discurso, sua estrutura e funcionamento. Só depois, em 1971, é possível elaborar do dispositivo proposto uma teoria, vale dizer, simbolizar os efeitos de uma práxis.

A tese central que percorre o artigo reside na suposição que a semântica - enquanto teoria das regiões deixadas fora do campo de aplicação dos conceitos e da prática dos linguistas - exige uma mudança de terreno ou de perspectiva. O termo Semân-

tica Discursiva, que aparece aqui pela primeira vez, denota e marca a direção da mudança.

Como é concebida esta mudança de terreno? Está aí implicada necessariamente uma mudança de objeto? Trata-se aqui do mesmo objeto que recebera uma configuração primeira em AAD69?

O artigo da revista Langages 24 visa demonstrar, através da referência ao estudo que Saussure realiza da analogia, de que maneira a criação, o surgimento do novo, fica restrita ao âmbito do sujeito individual (retomando a equivalência para Saussure entre o não universal e a ordem do sujeito individual), vale dizer, da fala, embora reste indicado no "Curso" que a criação analógica se viabiliza apenas quando as condições linguísticas de sua produção estão reunidas sob a forma de uma proporção incompleta na língua.

Identificando o princípio da subordinação da significação ao valor como o núcleo da ruptura empreendida por Saussure, naquilo que como efeito implica tomar a língua como um sistema cujo funcionamento deve ser estudado em relação a si própria, os autores demonstram que tudo o que refere à criação analógica, junto com o papel atribuído à fala e ao sujeito, fica em dissonância com o objeto da linguística.

A subordinação da significação ao valor tem como efeito impedir o retorno ao sujeito, quando o objeto é a língua. Portanto, a significação fica caracterizada como da ordem da fala e do sujeito, e somente o valor concerne a língua. As questões colocadas por uma ciência das significações não tem lugar na problemática saussureana, na medida em que concernem o que foi rejeitado na fala, fora do todo homogêneo que constitui o sistema da língua.

Os autores denunciam, desta forma, a inutilidade de esperar, como fazem as ciências sociais, que do interior da linguística se prolongue a teoria linguística com uma semântica geral, dada a especificidade colocada em jogo pelo estudo do sentido. O que argumentam é que, se nos níveis fonológico, morfológico e sintático se dá uma correspondência entre a teoria geral da língua e o estudo particular de uma língua dada, isto não se verifica no campo das significações.

Impõe-se, então, compreender as razões que justificam este grau de especificidade do estudo do sentido, apontando que o cerne do argumento se sustenta na constatação de que, no que concerne o nível semântico, não vigora a mesma relação universal-particular que se observa nos outros níveis. E por quê?

A ruptura nesta relação universal-particular, na argumentação dos autores, pode ser constatada tanto em relação à incapacidade de uma "semântica geral" de fornecer os princípios dos quais derivar as particularidades das diversas línguas, quanto na observação de que as descrições semânticas de línguas particulares não se relacionam com as teorias gerais.

Indicando que as semânticas gerais se constroem sobre "dados concretos" buscados em disciplinas como a filosofia, lógica e psicologia, os autores demonstram que a necessidade desta referência a uma exterioridade é indicativa de seu papel constitutivo para o próprio objeto da semântica.

Entretanto, fica indicado no texto que os "dados concretos" fornecidos por estas disciplinas estão totalmente desligados do concreto linguístico de uma língua nacional dada. Configura-se, então, a necessidade de pensar que a relação com a exterioridade, no nível da semântica, se dá de forma radicalmente diferente daquela que vige para a fonologia, morfologia e sintaxe. Esta conclusão fica resumida na seguinte afirmação, retirada do texto:

"De fato, a relação que liga as "significações" de um texto às condições sócio-históricas deste texto

não é de modo algum secundária, mas constitutiva das próprias significações." (pag. 98)

Se associarmos ao par universal-particular acima referido, uma interpretação que aponte para o plano de uma estrutura, invariante (universal) e como tal puramente virtual, e seus estados estruturados (particulares) veremos que este deslizamento nos conduz, assumindo a argumentação dos autores, para o reconhecimento da necessidade de introduzir alguma modificação no conceito de estrutura, se dele quisermos nos utilizar para tratar do sentido.

A relação entre a estrutura e suas particulares atualizações se dá então de forma diferente quando se trata do sentido? E quais mecanismos seriam responsáveis por este fato? O que fica questionado com esta constatação?

Detectada a especificidade da semântica e criticados os pressupostos de uma abordagem que propõe, baseada em um paralelismo entre a estrutura fonológica e a estrutura semântica, a manutenção dos conceitos tradicionais de universo imanente e manifesto de significação, resta a proposta de uma teoria isenta dos desvios denunciados, uma vez que:

"Não se constrói realmente senão aquilo que se é capaz de substituir realmente." (pag. 101)

É fundamental, para a reflexão que realizamos sobre o conceito de sujeito em sua referência à concepção de sentido mobilizada por uma proposta teórica, apontar que a teoria do discurso esboçada por Fêcheux visa lutar contra o empirismo, desembaraçando-se da problemática subjetivista centrada sobre o indivíduo.

Vemos então que, se por um lado se demonstra a necessidade da referência ao sujeito quando do estudo do sentido, delineando com isto um objeto outro com relação à língua, por outro lado impõe-se romper com a ideologia que identifica o subjetivo com o individual. Importa indicar aqui que a explicitação da referência a um sujeito do discurso se faz no quadro estrito da teoria do Materialismo Histórico.

A maneira de responder portanto ao impasse acima referido é precisa: trata-se de adotar o quadro teórico do Materialismo Histórico, iniciando assim um processo que suspenda o recalçamento-travestimento ao qual são submetidos os seus conceitos no campo das ciências humanas e sociais .

A fim de empreender este processo, são retomadas as definições de conceitos fundamentais do Materialismo Histórico em suas relações com a ordem do discursivo, configurando uma análise científica. Apontamos em seguida os pontos principais deste trajeto.

Uma formação social, em um momento determinado de sua história, se caracteriza, por meio do modo de produção que a domina, por um estado determinado das relações entre as classes que a compõem. Tais relações se exprimem através de uma série hierarquizada de práticas, necessárias para tal modo de produção, realizando-se por meio de aparelhos. Posições políticas e ideológicas correspondem a estas relações e constituem as chamadas formações ideológicas, as quais mantêm entre si relações quer de antagonismo quer de aliança ou dominação.

É importante ressaltarmos aqui que o fato das posições ideológicas e políticas constituírem formações implica que a referência ao sujeito se faça no plano intermediário que se coloca entre o universal (dado que as formações ideológicas estão indissociavelmente ligadas a uma formação social) e o individual (visto que as formações não se referem a indivíduos).

Esclarece-se, deste modo, que o sujeito do discurso encontra suas coordenadas no sujeito da ideologia. Seria legítimo, em função disto, supor que no corpo da teoria do discurso proposta neste momento, a categoria do sujeito do discurso se encontre em relação especular com a categoria do sujeito da ideologia, reproduzindo a relação que a teoria propõe entre as **formações ideológicas** e as **formações discursivas**? Posteriormente, quando de uma discussão em relação aos outros textos, retomaremos a questão que fica aqui indicada.

Este ponto deve ser enfatizado, uma vez termos visto que a teoria do discurso proposta neste momento constitui uma tentativa de reformulação da fala saussureana, rompendo com a identificação do individual com o subjetivo.

Uma **formação ideológica** constitui, então, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais" nem "universais", mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições das classes em conflito umas em relação às outras.

Com base nos "clássicos do marxismo", os autores propõem que as **formações ideológicas** comportam, necessariamente, uma ou mais **formações discursivas** interligadas como um de seus componentes.

Tais **formações discursivas** determinam "o que pode e o que não pode ser dito" a partir de uma posição social dada. Fica enfatizado no texto que o importante nesta definição reside no fato de não se tratar da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais estas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam. O conceito de **formação discursiva** nomeia a matriz simbólica na qual ganham sentido as representações imaginárias ligadas a uma dada posição na estrutura.

Se as palavras mudam de sentido em função da **formação discursiva** na qual se combinam, e se esta constitui um dos componentes de uma dada **formação ideológica**, fica esclarecida a maneira como o estudo do sentido implica necessariamente uma mudança de terreno, vale dizer, de objeto. É o discurso que realiza a ligação da ideologia com a língua. A este respeito ganha importância a denominação **Semântica Discursiva** para qualificar o tipo de semântica compatível com uma descrição científica de uma **formação discursiva**, bem como as condições que regem a passagem de uma formação a outra. A definição desta abordagem pode ser melhor resumida pela seguinte citação, retirada do texto que ora analisamos:

"...chamaremos "semântica discursiva" a análise científica dos processos característicos de uma

formação discursiva, sendo que esta análise leva em conta a relação que liga estes processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais ele deve ser referido)." (pag. 103)

É digno de nota que o artigo da revista *Langages* 24 termine com uma indicação a respeito da importância para a teoria do discurso dos estudos linguísticos sobre a relação enunciado-enunciação, através da qual o "sujeito falante" toma posição com relação às representações das quais ele é o suporte, uma vez que estas representações se encontram realizadas pelo "pré-construído" linguisticamente analisável. Entretanto, o que pode significar que o sujeito é suporte de representações, quando lembramos que na tese psicanalítica, o sujeito é representado por um significante para outro significante? Qual o estatuto do sujeito aqui referido?

A que indagação esta referência aos estudos linguísticos responde? Mais ainda, se os autores até então afirmaram a impossibilidade da linguística lidar com o sujeito, a que se refere, então, este "sujeito falante"? Que articulações justificam a entrada em cena de tal sujeito?

Vale também ressaltar que a teoria neste momento proposta se edifica sobre a relação entre ideologia e discurso,

a qual não recebe nenhum tratamento no texto, legitimando-se pela referência aos "clássicos do marxismo". Já analisamos como Herbert (68) utilizara esta mesma hipótese, embora tenhamos encontrado em seu texto as razões que a justificam. A exploração da relação entre discurso e ideologia constituirá o tema principal do artigo publicado na revista *Langages* número 37, em 1975, fazendo intervir aí a consideração do texto fundamental de Althusser sobre os "Aparelhos Ideológicos de Estado" publicado em 1970.

Capítulo 4. O quadro epistemológico

Examinaremos neste capítulo o texto "*Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*", de Pêcheux e Fuchs, publicado na revista *Langages* 37 (75), número dedicado ao tema: Análise de discurso, Língua e Ideologias, organizado por M. Pêcheux, C. Fuchs, A. Grésillon e P. Henry. Uma vez que a apresentação do número é assinada por Pêcheux, vamos também recortar aqui os pontos mais importantes para a discussão que vimos empreendendo.

Este artigo foi selecionado para análise, na medida em que constitui, conforme foi mencionado na Introdução, o momento primeiro de proposta do quadro epistemológico que, articulando as três regiões do conhecimento, deverá servir como eixo dos trabalhos de elaboração da teoria do discurso.

Nesta articulação a Psicanálise recebe um papel destacado, cujo estatuto, entretanto, permanece obscuro. Caberá ao campo freudiano articular as três regiões, atravessando-as. Um dos objetivos de nosso trabalho consiste justamente em explorar, para além da possibilidade de articulação, sob que condições epistemológicas isto se viabilizaria. Referimo-nos

especialmente ao conceito de estrutura que seria compatível com o quadro delineado.

O autor busca resumir, no texto de apresentação da revista, a concepção teórica comum aos trabalhos aí incluídos, a respeito das relações entre língua e discurso. Esta indicação contextualiza os temas tratados e coloca sob que perspectiva deverão ser analisados. Dois pontos são destacados:

1) A posição que assume uma separação teórica entre a Linguística e a semântica discursiva, vale dizer, uma semântica que leva em conta as determinações históricas pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada.

Tal postura teórica rejeita, necessariamente, uma semântica intra-linguística, assumindo que o estudo do funcionamento da língua em relação a si mesma não funda um estudo científico da semântica. A explicitação desta tese equivale a afirmar uma exterioridade radical necessária para se dar conta do sentido.

2) Uma abordagem que reconhece que a Linguística é relativamente autônoma com relação à teoria e à análise do discurso. As sistematicidades fonológicas, morfológicas

e, até certo ponto, as sintáticas constituem as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos.

Para esta posição teórica, a língua é condição de possibilidade do discurso, ou seja, o invariante (estrutura - universal) pressuposto por todas as condições de produção possíveis. A partir desta caracterização podemos afirmar que a língua, enquanto sistema é, para a teoria do discurso da ordem do necessário, constituindo uma das leituras possíveis para o qualificativo material que incide sobre as condições. Em função disto, como tratar da relação da língua com a história, que não pela constituição de um outro objeto, no caso o discurso? Seria este o responsável pela articulação dos mecanismos da língua com os processos sócio-históricos?

Vale indicar que o autor enfatiza que a fronteira entre o linguístico e o discursivo é constantemente colocada em causa em toda prática discursiva.

Isto implica afirmar que não se autoriza uma leitura que coloque a Linguística como o campo das sistematicidades e o discursivo como recobrando a região do não-sistemático. Torna-se necessário indicar, então, que o elemento que introduz o não-sistemático em um campo é o mesmo que o faz no outro.

Vemos aqui uma indicação de como interpretar a relatividade da autonomia da Linguística com relação à teoria do discurso, enfatizando que se trata, no que respeita a estas duas disciplinas, de uma articulação entre regiões do conhecimento, a ser elaborada a cada tentativa de análise, demonstrando com isto que a abordagem aqui proposta não se identifica com qualquer tentativa de multi-disciplinaridade, no sentido de campos autônoma e previamente constituídos.

Importa ressaltar este ponto, uma vez que um de nossos objetivos reside na compreensão, não só do estatuto da articulação entre as três regiões proposta em 75 pela primeira vez, como também, e especificamente do papel da Psicanálise na tessitura desta articulação. Posteriormente esta questão será retomada no contexto de uma discussão mais abrangente.

Segundo o autor, a Linguística não pode ser concebida como a teoria de uma sistematicidade lógica homogênea, assim como não se justifica afirmar que a semântica seja pura e simplesmente exterior à Linguística.

O apontamento para esta questão é para nós importante, na medida em que contribui para qualificar a que se refere a noção de língua enquanto este invariante pressuposto desde sempre. Mais ainda, revela a importância de operar com

categorias de modo não-opositivo (rompendo com uma interpretação em que uma seria apenas o contrário da outra). Ou seja, o sistemático aqui não se opõe simplesmente ao não sistemático, assim como o exterior não se define como o não-interior. Esta questão é de especial importância na discussão sobre o caráter histórico ou não da língua.

Vimos, em outro capítulo, a relevância do abandono da contradição lógica como forma de oposição (relação exclusiva) entre categorias para a elaboração de um conceito de estrutura que, incluindo o real como contingência, reserve aí um lugar para a história.

Se as sistematicidades, segundo Pêcheux, não existem sob a forma de uma máquina lógica, não seria porque, uma vez identificada a hiância entre a lógica e a retórica, qualquer teoria que trate dos processos discursivos terá necessariamente que mobilizar uma noção de língua que suporte o real do não sistemático? Que implicações decorrem daí para se pensar o estatuto da língua saussureana na teoria do discurso? O que isto tem a ver com o histórico? O que responde, na teoria, pela distância intransponível entre lógica e retórica, produtora da introdução do não-sistemático?

Embora seja necessário retomar posteriormente esta questão, resta aqui indicada a necessidade de elaborar a noção de língua suposta por uma teoria do discurso, para além de uma referência a sua origem saussureana, na hipótese de mantermos a interpretação de Pêcheux no que respeita às elaborações de Saussure, visto outras serem possíveis.

A que se deveria a inclusão do não-sistemático, senão à inclusão na teoria, da presença a si mesmo do sujeito-locutor sob a forma do sentido do que ele enuncia? Pêcheux nota que o que o sujeito enuncia é um fato inexplicável, do ponto de vista da pura sistematicidade, e especialmente dentro de uma teoria sistemática da paráfrase.

É portanto a consideração do sujeito em sua relação com o sentido que traz a inclusão do não-sistemático na teoria. É por presentificar algo da ordem do real, que o sujeito (enquanto sujeito-efeito e não efeito-sujeito) introduz, neste contexto, um elemento capaz de romper com a sistematicidade. É o que rompe com a sistematicidade configura-se como resíduo.

Resta entretanto compreender que o sujeito, enquanto referido ao real, não se resume ao estatuto de um sujeito do discurso, visto que este se apresenta já como efeito de sentido, mas aponta para o resto da divisão inalienável

produzida pela ação da linguagem, um sujeito afetado pelo inconsciente, justo por falar alíngua. Importa indicar também, conforme apontado por Pêcheux neste artigo, que o sujeito do discurso não se identifica quer com o sujeito da ideologia, quer com o sujeito do inconsciente, sendo a articulação entre estes três conceitos o ponto nodal, núcleo a ser incessantemente trabalhado na teoria.

A partir da referência ao sujeito na origem do sentido que ele enuncia, Pêcheux introduz a noção de ilusão subjetiva, retirada da teoria de Althusser (e referida ao conceito de sujeito da ideologia) central para a análise a ser empreendida em 1975, constituindo o esteio da inclusão explícita da teoria psicanalítica no quadro epistemológico aí delineado. Conseqüentemente, centralizaremos a discussão deste texto em torno da questão da evidência do sentido e do sujeito, principalmente sob a forma da teoria dos dois esquecimentos.

Em 1970, Althusser publicara o famoso texto "Aparelhos Ideológicos do Estado" apresentando uma das mais influentes concepções de ideologia no campo dos estudos marxistas, na época em que Pêcheux elaborou o quadro epistemológico para uma análise científica do discurso.

Althusser representou, na cena do marxismo francês, a possibilidade de um intercâmbio frutífero com a Psicanálise, através não apenas de artigos nos quais tratou explicitamente desta questão (como Freud e Lacan de 1964 e Marx e Freud de 1976) como também através daqueles em que aplicava uma leitura, conhecida como sintomal, baseada nos princípios da Psicanálise; no caso, aqueles apresentados por Freud (1900) em "A Interpretação dos Sonhos".

Conforme lemos no "Dicionário do Pensamento Marxista" (88), no verbete ideologia, Althusser distingue uma teoria da ideologia em geral da teoria de ideologias específicas. Na primeira, a função da ideologia é assegurar a coesão na sociedade, enquanto na segunda esta função fica sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe. A ideologia pode desempenhar esta função porque é "uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (1971, citado no Dicionário) e na medida em que interpela os indivíduos e os constitui como sujeitos que aceitam seu lugar no sistema de relações de produção.

É importante indicarmos que Althusser afirmava a existência de ideologias dominadas que expressam o protesto das classes exploradas, embora tenha se constituído numa

dificuldade, para esta abordagem, a impossibilidade de conciliar a existência de uma ideologia revolucionária com a afirmação de que toda ideologia assujeita os indivíduos ao sistema dominante.

Este ponto deve ficar indicado, uma vez que o relacionaremos com outra dificuldade, esta por nós identificada no seio da teoria do discurso, que consiste na impossibilidade de tratar o sentido além de uma referência à sobredeterminação. Isto não deixa de ter relação com a interpretação que é dada ao conceito de inconsciente enquanto ligado tão-somente ao sentido recalcado. Este ponto será retomado na reflexão realizada no próximo capítulo, quando discutiremos algumas teses apresentadas no livro "Vérités de La Palice".

Estamos afirmando que, em função de vários fatores, que deverão ser examinados em outro contexto, a teoria do discurso ligada a uma certa leitura da ideologia, nomeadamente a althusseriana, esbarra no limite da reprodução dos sentidos histórica e socialmente determinados, sem ter como lidar com o aparecimento de um elemento capaz de romper com o sentido já-dado¹, fazendo presentificar um resto, e produzir aí uma transformação, em função de supor que a identificação tem poder resolutivo sobre a questão do desejo. Em outro capítulo retomaremos esta discussão, relacionando-a com os conceitos de reprodução e repetição.

A propósito da noção de ilusão subjetiva, mobilizada por Pêcheux a partir da referência a Althusser, vale considerar que este autor identifica em Spinoza a origem da teoria da ideologia.

Em "Elementos de Autocrítica" (72), explicando o desvio que empreendera por Spinoza, na tentativa de esclarecer o desvio que Marx realizara por Hegel, Althusser relata que no Apêndice ao Livro I da "*Ética*" e no "*Tratado Teológico-Político*" encontra-se o que sem dúvida constitui a primeira teoria da ideologia, que antes nunca havia sido pensada com suas três características:

- 1) sua realidade imaginária
- 2) sua inversão interna
- 3) seu "centro": a ilusão do sujeito

Informa ainda que a "teoria" de Spinoza recusava toda ilusão sobre a ideologia, identificando-a como imaginária. Ao mesmo tempo, Spinoza não aceitava a ideologia como simples erro, ou ignorância, uma vez que fundamentava o sistema deste imaginário na relação dos homens no mundo "expresso" pelo estado de seus corpos, inaugurando desta maneira uma leitura materialista do imaginário, ao mesmo tempo em que desautorizava

uma leitura estruturalista/formalista das ideologias. Não é à toa que Pêcheux escreverá "Remontons à Spinoza".

Através da consideração destes elementos, podemos melhor contextualizar, não apenas as relações de Althusser com o estruturalismo, como também identificar as referências do materialismo tão presente na teorização de Pêcheux. Vale lembrar que, para este, a língua é condição material de base do discurso, assim como este constitui um dos componentes materiais da ideologia.

Até que ponto é legítimo afirmar que o materialismo, enquanto postura filosófica (como doutrina que propõe a matéria como fundamento de toda realidade e como causa de toda transformação) constitui o ponto de separação/demarcação com o estruturalismo, naquilo que este pode implicar o formalismo? Em caso afirmativo, seria possível supor uma abordagem estruturalista articulada com o materialismo?

Este ponto é relevante de ser destacado, uma vez sabermos problemática a caracterização como estruturalistas, tanto de Althusser, e por consequência de Pêcheux, quanto de Lacan, a cujo ensino Pêcheux faz referência.

Indicamos por ora apenas que o materialismo representa o ponto possível de articulação entre a teoria das formações sociais, sob a forma de uma teoria das ideologias, e a Psicanálise, restando entretanto a ser especificado o modo pelo qual se define ou entende a "matéria" que se supõe ser a única realidade.

A especificidade da leitura que Lacan realiza do texto freudiano, decorrente da hipótese do inconsciente ter estrutura de linguagem, define a materialidade referida ao significante, fazendo intervir a sua dimensão real que é a letra. O sujeito se define, nesta teoria, como efeito do significante, sendo a sua causa da ordem do material. E na teoria das formações sociais?

A afirmação althusseriana - de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos - abre para Pêcheux a possibilidade de articular no nó do discurso a questão do sujeito e do sentido, uma vez que aquele autor estabelece um paralelismo entre a "evidência do sentido" e a "evidência do sujeito". O que esta proposição faz é indicar que o sujeito no discurso é definido por uma "evidência de sentido", não podendo necessariamente então ser tomado como origem real de onde emanaria um/o sentido mas, justo por isto, devendo se identifi-

car imaginariamente como sua fonte. Vale dizer, se é produzido como sentido, dele não pode ser causa.

A identificação, no texto da *Langages* 37, do plano das representações imaginárias esboçadas em AAD69 como sendo da ordem da "evidência" para o sujeito é o que diferencia basicamente as formulações da teoria em 75 (vale dizer, o reconhecimento de que a "evidência" é ilusão), além evidentemente das questões específicas que tratam de forma aprofundada das relações dos mecanismos linguísticos (aí incluída a enunciação) e os processos discursivos. O que fazia falta em 1969 era uma teoria do imaginário, nas suas relações com o real.

O próprio Pêcheux afirma, no texto da *Langages* 37, que em AAD69 a proposta teórica havia sucumbido à ilusão subjetiva agora denunciada, por falta de articulação com uma teoria não-subjetiva do sujeito.

O recurso à Psicanálise se faz, neste momento, sob o signo de uma resposta à questão fundamental de como se constitui a ilusão subjetiva, possibilitando, deste modo, a relação do ideológico com o discursivo e deste com o linguístico. Mais ainda, a teoria psicanalítica se apresenta como o dispositivo teórico científico capaz de garantir o atravessamento do efeito-sujeito.

Veremos de que forma o roteiro desta articulação é montado. Para tanto, retomaremos o objetivo do procedimento da Análise Automática do Discurso, bem como as definições mais relevantes para a questão que queremos discutir, apresentadas na primeira parte do artigo "*Mises au point*", escrita por Pêcheux.

O procedimento da Análise Automática do Discurso consiste, no contexto da definição apresentada neste momento, em um esboço de uma análise não subjetiva dos efeitos de sentido que atravessam a ilusão do efeito-sujeito, remontando para o processo discursivo, por meio de um tipo de arqueologia regrada. Para se chegar ao objeto de estudo, constituído pelo processo discursivo definido enquanto relações de paráfrase interiores à matriz de sentido inerente a uma formação discursiva, é necessário e imprescindível atravessar o efeito-sujeito. O que significa este atravessamento e que dispositivos teóricos o garantem?

O objetivo do texto reside em retificar certos erros, eliminar ambiguidades, constatar dificuldades não resolvidas no que se refere à reflexão sobre a relação entre Linguística e teoria do discurso, com a conseqüente formulação de novas questões. A primeira parte visa, então, a apresentação do

quadro epistemológico geral da abordagem teórica. As regiões de conhecimentos científicos que entram como componentes deste quadro são:

- 1) o Materialismo Histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2) a Linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) a Teoria do Discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Estas regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas pela referência a uma teoria da subjetividade, de origem psicanalítica. Vale notar que o autor afirma a necessidade desta referência ser explicitada.

A proposta deste quadro geral contextualiza a reformulação que Pêcheux introduz neste momento na abordagem teórica, ao identificar o efeito leitor como constitutivo da subjetividade enquanto uma das questões centrais a serem consideradas.

Vemos, deste modo, que o ponto de enfoque para uma análise automática do discurso passa a ser determinado pela referência necessária ao sujeito enquanto efeito leitor, caracterizado pelo fato das condições de existência deste efeito terem necessariamente que ser dissimuladas para o próprio sujeito.

Como a dissimulação é abordada através do conceito de esquecimento, termo este retirado da teoria psicanalítica, como veremos em seguida, fica estabelecido o lugar de articulação do ideológico com a região do inconsciente. Além disto, como se trata de explorar o que, no esquecimento, releva do domínio do linguístico, a relação anteriormente mencionada se transforma em: ideologia-inconsciente-língua.

Compreendemos que a ilusão subjetiva (efeito leitor), centro sustentador do funcionamento da ideologia, na medida em que é significada dentro do contexto da teoria psicanalítica, autoriza a leitura de que neste momento teórico há uma relação de subordinação lógica do ideológico para com o inconsciente, isto é, há ideológico porque há inconsciente, o contrário sendo impossível de ser sustentado dentro deste quadro teórico, fato que contrasta radicalmente com a posição sustentada por Herbert (68). Lembramos que no texto de Herbert (68), conforme ficou indicado anteriormente, a relação entre o ideológico e o

inconsciente se fazia na direção oposta, vale dizer, através da identificação de um inconsciente estrutural e um inconsciente analítico, este se revelava subordinado à ideologia, definida como a combinação do efeito metafórico e metonímico.

A primeira parte do texto, sobre a qual centraremos a discussão, tem como título: "Formação Social, Língua e Discurso", nomeando assim os três objetos de conhecimento referentes às regiões do quadro epistemológico; é por sua vez dividida em três segmentos:

1) Formação social, Ideologia, Discurso

2) Linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação

3) Língua, Ideologia, Discurso

Conforme podemos observar pelo exame dos títulos, a teoria psicanalítica não se explicita em nenhum dos segmentos, cumprindo assim, aparentemente, o papel de elemento articulador desta primeira parte, cujo ponto de organização, segundo o autor, é constituído pela relação entre as três regiões anteriormente designadas. Cabe, então, identificar que conceitos

desta teoria necessitam ser mobilizados para realizar a tarefa proposta.

Antes de procedermos a esta análise, vale chamar atenção para o fato de a Linguística ser a única disciplina nomeada nos títulos dos segmentos, colocada em posição intermediária, como a possibilitar a passagem da articulação do objeto Formação Social com a ideologia e o discurso no primeiro, para a articulação do objeto Língua com a ideologia e discurso no segundo.

Apontamos que em 1971, no texto da Revista *Langages* 24, a relação ideologia-discurso se sustentava apenas na indicação referenciada nos chamados "clássicos do marxismo", assim como notamos a ausência da teoria psicanalítica neste contexto. Estes dois fatos não se dão sem relação, na medida em que observamos que é pela via desta teoria que aquela articulação será trabalhada em 1975. Isto se faz a partir da colocação em jogo da questão da materialidade. Vejamos de que modo.

Em 75 parte-se da inadequação de se pensar a superestrutura ideológica como a expressão da "base econômica", situação em que a ideologia se constituiria como uma esfera das idéias, apontando-se para a necessidade de caracterizá-la por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade

econômica. O funcionamento da instância do ideológico deve ser concebido como "determinado em última instância" pela instância do econômico porque constitui uma das condições, em si não econômica, da reprodução das relações de produção inerentes à base econômica.

A relação que vigia entre a esfera do econômico e a do ideológico não é portanto uma relação de expressão, mas deve ser concebida nos moldes de um funcionamento que reproduz, através de um processo de interpelação dos indivíduos como sujeitos ideológicos, as relações de classe.

Sublinhamos que, embora a abordagem de Pêcheux neste momento traga as marcas do texto de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado publicado em 70, a natureza da relação do econômico com o ideológico era já apontada desta maneira por Herbert em 68. Ai encontramos os processos metafóricos e metonímicos como responsáveis pela articulação das instâncias do econômico, ideológico e político, denotando que mesmo neste momento não se tratava de um processo de "tradução", vale dizer, expressão, no plano das idéias das relações materiais de base. Tratava-se de construir uma teoria geral das ideologias, a partir da hipótese da ideologia estruturar-se como linguagem, e neste sentido, nada seria mais distante

disto do que concebê-la como respondendo pela função de expressão.

A modalidade particular de funcionamento da instância ideológica consiste na interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos ideológicos, de modo tal que estes, supondo exercer sua livre vontade, tomam seus lugares em uma ou outra das classes antagonistas do modo de produção. Este processo é garantido materialmente através do que Althusser denominou de Aparelhos Ideológicos do Estado.

A noção de formação ideológica, usada aqui para referir um conjunto complexo de atitudes e representações que se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito no interior dos Aparelhos, aponta para o fato de que aquilo a que se dá o assujeitamento, no processo de interpelação, não sendo nem individual nem universal, constitui-se no conjunto de traços de identificação definidores de subjetividades no interior de uma formação social particular.

De que maneira este processo de constituição do sujeito ideológico se relaciona com os fatos de discurso? E de que forma a lei geral da Ideologia - "*a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*" - se articula com o processo de constituição do sujeito do desejo inconsciente?

Se fica descartada definitivamente, por se configurar como incompatível com uma teoria materialista, uma leitura da ideologia como esfera das idéias, há que distinguir, de forma clara, a ideologia do discurso, bem como estabelecer suas relações. Pêcheux indica que se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais da materialidade do ideológico. Para descrever a relação específica que vigora entre eles, afirma que a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico.

As formações ideológicas comportam portanto, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada no interior de um aparelho ideológico. Daí decorre o ponto de exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva, (componentes ideológicos não discursivos) traduzida no próprio interior desta e recuperada na teoria através do conceito de condições de produção.

No que respeita este conceito, Pêcheux esclarece que em 69 a abordagem teórica não discerniu entre duas designações, empregando o termo para referir quer a situação concreta, material e institucional, quer o efeito das relações de lugar onde se inscreve o sujeito, produzindo com isto a confusão do real com o imaginário e por esta via reproduzindo, no plano da

teoria, o fenômeno ideológico elementar. Dentro deste contexto as relações de lugar ficam confundidas com o jogo de papéis interior a uma instituição, apagando-se a dimensão estrutural colocada em jogo com o conceito de Aparelho.

A maneira de enfrentar o risco de reproduzir a ilusão subjetiva reside evidentemente na possibilidade de assentar a teoria do discurso sobre uma teoria científica da qual derivar o sujeito ideológico enquanto efeito, vale dizer, uma teoria não subjetiva da subjetividade. Pêcheux aponta, neste sentido, para a necessidade de uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito na situação concreta de enunciador. É neste ponto que a Análise Automática do Discurso espera pela Psicanálise.

Que este encontro se apresente explicitamente como necessário em 75 não deve nos fazer esquecer que se trata aqui do retorno, no quadro de definição de um outro objeto (discurso), da referência a Lacan em 68, quando da proposta por Herbert de uma teoria geral das ideologias. Tanto em uma quanto em outra ocasião, trata-se da relação do sujeito ao significante. Em 68 através da definição do significante como o que representa um sujeito para outro significante e em 75 pela referência ao esquema L que descreve o processo de constituição do sujeito, a partir da segunda tópica freudiana.

A relação do ideológico com o discursivo sustenta-se na lei geral da Ideologia que enuncia que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos". Enfatizamos aqui como chave o termo interpelação. De que maneira, através de que instrumentos se realiza a materialidade desta interpelação? No que consiste esta operação de interpelação? Que efeitos advêm deste processo?

Notemos em primeiro lugar o que significa interpelação. O dicionário descreve a origem latina da palavra (*interpellatione*) e a define como "aviso ou advertência judicial ou extra-judicial, que o credor faz ao devedor a fim de que este cumpra a obrigação de seu encargo, sob pena de ser constituído em mora, ou para outros efeitos que a lei faz depender desta medida".

Trata-se portanto da constituição de uma dívida, correlativa da produção de sujeito. Mas o que interpela os indivíduos em sujeitos e constitui esta dívida, senão o significante? De que forma, então, se produz o sujeito ideológico, senão como efeito do funcionamento da cadeia significante, vale dizer, como sentido?

Se por um lado a teoria do discurso deve responder pela questão da determinação socio-histórica dos efeitos de sentido, por outro observamos que a interpelação faz entrar em cena a

relação necessária com a língua, enquanto sistema que estrutura as relações entre significantes. Apontamos com isto a dupla vertente presente na análise do processo de constituição de sujeito: língua e discurso.

Retomaremos esta questão em outro capítulo, quando da apresentação de uma leitura do grafo do desejo, onde trabalharemos o processo de interpelação referido ao plano da significação (recobrando a análise althusseriana do sujeito ideológico) e à dimensão do gozo (indicando a possibilidade de lidar justamente com o resíduo da operação de interpelação pelo significante). No momento importa apenas recortar de que maneira Pêcheux articula a relação do ideológico com o discursivo fazendo aí intervir o inconsciente. Dissemos anteriormente que é a teoria dos dois esquecimentos que responde por esta intervenção.

Lembremos que trabalhar esta relação implica elaborar de que modo o efeito sujeito está associado ao efeito de sentido, vale dizer, de que maneira a ilusão subjetiva se produz correlativamente aos processos discursivos que definem, pelas relações entre as famílias parafrásticas, a matriz de sentido responsável pela determinação dos efeitos de sentido produzidos.

O esquecimento número 1 descreve a inacessibilidade do sujeito ao processo de produção de sentido, o qual é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre as sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui a matriz do sentido. Daí resulta que o "sentido" de uma sequência não é materialmente concebível senão na medida em que se o refere a uma formação discursiva ou a tal outra.

O esquecimento número 1 indica justamente este processo de recalçamento pelo qual uma sequência é dotada de sentido. Podemos, então, dizer que há um apagamento constitutivo da relação com a matriz de sentido, produzindo como efeito a ilusão de que há um sujeito constituído e que este é a fonte originária do sentido enunciado. Não equivaleria isto ao apagamento da relação constitutiva com o Outro? Mais ainda, não seria este o apagamento do fato de que o sentido vem/é necessariamente do Outro?

O esquecimento número 2 vai recobrir a operação pela qual se constitui, no processo de enunciação, por uma série de determinações sucessivas, a zona do "dito" e a do que é "rejeitado". Trata-se aqui de um processo de ocultação parcial disto que é recusado e da constituição da ilusão de um "universo de discurso". O excluído funda a possibilidade do

universo que configura a impressão de "realidade" do pensamento para o sujeito, fazendo-o acreditar que sabe o que diz.

O termo esquecimento, conforme apontado em nota de rodapé no texto de 75, não remete a um problema de memorização, de ordem individual. O autor faz notar que ele designa paradoxalmente "aquilo que jamais foi sabido", apontando, deste modo, para a dimensão de um saber impossível. Mais ainda, o autor comenta que o sujeito "falante" mantém com este saber uma relação de "estranha familiaridade", típica da relação que mantém com as causas que o determinam, em toda ignorância de causas. Este esclarecimento faz coincidir o esquecimento com a definição mesma do inconsciente no seu estatuto de real.

O uso do termo esquecimento na teoria deverá recobrir tanto esta dimensão de causa real quanto os seus efeitos, sob a forma, respectivamente do esquecimento número 1 e número 2.

Compreendemos que a diferenciação dos tipos de esquecimento, bem como a tentativa de articulá-los, é correlativa da distinção entre o plano de assujeitamento inaugural (condição de existência) e o plano das atualizações de subjetividades constituídas. Com isto apontamos que aquilo que Fêcheux denominou de esquecimento número 1 corresponde ao que na teoria psicanalítica recobre o conceito de recalque originário, o qual

está indissociavelmente ligado ao recalque secundário ou retorno do recalçado, que na teoria do discurso remete ao esquecimento número 2. Identificamos alguns problemas nesta aproximação, na medida em que Pêcheux se utiliza da primeira tópica freudiana para caracterizar o funcionamento de cada esquecimento, mas faz intervir conceitos da segunda para descrever o espaço imaginário/subjetivo da enunciação e a constituição do sujeito por via de uma identificação simbólica. A distinção tópica inconsciente/pré-consciente-consciente é insuficiente para dar conta das distinções que se produzem com a segunda.

O esquecimento número 1, por estrutural, visa caracterizar um processo inerente à própria prática subjetiva ligada à linguagem, isto é, circunscreve o plano de definição do sujeito, remetendo-o à estrita dependência da linguagem enquanto funcionamento. Estamos com isto afirmando que, se por um lado a linguagem é causa, e daí podermos referir a um sujeito-efeito, por outro há que considerar que é no discurso que se configuram realizações desta estruturalidade, produzindo o que se denomina de efeito-sujeito correlativo da ilusão subjetiva.

Notas

1. Registre-se a discussão destes limites e a modificação deste quadro presente nos trabalhos de E. Orlandi, através da relação entre polissemia e paráfrase, o mesmo e o diferente. Ver Orlandi, 1983 e 1990.

Capítulo 5. O sujeito (enfim?) interpelado

"Les vérités de La Palice" (75) é considerado por alguns como o grande livro de Pêcheux, apresentando a teoria no seu estado mais avançado. Independente de concordarmos ou não com a opinião de Mالدیدیر (90) acima referida, resta indicarmos a importância deste escrito no que respeita especificamente a questão que abordamos, qual seja, a relação entre o ideológico e o inconsciente. Para fazê-lo, há que trazer à cena o célebre texto de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, indicando simultaneamente que o livro de Pêcheux retoma o artigo da Langages 24 (que discutimos no capítulo 3) no que respeita a relação entre o sistema linguístico e a Semântica, fazendo intervir aí justamente a contribuição de Althusser em 1970.

É importante marcarmos aqui que este livro foi publicado na coleção "Théorie", dirigida por Althusser na Maspero. Embora publicados no mesmo ano, o livro e o artigo de Langages 37, há que considerar que este último, que foi escrito primeiro, é dedicado aos linguistas e restringe-se, como faz notar Mالدیدیر (90), à análise do dispositivo, enquanto o livro se propõe a avançar, de modo fecundo, na teoria, constituindo como interlocutores privilegiados os linguistas e os filósofos.

Os desenvolvimentos que aí se dão encontram-se definitivamente marcados pela leitura althusseriana da Ideologia, a qual delimita o quadro de elaborações da relação inconsciente-ideologia. Para além disto, o livro se faz marcar pela presença explícita da filosofia, ao lado da linguística e da semântica.

Uma das características do texto reside, fundamentalmente, no exercício da retificação, brilhantemente sustentado por Fêcheux, especialmente no Anexo introduzido na edição inglesa de 82¹. Trata-se aqui, no nosso entendimento, da colocação em ato de princípios teóricos básicos de uma teoria materialista do discurso. A inclusão deste anexo, escrito em 78/79, cujo título nomeia o empreendimento como retificação, se por um lado impõe uma leitura retroativa de algumas teses adiantadas no livro, por outro, e justo por isto, não deixa de produzir um efeito que atualiza as profundas modificações que a teoria sofreu de 78 a 82. Tais rupturas serão objeto de análise quando da apresentação do texto Discurso: estrutura ou acontecimento. Entretanto, uma vez que tais retificações incidem diretamente sobre as teses a respeito do sujeito, não deixaremos de comentá-las neste contexto.

É importante observamos que na Introdução o autor define a referência à Psicanálise enquanto circunscrita a alguns trabalhos de Lacan, na medida em que estes, aprofundando e

explicitando o materialismo de Freud, possam contribuir nas direções indicadas por Althusser. Este apontamento é precioso pois estabelece os limites dentro dos quais deverá se dar o recurso à Psicanálise. É portanto o Lacan de Althusser que vai comparecer no texto de Pêcheux.

Veremos posteriormente que isto não deixou de ter consequências importantes para a teoria, constituindo um ponto de resistência teórica à Psicanálise mesma. Importa aqui apenas relacionar este ponto com a constatação que o autor faz, no texto do Apêndice, de que algo falhou na relação com a Psicanálise. O que poderia estar aí apontado senão a limitação que representou para a teoria do discurso o atrelar-se ao programa althusseriano, visto ter sido este tomado como matriz da relação do ideológico com o inconsciente?

Se o objetivo do autor se define por um questionamento das chamadas "evidências fundadoras da Semântica", visando construir as bases de uma teoria materialista para abordar o sentido, isto se justifica em função da Semântica constituir um lugar de retorno de questões filosóficas no interior da Linguística, conforme foi demonstrado no texto da *Langages* 24. A questão do sujeito se insere nesta abordagem na medida em que constitui, juntamente com o sentido, e não de uma forma gratuita, uma destas evidências. As controvérsias no interior

da Linguística, quanto à questão do sentido, se baseiam então em controvérsias filosóficas que exigem um esclarecimento. O trabalho de Pêcheux se constitui então como uma intervenção da filosofia materialista no campo da Linguística. Se a Semântica questiona a Linguística nos seus limites, não podemos deixar de ver aí uma forma de presentificação, no interior desta, de um exterior que lhe é radicalmente estranho, produzindo por isto, como efeito, a ilusão de uma certa familiaridade. A Semântica introduz descontinuidades no campo da Linguística, fazendo com que o real aí faça retorno.

O entendimento da questão das "evidências" no campo da Linguística é referido ao que Pêcheux denomina a "ignorância das causas", posição que, atendo-se ao estudo dos efeitos, produz uma inversão típica do funcionamento ideológico, vale dizer, sujeito e sentido, enquanto "evidências", são tomados como anterioridade lógica causal, lá onde se dão, via simbólico, como efeitos do real. Não é por acaso, então, que a elaboração do autor desemboca no estudo dos processos discursivos nas práticas científicas e ideológicas.

Marcado pela assunção de uma abordagem materialista, o debate será necessariamente travado com o idealismo, considerado como um dos inimigos que a luta política na teoria deve enfrentar. Todo o esforço de Pêcheux será dirigido no sentido

de demonstrar que o idealismo não constitui verdadeiramente uma posição epistemológica defensável, na medida em que só faz reproduzir os efeitos, na ignorância das causas. Ocorre, então, uma inversão da tese materialista do primado do ser sobre o pensamento. Se as teses idealistas se assentam sobre "evidências", produzidas como efeito do pensamento, caracteriza-se assim o logro envolvido na sustentação do princípio do primado do pensamento sobre o ser.

A partir desta caracterização podemos identificar que a adoção de uma posição idealista é correlativa do não-reconhecimento da sobre-determinação simbólica, vale dizer, de que há inconsciente. Este aspecto é para nós relevante na medida em que possibilita aproximarmos o lugar de compatibilidade teórica entre um projeto materialista e a Psicanálise, enquanto teoria que enuncia o princípio da sobredeterminação simbólica dos fenômenos psíquicos. Vale indicar que Lacan identifica a sobredeterminação simbólica como um fato de sintaxe, ficando deste modo evidentes os efeitos que podem advir do desconhecimento deste princípio.

Entretanto, delimitar um espaço de compatibilidade teórica entre a teoria psicanalítica e um projeto materialista não implica aceitar que a Psicanálise tenha uma relação não-problemática com a ciência, e menos ainda, conforme esta-

beleceamos na parte II, que se possa caracterizá-la dentro dos modelos desta. A questão a que se alude neste ponto é de fundamental importância para a apreciação de qualquer contribuição que a Psicanálise possa trazer ao campo do saber, embora o seu desenvolvimento esteja fora do escopo do presente trabalho.

Importa ainda indicar que, assumir a teoria psicanalítica como fundamento de um quadro epistemológico mais amplo, não constitui garantia antecipada da sua efetiva intervenção no campo, podendo inclusive constituir, como demonstra Joël Dor (90), a condição básica para o seu recalçamento. Voltaremos posteriormente a este ponto.

A incidência do reconhecimento da sobredeterminação no campo de estudos da ideologia não se faz sem produzir rupturas significativas. Uma delas consistiria na mudança de uma teorização da ideologia como falsa consciência, no interior de uma leitura idealista, fazendo supor a "verdadeira" consciência, para uma abordagem da ideologia enquanto referindo todo e qualquer produto do funcionamento dos processos secundários de pensamento, na medida em que são correlativos da ilusão subjetiva. Nesta última abordagem a categoria do ideológico se reveste do estatuto de estruturalidade, constituindo-se na força material que constitui indivíduos em sujeitos. O sujeito do cogito

cartesiano, assentando no pensamento a garantia de existência/ser, ilustra de forma exemplar o funcionamento da ilusão subjetiva, naquilo em que toma o efeito pela causa. A descoberta freudiana do inconsciente desnuda esta "evidência" ao afirmar que a garantia do ser se funda justamente lá onde o sujeito não pensa pensar. Alguns trabalhos que atualmente se realizam na linha delineada por Pêcheux, no que refere especificamente a questão do ideológico, fazem avançar a reflexão na direção de uma recusa radical do conteudismo do qual a noção de ideologia pode se impregnar em leituras idealistas; entre eles citamos o trabalho desenvolvido no livro "Terra à Vista" de Orlandi (90).

Se a Psicanálise, enquanto teoria não-subjetiva da subjetividade, permite assentar as bases materialistas da luta contra o idealismo, na medida em que denuncia a ilusão subjetiva, numa demonstração do desconhecimento para uma subjetividade daquilo que a causa, poderíamos então afirmar que a teoria psicanalítica funda a teoria materialista dos processos discursivos? Se é este o caso, não poderíamos antecipar, então, que o ideológico deve receber sua determinação da teoria do inconsciente? Neste caso, no estatuto de fundamento, que papel e destino estão reservados para a Psicanálise? De que maneira se poderia sustentar que ela faz parte do quadro epistemológico?

Para além da questão específica que concerne a relação com a teoria analítica, o que se pretende introduzir neste ponto é a necessidade de examinarmos o estatuto relativo das regiões de conhecimento mobilizadas no projeto de Fêcheux. Até que ponto não seria possível sustentar que a teoria do discurso, enquanto teoria dos efeitos de sentido historicamente determinados, não se constitui como uma aplicação da teoria das formações sociais na região dos estudos que tem a língua como objeto? O que impede esta leitura? A autonomia relativa da Linguística, vis-à-vis a teoria do discurso, é da mesma ordem que a autonomia da teoria das formações sociais, vis-à-vis a Linguística e a teoria do discurso? Importa indicar que perguntar sobre o estatuto da Psicanálise no interior do quadro epistemológico implica, como efeito, questionar o estatuto das três regiões.

Quanto a este ponto é importante destacar que, embora as descrições do quadro permaneçam praticamente invariantes, há referência aos continentes da História, Língua e Inconsciente, quando por exemplo o autor cita, no anexo acima referido, a tríplice aliança: Saussure, Marx e Freud, fazendo supor neste caso que a teoria do discurso não se constituiria como uma das componentes do quadro, mas dele seria resultante. Como conciliar esta posição com aquela que inclui a teoria do discurso como um dos três componentes do quadro epistemológico geral?

Dissemos anteriormente que a importância do livro Les Vérités de La Palice para a questão que examinamos passa pelo reconhecimento da relevância do trabalho de Althusser para Pêcheux. Como aponta Mالدیدیر (90), tudo parte de Althusser, especialmente da seguinte afirmação, retirada do texto "Aparelhos Ideológicos de Estado" :

"Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra "designa uma coisa" ou "possua um significado" (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos - e até aí não há problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar." (pag. 95)

Conforme apontamos anteriormente, a colocação em relação destas duas "evidências" constitui o ponto nodal que configura na teoria do discurso o lugar necessário para uma intervenção da Psicanálise, uma vez que a afirmação althusseriana tem as seguintes consequências:

- sujeito e sentido são correlatos, na medida em que se produzem como efeito;

- se são produzidos como efeitos ideológicos, cuja particularidade reside no desconhecimento de sua causa, impõe-se, então, que a teoria dê conta desta enquanto referida a seu estatuto de causa real.

O que a contribuição de Althusser delinea como fundamental para uma teoria materialista do discurso reside no reconhecimento necessário de que o estudo do sentido implica a presença do sujeito. Evidentemente, uma vez que o sujeito de que trata a teoria do discurso não se confunde quer com o sujeito da psicologia, quer com o da sociologia e menos ainda com um idealizado "sujeito-falante", importa especificar as referências que o constituem. Neste ponto lembramos que Pêcheux enuncia que o sujeito do discurso não se confunde nem com o sujeito da ideologia nem com o sujeito do inconsciente, restando então trabalhar a relação necessária entre eles.

A presente discussão não deixa de se referir ao que Pêcheux enuncia no final do primeiro capítulo da parte intitulada "Linguística, Lógica e Filosofia da Linguagem":

"É suficiente salientar para nosso propósito que o círculo ideológico sistema/sujeito falante constitui o invariante das diferentes formas que a "Semântica" toma hoje". (pag. 63)

Denunciando a recorrência desta dicotomia no campo da Linguística atual como determinada pela filosofia espontânea que domina as pesquisas nesta área, o autor aponta para a necessidade de se operar com uma concepção de sujeito que, contrariamente à oposição com o sistema, seja dele derivado. É por esta razão que o trabalho de Lacan, desenvolvendo a teoria freudiana na direção de uma exploração consequente da hipótese do inconsciente ter estrutura de linguagem, adquire importância para a teoria do discurso.

Assumir que a relação do sujeito com o sistema linguístico se faz pela via de uma dissimetria, impõe não apenas que se trabalhe um conceito de estrutura que inclua o sujeito, como também que se rejeite a idéia de uma combinatória semântica capaz de determinar, pelo cálculo, o sentido de um enunciado, o que faria supor um sujeito que espontaneamente realiza este cálculo.

As teorias que mobilizam esta hipótese acabam encontrando os seus limites na consideração do "contexto" ou da "situação". Pêcheux faz notar que isto equivale a introduzir na teoria uma ruptura entre o sistema da língua e o não-sistemático que aí se coloca como resto impossível de ser absorvido. A consideração do "contexto" funciona aqui como elemento que impede o fechamento do sistema.

Uma outra consequência de se romper com o par sistema linguístico/ sujeito-falante reside na necessária rejeição de uma teoria da enunciação como teoria do resto inerente à existência do sujeito-falante em "situação", na medida em que trabalhando com elementos que incidem sobre a designação anafórica, a designação indicial ou referentes à posição do sujeito em relação ao "contexto", esta teoria aborda, sob o nome de enunciação, o fato do sujeito ser o suporte de seu enunciado e os efeitos subjetivos vários, subjacentes ao enunciado. Aqui também se descortina, no momento teórico que estamos examinando, um vazio no campo dos estudos da linguagem, o qual será brilhantemente preenchido pelas teorizações de Jacqueline Authier-Revuz (1982, 1984 e 1989)

Adiantamos aqui que a dissolução do par sistema linguístico/sujeito falante se relaciona com a análise e re-exame da relação das categorias de necessário e contingente na teoria, uma vez que, conforme apontado por Pêcheux, no idealismo racionalista há uma subordinação ideal do contingente ao necessário. Este princípio de subordinação toma, no idealismo moderno, a forma da subordinação do subjetivo ao objetivo. Qual seria a articulação destas duas categorias no interior de um projeto materialista? Conforme foi estabelecido no capítulo referente à lógica da estrutura, a ciência moderna repousa

integralmente na noção de contingência, cujo núcleo real é o impossível. A escrita do objeto contingencial fixa-o na letra, transformando seu modo de existência, que passa a ser afetado pela necessidade. Na passagem da contingência à necessidade da lei, a teoria do significante deduz o impossível, referindo-o à infinitude do universo.

A tese que acima enunciamos a respeito da relação dissimétrica e recíproca entre o sujeito e o Outro (sistema) deve ser relacionada com o que Pêcheux resume como sendo o essencial da tese materialista, ou seja:

"...colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual) em relação ao sujeito, colocando simultaneamente a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico)." (pag. 76)

A afirmação acima tem como consequência a conclusão de que embora não se possa falar de sujeito sem referência ao Outro, vige entre eles uma relação dissimétrica, isto é, a relação se dá, enquanto constituição, apenas na direção do

Outro para com o sujeito, sendo que o efeito na direção contrária consiste na suposição do sujeito de estar na fonte e origem do saber, vale dizer, enquanto efeito é subsidiário da ilusão subjetiva.

Antes de indicarmos os pontos precisos que no texto se referem ao problema que investigamos, é importante qualificarmos de forma detalhada o domínio teórico do trabalho de Pêcheux neste livro.

No final da parte II o autor assinala que a discursividade, a subjetividade e a descontinuidade ciências/ideologia constituem as regiões inter-ligadas que devem ser levadas em consideração na construção de uma teoria do discurso que não caia em uma concepção idealista. Para o autor, uma abordagem materialista dos processos discursivos não pode,

"para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o "sujeito" ideológico como "sempre-já" dado" (pag. 131).

O objeto teórico "sujeito ideológico" deverá, então, ser articulado de um lado com o sujeito do discurso, na medida em que é pela via de funcionamentos discursivos específicos que se produz e reproduz a evidência subjetiva (efeito ideológico

elementar), e por outro com o sujeito do desejo inconsciente, na medida em que este, sendo definido como o que um significante representa para outro significante, impõe a configuração de um *moi*, representação de um ego-ideal sobredeterminado por um ideal do ego.

Quanto a esta articulação, poderíamos afirmar, então, que no quadro epistemológico apresentado por Pêcheux trata-se de três objetos "teóricos", quais sejam: discurso, ideologia e inconsciente? É importante perguntar se há diferença entre tratarmos os três elementos acima referidos como objetos ou como continentes/regiões. A relevância desta questão fica evidenciada quando lembramos o que Pêcheux afirma, no início do livro, a respeito de sua abordagem:

"Os elementos científicos (ainda em estado embrionário) que propomos para a análise desses processos serão designados aqui sob o nome global de "Teoria do Discurso", sem que - vamos repetir - se deva ver nisso a pretensão de fundar uma nova disciplina entre a Linguística e o Materialismo Histórico." (pag. 32)

Da mesma forma que no texto anteriormente discutido, aqui também será o conceito de interpelação que permitirá a arti-

culação das três regiões, enriquecido desta vez com a exploração das teses de Althusser quanto à relação do inconsciente com a ideologia.

Quanto a este ponto Pêcheux retifica a pseudo-solução estruturalista apresentada por Herbert em 68, baseando-se na tese althusseriana fundamental, enunciada em 70, segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos:

"...o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão..."
(pag. 133 - Pêcheux)

Entre o Thomas Herbert de 68 e o Michel Pêcheux de 75 intervém Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser (70). Na retificação que Pêcheux empreende de Herbert, o aspecto mais importante para a presente discussão reside na indicação de que em 68 estabeleceu-se uma identificação da Ideologia à "forma geral do discurso", correspondendo àquilo que denominamos como a introdução da hipótese de que a ideologia tem estrutura de linguagem.

Entretanto, o ponto que mais interessa para a análise que realizaremos a seguir consiste na identificação que Pêcheux

realiza em 75 entre o Sujeito (sujeito absoluto e universal), referido na tese althusseriana e o que Lacan designa como o Outro. Esta estratégia, juntamente com a referência à afirmação de Lacan, segundo a qual "o inconsciente é o discurso do Outro", permitirá:

"...discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção". (pag. 134)

Esta citação se encontra no final da parte II do livro e abre para um estudo aprofundado das relações do Discurso com a(s) Ideologia(s) na parte III. O que interessa ressaltar neste ponto é que esta passagem se viabiliza através da utilização de uma teoria não-subjetiva da subjetividade, que deriva o sujeito do funcionamento material da cadeia de significantes, conforme indicado na citação acima. O que fica esclarecido nesta citação é que é a partir do funcionamento da cadeia significante que poderão ser destacados, com precisão, três conceitos: sujeito do discurso, sujeito do inconsciente e sujeito da ideologia. O

que solicita esclarecimento permanece restrito ao âmbito de suas articulações. Segundo o autor,

"O terreno que atingimos (terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade) deve permitir-nos, de agora em diante, fundar, em seu princípio, a teoria (materialista) dos processos discursivos e, por esta via, indicar as posições relativas dos caminhos percorridos, ou, para retomar a outra imagem, unir os fios entre si." (pag. 134)

O que fica implicado nesta indicação é o esclarecimento do estatuto reservado no projeto epistemológico para a teoria psicanalítica. A parte III deve explorar as indicações de Althusser, esclarecendo, com o auxílio de alguns recortes da teoria de Lacan, de que maneira se encontram articulados o recalque inconsciente, o assujeitamento ideológico e os funcionamentos discursivos.

Apresentaremos a seguir os principais elementos desta articulação em Fêcheux, lembrando apenas que toda esta elaboração será posteriormente questionada pelo próprio autor, conforme enunciado no anexo 3 ao livro, onde, a respeito daquilo que falhou do lado da articulação com a Psicanálise, afirma-se:

*

"Tudo se passa, em Les vérités de La Palice como se o que foi dito do sujeito se confundisse tendencialmente com o que foi posto relativamente ao ego como "forma-sujeito" da ideologia jurídica..." (pag. 299)

O que para nós interessa no enunciado desta retificação se refere menos a uma retificação de "erros" do que ao questionamento das razões que promoveram a confusão entre dois conceitos fundamentalmente distintos na teoria psicanalítica, vale dizer, sujeito e ego, embora não encontremos em Freud o uso do termo sujeito. Entretanto, quer porque esta distinção esteja presente na sua elaboração, quer porque Lacan a tenha trabalhado de forma minuciosa e precisa, torna-se ainda mais necessário analisar as razões que condicionaram a sua confusão em Pêcheux, visto que este autor pretende assentar uma teoria do discurso sobre as contribuições tanto de Freud, quanto de Lacan.

Vale perguntar aqui até que ponto o autor não tomou como equivalentes as elaborações dos dois, sem levar em conta que há uma diferença entre o inconsciente freudiano e o inconsciente lacaniano (como bem o demonstra o título do capítulo de abertura do Seminário 11 (1964) : "O inconsciente freudiano e o nosso"). Estamos nos referindo a uma questão que,

embora não possa receber tratamento minucioso no interior deste trabalho, nem por isto deve ficar encoberta, qual seja, o retorno à Freud empreendido por Lacan implica avanços, modificações, progressos que só se realizam na vigência de diferenças. Mais ainda, deve ficar aqui apontado que há diferentes etapas no desenvolvimento das teorizações de Lacan, produzindo, em função da dificuldade no manejo dos conceitos assim introduzida, a proliferação de referências a uma versão "padronizada" que se restringe aos primeiros momentos de suas elaborações. Entretanto, o rigor conceitual exigido de um trabalho teórico sério requer o abandono de leituras palatáveis, porque homogeneizantes.

Mas, aquilo que responde especificamente por esta confusão não pode deixar de relacionar-se com algo que o esforço de elaboração teórica de Fêcheux recusa. O quê, por não poder ser reconhecido, retorna como confusão? Quanto a isto indicamos que, no plano da teoria, é na prevalência de uma leitura da categoria do Outro como completo, ou não-barrado (equivalente a pensar o campo do grande Outro como consistente), que encontraremos os fundamentos da equivalência indevida estabelecida entre o ego e o sujeito. Como efeito correlato indicamos que a identificação simbólica passa, neste contexto, a se revestir de um poder resolutivo sobre a questão da divisão subjetiva.

Tal prevalência não deixa de ter relações com a maneira pela qual se concebe o sentido, especialmente quando notamos que somente a partir da referência ao chistes é que Fêcheux passará a considerar o *non-sens* que opera no próprio efeito de produção de sentido. E por ter podido perceber, analisando o prazer compulsivo com que introduzia chistes na escrita do livro, de que maneira este fato se relacionava com a direção apontada no texto de Althusser, que Fêcheux pode reconhecer a posição de assujeitamento em que se encontrava com relação ao mestre.

Importa enfatizarmos neste ponto que a questão acima referida ganha especificidade pelo fato de marcar o germe do que podemos qualificar de um afastamento de Fêcheux com relação a Althusser, o que inaugura, para o nosso entendimento, uma ruptura no interior dos trabalhos de teorização, especificamente no que respeita à relação com a teoria psicanalítica. Esta indicação coincide com a leitura de Mالدیدier (90) a respeito da produção de Fêcheux, designando de "desconstrução" a última fase de seus trabalhos.

Não é sem razão que *Les vérités de La Palice* termina, comentando o clássico de Althusser, por um reconhecimento:

"...ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ousar pensar por si mesmo." (pag. 304)

É no contexto desta ruptura que se inscreve o texto *Discurso: estrutura ou acontecimento* que examinaremos no próximo segmento.

A compreensão do diferente posicionamento de Pêcheux no que respeita à Psicanálise, identificável quer consideremos a cronologia de seus trabalhos quer nos restrinjamos apenas ao momento que ora analisamos, deve ser remetida à reflexão sobre uma outra cena, a da relação de Althusser com a Psicanálise.

Antes de analisarmos detalhadamente as proposições que Pêcheux apresenta, em 75, no que respeita a relação do objeto teórico "inconsciente" com o objeto teórico "ideologia", impõe-se que examinemos com cuidado alguns trabalhos de Althusser, na medida em que estes constituíram a matriz fundadora de uma leitura específica da relação em questão. Esta abordagem permitirá elaborar, de forma mais consistente, a aludida ruptura de Pêcheux com relação a Althusser. Caso não se a qualifique, tal afirmação poderia implicar, erroneamente, um posicionamento

não-problemático e transparente de Althusser a respeito da Psicanálise. Afirma-se, deste modo, que a ruptura com Althusser não deixa de remeter a uma modificação na própria elaboração teórica deste.

No sentido de elucidar este ponto, faremos referência ao texto "Althusser e a Psicanálise" de Evangelista (84) que, introduzindo a publicação da tradução dos textos "Freud e Lacan" (64) e "Marx e Freud" (76) de Althusser, apresenta minuciosa e criticamente um panorama da história desta relação. Recor-taremos daí apenas alguns elementos que elucidam a questão que vimos analisando.

A intervenção da filosofia de Althusser é decisiva na cena francesa quanto às possibilidades de uma aproximação entre Marxismo e Psicanálise, determinando, além disto, efeitos tanto no interior do Marxismo, quanto na cena psicanalítica, especialmente se referidos ao episódio da excomunhão de Lacan da Sociedade Francesa de Psicanálise. Sabe-se que a continuidade de seus Seminários é garantida por uma intervenção direta de Althusser que, na qualidade de Secretário da École Normale Supérieure o convida para ali realizá-los.

Althusser assim define o objetivo de seu artigo "Freud e Lacan" (64):

"Há um perigo de que este artigo seja mal compreendido, a menos que seja tomado pelo que então objetivamente era: uma intervenção filosófica, instando os membros do PCF a reconhecerem a cientificidade da Psicanálise, da obra de Freud e da importância da interpretação lacaniana desta. Consequentemente, ele era polêmico, porque a Psicanálise fora oficialmente condenada, nos anos cinquenta, como uma "ideologia reacionária"; a despeito de algumas modificações, essa condenação ainda dominava a situação quando escrevi este artigo. Essa situação excepcional deve ser levada em conta quando o sentido de minha interpretação é avaliado hoje" (carta de 21/02/69 ao seu tradutor para a edição de "Freud e Lacan" da *New Left Review*)

A despeito da importância desta contextualização necessária, o que mais interessa para a presente reflexão é a identificação de dois momentos nitidamente diferentes no que respeita a própria concepção althusseriana de Filosofia, dos quais derivam duas posições diferenciadas quanto à questão da relação do Marxismo com a Psicanálise, elaboradas principalmente pelos textos de 64 e 76. Conforme salientado por Evangelista, estes dois artigos testemunham momentos bem distintos, "correlativos a duas definições diferentes de Filosofia".

Antes da caracterização destes momentos, é interessante indicarmos a importância do conceito de sobredeterminação que Althusser toma emprestado de Freud para o desenvolvimento de seu projeto. Este conceito se constitui no instrumento através do qual se possibilitaria elaborar teoricamente a diferença essencial entre a dialética em Marx e em Hegel. Para que se apreenda a qualidade complexa da contradição em jogo na dialética marxista, será necessário produzir o conceito que forneça o seu traço mais profundo, e para isto Althusser vai à Linguística e à Psicanálise, vale dizer a Lacan. A contradição sobredeterminada é para Althusser o conceito que permite apreender a característica diferencial da dialética marxista, conforme podemos observar nesta citação de "Pour Marx" (65):

"Essa reflexão das condições de existência da contradição no interior dela mesma, essa reflexão da estrutura articulada com dominante que constitui a unidade do todo complexo no interior de cada contradição, eis o traço mais profundo da dialética marxista, o que tentei expressar há pouco com o conceito de sobredeterminação." (pag. 182)

Em nota de rodapé, Althusser fala sobre este conceito da seguinte maneira:

"Não forjei esse conceito. Conforme indiquei, tomei-o emprestado a duas disciplinas existentes: no caso, a Linguística e a Psicanálise. Aí possui ele uma "conotação" objetiva dialética, e - em particular, na Psicanálise - bastante aparentado, formalmente, ao conteúdo que ele aqui designa, para que esse empréstimo não seja arbitrário. É preciso, necessariamente, uma palavra nova para designar uma precisão nova. Podemos, decerto, forjar um neologismo. Pode-se, também, "importar" (como diz Kant) um conceito bastante aparentado para que a sua domesticação (Kant) seja fácil. Esse "parentesco" poderia, aliás, permitir, em troca, um acesso à realidade psicanalítica." (pag. 182)

Estes elementos são relevantes para compreendermos o estreito relacionamento entre o projeto althusseriano e a Psicanálise, sob a pertinência de um conceito - a sobredeterminação - cuja definição remete diretamente à descrição do inconsciente, conceito central da descoberta freudiana, enunciando a dimensão simbólica de determinação dos fenômenos psíquicos.

Que esse empréstimo não se caracterize pela arbitrariedade adquire relevância no interior da reflexão que vimos

realizando, na medida em que criou as condições de necessidade para uma teorização de sua articulação, às quais Pêcheux não deixou de responder. Que estatuto, então, devemos atribuir a tal empréstimo? Não podemos evitar reconhecer no gesto de Althusser o ponto nodal a partir do qual se colocou historicamente a questão crucial da relação entre o inconsciente e a ideologia, e neste sentido consideramos necessário examinar alguns elementos de suas elaborações. Importa que fique aqui indicado que o lugar teórico no qual se produz a aproximação com a Psicanálise refere-se ao conceito de causalidade, o que não deixa de remeter ao conceito de estrutura.

No primeiro momento da produção teórica de Althusser, que vai até 65, a Filosofia se define como teoria da prática teórica. Uma vez que as práticas teóricas referem-se àquelas existentes nas ciências, a filosofia marxista deveria construir a teoria geral das práticas que transformam em "conhecimentos" o produto ideológico das práticas "empíricas". Esta definição é subsidiária da epistemologia stanilista da oposição Ciência X Ideologia, e faz a suposição de uma Teoria geral única, uma superteoria que se imporia a todas as ciências.

Conforme apontado por Evangelista (84), este empreendimento comportou um alto risco, na medida em que neste terreno foi possível germinar a fantasia de uma fusão entre a tópica

marxista e a freudiana, na figura de um discurso da sobredeterminação, o qual, enquanto teoria geral dos discursos, seria uma Teoria Geral da Ciência. Não podemos deixar de ver aí os delineamentos do projeto que Herbert tentaria viabilizar em 68, principalmente se considerarmos a equivalência que este estabelece entre a Ideologia e a forma geral do discurso.

A partir de 1967, no prefácio à edição italiana de *Lire le Capital* anuncia-se um momento de autocritica que se desenvolverá de forma clara especialmente em "*Elementos de Autocritica*" em 1974. A Filosofia não é mais Teoria da prática teórica, mas passa a ser definida como "...em última instância, luta de classes na teoria".

Se a prática teórica não tem, como se afirmara no primeiro momento, consciência desta prática, então o exercício da prática teórica de Althusser em "*Freud e Lacan*" não poderia fundar uma Teoria da sobredeterminação, uma superciência. Neste sentido, como indica Evangelista (84), o artigo "*Marx e Freud*" vem corrigir os desvios do primeiro momento, numa demonstração clara de que não existe a Teoria, reconhecendo a singularidade de cada um dos objetos de conhecimento. Este momento é correlativo do abandono de qualquer projeto de fusão entre as teorias em jogo. Importa destacar que é o reconhecimento da impossibilidade de um discurso consciente de si que vem fundar

a definição do empreendimento filosófico como luta de classes na teoria. Se a determinação/causalidade é simbólica, como sustentar a possibilidade de um saber que sabe de si? O inconsciente, enquanto impossível, impõe a necessidade do assujeitamento ideológico? Seria este apenas a contraparte de sentido do Outro indispensável na constituição do sujeito?

A estreita aproximação com a Psicanálise pode também ser apreciada quando da apresentação da tese que enuncia que a ideologia não tem história. Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* Althusser propõe um esboço esquemático de uma teoria da Ideologia em geral, e não teoria das ideologias particulares, que exprimem sempre posições de classe. Aponta portanto para uma distinção fundamental entre o plano da estruturalidade da ideologia e o plano de suas modalizações no interior de uma dada formação social. A passagem de um plano a outro equivale à proposição de uma teoria não ideológica da ideologia. Comentando sobre a concepção de ideologia mobilizada na "Ideologia Alemã", Althusser observa que seu estatuto aí é semelhante ao estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. Retomando formalmente os termos da "Ideologia Alemã" - a ideologia não tem história - numa leitura que rompe com a tese positivista-historicista aí presente, o autor compara o seu gesto teórico com aquele de Freud quando da apresentação da concepção psicanalítica do sonho. E este gesto, que eleva a

ideologia ao estatuto de conceito teórico, se faz na referência teórica a Freud, pois a afirmação sobre a imutabilidade da Ideologia, fazendo dela uma realidade não-histórica, se sustenta na hipótese de haver uma relação orgânica, vale dizer, profundamente arraigada, entre as seguintes proposições:

- a Ideologia não tem história.
- o Inconsciente não tem história.

O que fica afirmado, como conclusão, é que a Ideologia é eterna como o Inconsciente. Entretanto, para além de uma analogia aqui sugerida, devemos atentar para a natureza desta aproximação. Diz o autor, em *Pour Marx*:

"E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente tem uma certa relação com a eternidade da ideologia em geral. É assim que me julgo autorizado, pelo menos presuntivamente, a propor uma teoria da ideologia em geral, no sentido em que Freud formulou uma teoria do inconsciente em geral." (pag. 76)

Vemos aqui se colocar de forma clara a questão que persiste a ser elaborada nos trabalhos de Pêcheux: qual a

natureza da relação suposta entre ideologia e inconsciente, para além da afirmação de uma analogia? De que modo a eternidade de uma está relacionada com a eternidade da outra?

Se o empréstimo do qual fala Althusser se caracterizou pela introdução da dimensão simbólica da sobredeterminação, colocando em jogo uma concepção específica de causalidade que implica a intervenção de uma temporalidade lógica (só-depois), então é possível pensar que a relação entre a ideologia e o inconsciente se dê na dependência de ambos sofrerem o mesmo tipo de determinação causal. Ou seja, se o empréstimo é motivado e se a causalidade para a Psicanálise implica a linguagem, não estaríamos afirmando, como Paul Henry sugere em *Le mauvais outil* (77), que é por terem a mesma determinação que os três conceitos: sujeito do inconsciente, sujeito da ideologia e sujeito da língua precisam ser articulados?

A fim de analisarmos com maior clareza as raízes da relação estabelecida entre a ideologia e o inconsciente no interior da teoria de Pêcheux, é preciso avançar um pouco mais na discussão das teses althusserianas sobre o objeto da ideologia e sobre a sua existência material, uma vez que delas decorre a necessidade de introduzir a categoria de sujeito.

Trata-se para Althusser da construção de uma abordagem materialista da ideologia, e portanto de fazer vigorar a regra básica do materialismo que postula que não se deve julgar o ser por sua consciência de si, uma vez que todo ser é algo distinto de sua consciência de si. A tese referente ao objeto da ideologia é assim enunciada:

"A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência".

(pag. 77)

Na justificativa desta afirmação, o autor critica as leituras da ideologia como interpretação (mecânica ou hermenêutica) da realidade, com base no fato de, ao tratarem a ideologia como ilusão que faz alusão à realidade do mundo, deixarem de responder adequadamente à questão sobre a razão que justificaria porque os homens "precisam" desta transposição imaginária das suas condições reais de existência para se "representarem" as suas condições de existência reais. O que está em jogo aqui é a

"causa para a deformação imaginária das condições de existência reais dos homens, numa palavra, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens" (pag. 79)

Althusser indica que as interpretações que são oferecidas a título de causa - alienação material que reina nas condições de existência dos próprios homens, os padres, os déspotas, a imaginação passiva das vítimas, etc - tomam à letra a tese que pressupõem, isto é, que o que é refletido na representação imaginária do mundo é o mundo real.

A partir desta constatação, ele indica que não são as condições de existência reais o que é representado, mas sim a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia.

Esta precisão introduzida pelo autor é da maior importância para a questão da articulação do inconsciente com a ideologia, uma vez que faz entrar em cena, necessariamente, um sujeito suposto pela representação, vale dizer, representado. O corolário disto é a introdução da questão da constituição da realidade psíquica e sua relação com o Real.

O que interessa demarcar neste ponto é que o caráter imaginário é tomado como constitutivo de qualquer representação do mundo. A causa que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo reside na própria constituição da realidade psíquica. Como afirma o autor,

"...para deixar em suspenso a linguagem da causa, convém formular a tese segundo a qual é a natureza imaginária desta relação que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda a ideologia (se não se viver na verdade desta)".

(pag. 81)

A partir desta tese há uma substituição da questão da causa da deformação imaginária das relações reais na ideologia por uma indagação a respeito da natureza imaginária da representação. Qual é a natureza deste imaginário?

O avanço realizado por Althusser com a tese sobre o objeto da ideologia relaciona-se com o reconhecimento do imaginário como o ângulo pelo qual se exerce na estrutura a determinação em última instância da base? Não seria esta uma maneira específica de pensar o que a tradição marxista designa sob os termos de autonomia relativa da superestrutura e ação de retorno da superestrutura sobre a base?

Embora a questão da representação exija um tratamento amplo no interior da teoria psicanalítica, importa, neste ponto, apontar que o uso do termo representação aí mobilizado, longe de implicar um processo de representação subjetiva de um objeto, indica antes o que do objeto vem se inscrever nos

sistemas mnésicos. Além disto, vale ressaltar que é sobre a representação que incide o recalçamento inconsciente. Estamos indicando a compatibilidade da noção de representação introduzida por Althusser com a teoria freudiana, na medida em que há aqui um rompimento com a noção de um sujeito psicológico enquanto fonte/autor das representações.

Uma vez admitida a tese da natureza imaginária da relação dos homens com suas condições reais de existência, enquanto fundamento da deformação imaginária presente em toda ideologia, como tratar da existência material desta? Segundo o autor,

"A tese presuntiva da existência não espiritual mas material das idéias ou outras representações, é-nos de fato necessária para avançar na análise da natureza da ideologia". (pag 84)

Trata-se de demonstrar que a relação imaginária é em si mesma dotada de existência material. Vimos anteriormente que para Pêcheux o discursivo se constitui como um dos elementos materiais do ideológico. A materialidade da representação imaginária deve então necessariamente ser derivada da linguagem.

A demonstração da materialidade da ideologia se faz pelo estudo do funcionamento da própria ideologia, que supõe um

sujeito cujos atos devem necessariamente se constituir em consonância com suas idéias e representações. Vale dizer, o funcionamento da ideologia é subsidiário da suposição de um sujeito consciente de si e de seus atos, mais ainda, de um sujeito cujos atos derivam de escolhas orientadas a partir de suas representações. Portanto, o sujeito consciente de si se torna a categoria fundamental para todo e qualquer funcionamento da ideologia. Entretanto, permanece a questão: que estrutura corresponde a este funcionamento?

Neste contexto a noção de práticas materiais ganha relêvo, na medida em que permite que a existência das representações se inscreva em atos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença, através de rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. Além disto, uma vez que os atos de um sujeito são significados no interior desta estrutura, evidencia-se que enquanto sujeito ele é agido pelo sistema.

É a partir desta análise que se pode afirmar que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia,

"... na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) "constituir" os indivíduos concretos em sujeitos." (pag. 94)

O funcionamento da ideologia é portanto concebido como responsável pela constituição de sujeitos. Mas de que sujeito se trata aqui, em relação ao sujeito de que trata a Psicanálise? É neste ponto que a questão da estrutura determinante do funcionamento ideológico se encontra com a questão básica da constituição de uma subjetividade, tal como elaborada pela teoria psicanalítica. O que indicamos aqui é que para construir uma teoria materialista da ideologia, mobilizando um sujeito que age em desconhecimento de sua causa real, Althusser teve que fazer apêlo a uma noção de sujeito dividido pela ação da linguagem, vale dizer, um sujeito afetado pelo inconsciente.

Notas

1. A edição brasileira do livro Les vérités de La Palice, publicado sob o título Semântica e Discurso, pela Editora da Unicamp em 1988, contém o referido anexo.

Capítulo 6. O acontecimento na estrutura

O texto *Discurso: estrutura ou acontecimento*, central para a reflexão que vimos desenvolvendo, foi apresentado na Conferência "Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições" na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, em julho de 1983, constituindo o último trabalho do autor.

Como o próprio título indica, visa refletir sobre um (aparente) impasse: como viabilizar um estudo teórico que, para além da reprodução de sentidos já-dados, referindo o discurso como estrutura, inclua a possibilidade de um sentido novo, virtualidade colocada em cena a cada vez que uma produção discursiva se dá? Vale dizer, como incluir na teoria a possibilidade de reviramento do sentido colocada em jogo pelo acontecimento? Como a teoria pode incluir o contingente, antes de sua transformação em necessário? Mais ainda, o que esta indagação significa, do ponto de vista da relação do discurso com a língua, a partir da centralidade no texto da questão do real da história?

Todas estas perguntas remetem, no nosso entendimento, ao questionamento do conceito de estrutura mobilizado por uma teoria que visa tratar o real no seu estatuto de contingência.

O ponto que consideramos crucial no entendimento que se pode construir deste texto refere-se, portanto, à pergunta que marca o título. A que indagação esta pergunta vem se colocar como resposta? Neste sentido, importa destacar a proliferação de questionamentos que o texto possibilita, como a fazer trabalhar um ponto de impossível que o atravessa, demonstrando a tese que se trata de enunciar, qual seja, a qualificação da análise do discurso como disciplina de interpretação.

O correlato desta tese é a necessária inclusão do sujeito, desta vez especificamente qualificado enquanto sujeito do desejo inconsciente, que fora duplamente foracluído no percurso da análise do discurso. Quanto a este ponto Malidier (90) comenta que, com a proposta na década de 60 de um dispositivo de leitura não-subjetiva, este movimento de foraclusão se realiza tanto no plano dos corpora estudados que analisavam posições de sujeitos, efeitos-sujeito, quanto no plano do sujeito/leitor/analista apagado por detrás do gesto "científico".

A questão implicada na caracterização da análise do discurso como disciplina de interpretação, além de por si só constituir um forte motivo para se criticar a proposta de um dispositivo de leitura, o que já vinha se realizando por Pêcheux através da caracterização crítica do dispositivo como "prótese" de leitura, impõe a consideração de uma questão ética para o analista de discurso. A última frase do texto resume de forma essencial o que apontamos aqui:

"Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade." (pag. 57)

Não podemos deixar de reconhecer aí o ponto em que o pensamento teórico, encontrando os seus limites, vale dizer suas aporias, re-encontra o sujeito que fora foracluído do pensamento. Assim como nos paradoxos da lógica, não se trata aqui da presença de um real que impõe o reconhecimento de uma cena outra de determinação simbólica?

Este aspecto é de importância, na medida em que se faz necessário identificar a diferença entre a consideração da tese do inconsciente, da sobredeterminação simbólica dos fenômenos

psíquicos, no nível de um saber teórico dado, e aquilo a que Pêcheux parece se referir quando utiliza o termo *ética*, vale dizer, a necessária incidência deste saber sobre a relação entre a produção simbólica e a palavra de um sujeito.

Retomando o fio do preço a pagar pela ousadia de tentar pensar por si próprio, o autor reconhece explicitamente a precariedade da identificação simbólica na construção de um saber teórico novo. Não é gratuita a referência aos nomes próprios:

"A evocação de alguns nomes próprios (Saussure, Wittgenstein, Althusser, Foucault, Lacan...) ou a menção a campos do real (a história, a língua, o inconsciente...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho..." (pag. 18)

Para além de uma filiação simbólica identificatória, trata-se para o teórico de uma exigência de produção de um discurso sustentado em nome próprio. Isto não equivale ao reconhecimento do fato da identificação simbólica não se constituir como resolução da questão do sujeito do desejo, implicando a presença de um resto que, não cessando de não se escrever, inaugura a possibilidade de uma outra palavra, vale dizer, do desenvolvimento de um estilo?

O texto parte da constatação de um antes e um depois do reconhecimento, no interior do marxismo, da castração simbólica. Antes, o velho teórico marxista supunha poder construir tudo por si próprio. Na atualidade, "procura casar-se, contrair relações extra-conjugais". Entretanto, no projeto da Análise do Discurso a articulação com outras disciplinas se dá de forma diferenciada, conforme apontamos anteriormente, dependendo da crença que sustenta esta união. É a própria maneira de conceber e qualificar a alteridade/heterogeneidade que fica colocada em jogo aqui.

Temos indicado que é possível destacar no percurso da Análise do Discurso variações quanto ao fantasma da articulação entre disciplinas, embora a proposta mesma desta abordagem tenha historicamente nascido no berço do reconhecimento da necessidade de referência ao Outro. Neste sentido, o texto que ora analisamos testemunha o efeito de vários deslocamentos e aprofundamentos que se operaram na última fase da Análise do Discurso, embora não tenhamos nos guiado pela identificação de fases proposta por alguns autores, entre eles Malidier (90) e o próprio Pêcheux (83), na escolha dos trabalhos estudados.

O valor do texto Discurso: estrutura ou acontecimento ultrapassa porém o fato de testemunhar deslocamentos que vinham já se operando no interior das análises e construções

teóricas, residindo no apontamento de uma direção que exige a reformulação do conceito mesmo de estrutura, bem como a necessidade de pensar, como consequência, as relações entre língua e discurso. Mais ainda, é de uma língua afetada por um real, impossível de se escrever, vale dizer, de ser simbolizado, que se trata. A questão que o texto insistentemente destaca, aquela do real próprio à uma disciplina de interpretação, só pode ser colocada a partir do reconhecimento de um real próprio da língua, uma vez que o estudo do simbólico só se realiza através dos instrumentos de que o próprio simbólico dispõe.

O texto sugere três caminhos possíveis na abordagem do tema em questão, a saber:

- 1) um estudo que privilegia o acontecimento, definido-o como o encontro de uma atualidade e de uma memória, e o estatuto das discursividades que o trabalham;
- 2) uma abordagem centrada na questão filosófica a respeito de uma ciência da estrutura;
- 3) um estudo da relação entre a análise como descrição e como interpretação.

Identificando dificuldades na adoção exclusiva de qualquer um destes caminhos, e reconhecendo a necessidade de abordar os três pontos de vista aí destacados, o autor opta por construir sua abordagem entrecruzando os caminhos, para tratar do essencial da questão. Tal escolha é justificada pela recusa da crença em "uma" via régia que levasse ao fundamental do que é posto em jogo aqui. Conforme comenta o autor,

"Considerando essa via como um mito religioso, prefiro me esforçar em avançar entrecruzando os três caminhos que acabo de evocar (o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso), retocando cada um deles pela efetivação parcial dos outros dois." (pag. 19)

A partir de alguns elementos recortados do texto veremos que na parte 1, questionando o estatuto das discursividades que trabalham o acontecimento e produzem objetos discursivos dessemelhantes, Pêcheux levanta o problema do real do objeto quando se trata do discurso. Na parte 2, definindo a categoria de real (impossível ... que seja de outro modo) e aplicando-a a regiões heterogêneas (diferentes disciplinas) o autor abandona o fantasma sistêmico e assume que a história é uma disciplina de interpretação. Na parte 3 a indagação vai se debruçar sobre

o real próprio destas disciplinas, onde se inclui a análise de discurso.

Para abordar o discurso pela via do acontecimento, Pêcheux desenvolve a análise de um enunciado ("Ganhamos") que repetido insistentemente como um "eco inesgotável" se apegava ao resultado das eleições francesas de 10 de maio de 1981.

A análise empreendida visa sublinhar a equivocidade do enunciado, constituída pela tensão entre transparência e opacidade, referidas quer ao plano de uma abordagem léxico-sintática, vale dizer, da estrutura do enunciado, quer ao jogo metafórico que estabelece uma matriz determinada de leitura. Neste contexto, o aspecto mais importante a ser discutido refere-se aos seguintes pontos:

- de que maneira se marca a metáfora em questão (jogo de futebol) e de que modo isto se articula com a estrutura do enunciado?

- o que é o acontecimento para a discursividade que o trabalha?

Parte-se da afirmação de que a discursividade trabalha o acontecimento em seu contexto de atualidade e no espaço de

memória que ele convoca. As diferentes maneiras pelas quais é falado constituem diferentes significações para o que refere ao mesmo fato. Entretanto, isto não implica afirmar que este independe do discurso, uma vez que não há realidade pré-discursiva; trata-se, entretanto, de demonstrar de que maneira o acontecimento é significado. Vale dizer, de que modo é domesticada, no interior dos sentidos já construídos, a descontinuidade que o real impõe, e o efeito em retorno deste real no campo dos sentidos. O que está em jogo aqui é a questão da sobredeterminação e da distinção entre real e realidade.

Pêcheux indica que o jogo metafórico em torno do enunciado em questão veio sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade. Mas, pode-se perguntar, o que é do domínio do equívoco? Se o acontecimento é tratado como aquilo que do real interroga e convoca significações, então não se pode pensá-lo como equívoco, uma vez que esta dimensão implica já a operação do simbólico. O estatuto da equivocidade não é efeito de um jogo metafórico específico, mas é constitutivo, como efeito, do funcionamento da linguagem. Neste caso, pode-se afirmar que a equivocidade é criada pela sobredeterminação. É apenas na consideração do acontecimento tomado já no plano do sentido que se justifica falar de sua equivocidade.

Este aspecto é importante na medida em que se relaciona com a questão do real em jogo nas disciplinas de interpretação. Mais ainda, implica destacar que enquanto tal o real é idêntico a si mesmo (os diferentes enunciados remetem ao mesmo fato) naquilo que constitui o que não cessa de não se escrever, e por isto convoca significações, sendo o seu comparecimento no campo do sentido configurado pela equivocidade (os enunciados não constroem as mesmas significações).

Isto é importante de ser destacado, na medida em que contribui para delinear as formas de comparecimento do real no campo do sentido, tomado este como a região configurada pela intersecção do simbólico e do imaginário. O que fica evidenciado neste ponto é a necessidade de diferenciar, conforme indicamos anteriormente, o real enquanto contingência e o real na vertente da impossibilidade. Supomos que esta distinção pode contribuir para elucidar alguns aspectos relativos à discussão do real de que tratam as disciplinas de interpretação.

A questão relativa ao que representa o acontecimento para as discursividades que o trabalham é de extrema importância, na medida em que condiciona o modo pelo qual a teoria trata do real. Este aspecto ganha especial interesse uma vez que representa o ponto central em torno do qual se decide de uma posição materialista ou não quanto ao discurso, vale dizer,

lugar em que se confirma ou não a tese materialista do primado do ser sobre o pensamento.

Embora a segunda parte do texto de Pêcheux inicie com a afirmação da independência do objeto face a qualquer discurso, nota-se, na abordagem do acontecimento na primeira parte, uma certa vacilação quanto ao seu estatuto. Examinemos de que forma é apresentado o acontecimento no texto.

O acontecimento ao qual se refere o enunciado "Ganhamos" é primeiramente apresentado através de sua localização precisa no tempo e no espaço: Paris, 10 de maio de 1981, 20 horas (hora local). Define-se por uma reação frente a uma imagem, simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da França: estupor, modalizado como de maravilhamento ou de terror.

Nesta primeira aproximação vemos, então, que se trata de algo que surpreende, algo improvável, e neste sentido, aquilo que vem romper com uma certa continuidade. Este elemento deve ficar enfatizado, uma vez que caracteriza de forma exemplar o de que se trata quando se fala de acontecimento. A reação de estupor marca bem o que o real, enquanto fato novo, produz. Do latim *stupore*, o termo indica: "estado mórbido em que, embora se ache desperta a consciência, o doente não reage à excitação alguma, mantendo-se imóvel na mesma posição; catatonia; qualquer

paralização repentina" (Dicionário Aurélio B. de Holanda). A imobilidade, ausência de palavra, está relacionada ao efeito de maravilhamento e terror, e se dá de forma repentina. O que interessa enfatizar aqui é este caráter de ruptura repentina com uma continuidade. O ponto de ruptura, real, presentifica o que não cessa de não se escrever, vale dizer, o furo. Entretanto, ao invés de tratá-lo como um furo no real, apontamos aqui que o furo é real. Voltaremos a esta questão posteriormente.

Importa salientar neste ponto que a reação de estupor se dá, apesar de todo um confronto discursivo sobre a denominação deste acontecimento improvável ter já se iniciado antes da data das eleições, indicando que algo no acontecimento escapou às redes de sentido já construídas. Algo resiste a ser simbolizado, a despeito das denominações variadas que trabalham o acontecimento.

Uma das maneiras de referir o que está em questão na descrição do acontecimento diz respeito à dimensão de opacidade e transparência. Evidentemente, este plano refere já ao campo do sentido, uma vez que é dele que se trata quanto a ser opaco ou transparente. O sentido dado a um acontecimento é que pode ser qualificado quer de transparente em oposição a opaco, quer de equívoco, ambíguo ou não. Do acontecimento, em sua dimensão

real, pode-se dizer apenas que produz ruptura, descontinuidade.

Dentre as diversas denominações do acontecimento, a metáfora do jogo de futebol se impõe e insere o resultado das eleições em uma matriz de sentido que supõe um universo logicamente estável e unívoco de significações. É neste sentido que podemos entender o que Pêcheux indica ao afirmar que o jogo metafórico em torno do enunciado "Ganhamos" veio sobre-determinar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade. Vale dizer, a equivocidade é enfatizada, e não determinada pelo jogo metafórico. Entretanto, o enunciado "Ganhamos", unívoco e transparente no universo futebolístico, se revela opaco e funciona como uma unidade equívoca, no dizer de Pêcheux. A materialidade léxico-sintática do enunciado, naquilo em que opacifica o sujeito do enunciado e deixa vazio o lugar do complemento, oferece os lugares por onde vaza o que transborda dos limites da metáfora, constituindo desta forma um objeto discursivo outro.

O autor finaliza a abordagem do acontecimento distinguindo entre objetos discursivos de talhe estável, definidos como largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito, e objetos discursivos cujo modo de existência depende da maneira como falamos deles e questiona se uns devem ser declarados mais "reais" que outros.

A questão teórica delineada com a análise do acontecimento refere-se ao estatuto das discursividades que o trabalham de modo a entrelaçar proposições de aparência logicamente estável e formulações equívocas. Pode-se disto concluir que o estatuto da discursividade decide do talhe do objeto discursivo? Em caso afirmativo, a que "real" o autor se refere?

Na segunda parte do texto, intitulada "Ciência, Estrutura e Escolástica", o autor define o real a partir da tese materialista do primado do ser sobre o pensamento, isto é, afirma que em certas circunstâncias há independência do objeto com relação a qualquer discurso feito a seu respeito. Afirmar que "há real" implica, para Pêcheux, admitir pontos de impossível que determinam aquilo que não pode não ser "assim". Daí a definição:

"O real é o impossível ... que seja de outro modo". (pag.29)

É importante destacarmos que esta definição qualifica o impossível com a noção de contingência, circunscrevendo o real como o impossível de dela escapar. Isto equivale a fazer coincidir o que é da ordem da impossibilidade com o que pertence ao plano da contingência? Este ponto deve ficar destacado, na medida em que a noção de estrutura mobilizada pela Psicanálise supõe a necessária distinção do real enquanto ocorrência,

referido à contingência e o real como o impossível de ser simbolizado, vale dizer, como causa do furo no simbólico.

Vale ressaltar que esta distinção é de natureza lógica, uma vez que a constatação da ocorrência do real como descontinuidade, ruptura, faz supor uma categoria que refira especificamente isto que não se escreve, vale dizer, uma categoria que escreva, no interior da estrutura, a impossibilidade como tal. Esta distinção pode ser útil na discussão que o autor pretende realizar a respeito do real próprio às disciplinas de interpretação, em oposição ao real da ciência galileana. Trata-se aqui de uma discussão a respeito do caráter homogêneo ou não do real. A própria colocação de tal questão indica, no nosso entendimento, que neste contexto o termo "real" refere o plano da contingência, isto é, das suas ocorrências modalizadas, uma vez que enquanto impossível o real não se qualifica, vale dizer, é sempre o mesmo. Entretanto, a mesmidade de sua não-inscrição é produtora de diferenciação, e isto só pode ocorrer no interior do simbólico.

No curso da discussão empreendida nesta segunda parte, o autor constrói uma distinção que opõe o real da ciência e o real das disciplinas de interpretação. Opera-se, primeiramente, uma separação das chamadas técnicas de adivinhação e de interpretação daquelas denominadas técnicas materiais e

"técnicas" de gestão social dos indivíduos, apontando que o funcionamento discursivo característico destas últimas supõe um universo logicamente estável, e um sujeito capaz de saber do que fala. A base da distinção parece se sustentar na presença de uma série de evidências lógico-práticas, de nível muito geral, quais sejam:

- um mesmo objeto X não pode ocupar simultaneamente dois lugares no espaço;
- um mesmo objeto não pode ter a propriedade P e simultaneamente ter a propriedade não-P;
- um mesmo acontecimento não pode simultaneamente acontecer e não acontecer.

O que se afirma, numa primeira aproximação da questão subjacente à distinção de universos discursivos, diz respeito à obediência às leis da lógica clássica: o princípio da não-contradição, o princípio do terceiro excluído e o princípio da identidade.

A aludida homogeneidade lógica, específica dos universos estabilizados, encontraria sua garantia na aplicação destes princípios, eliminando de seu campo a possibilidade de equívoca. Entretanto, o autor demonstra, pelo exame dos diferentes domínios do real recobertos pelos mesmos termos, que

tal homogeneidade é atravessada necessariamente por uma série de equívocos, o que implica ter que considerar a questão da homogeneidade lógica em um outro plano, isto é, referi-la ao nível de um funcionamento necessário, e portanto não aberto a uma escolha através de um ato de vontade de um suposto sujeito.

O que se aponta aqui é o caráter estrutural, constitutivo do funcionamento discursivo no plano de um jogo de bipolarização lógica de proposições. Os espaços estabilizados não se constituem numa imposição da vontade de um Outro nomeável no interior de um domínio ideológico, mas implicam os efeitos da linguagem na constituição da subjetividade. Neste sentido, poderíamos dizer que se trata do Outro enquanto lugar da linguagem. Afinal, reconhecer a necessidade de um mundo semanticamente "normal" atribuída a um sujeito "pragmático" não equivale a admitir o funcionamento dos processos psíquicos do pensamento segundo as leis que regem os processos secundários, tal como Freud os formulou? Mais ainda, não implica o reconhecimento de um plano em que o pensamento, inconsciente, funciona segundo modos que rompem as leis da lógica clássica, produzindo a equivocidade?

Correlativa da afirmação de que "há real", com a qual se inicia a discussão da segunda parte, o autor enuncia a tese de que

... "há "coisas a saber" (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou a evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual "ninguém pode ignorar a lei" porque este real é impiedoso". (pag. 35).

Estabelece-se, deste modo, uma relação entre o saber e o real, uma vez que as "coisas a saber" se destinam a fazer face às ameaças multiformes do real. Entretanto, se o real é impiedoso, vale dizer, não se subjugua, não se está afirmando o limite inerente ao próprio saber? Pois, qual poderia ser a lei do real, aquela que ninguém pode ignorar, senão o não cessar de se furtrar à simbolização? Neste sentido, podemos afirmar que não há práxis, isto é, tratamento do real pela via do simbólico, que seja bem sucedida. É por esta razão que se coloca incessantemente o fantasma de um saber que finalmente unificaria, em um universo homogêneo, todas as manifestações heteróclitas do real.

Quanto à promessa de tal ciência régia, Pêcheux identifica três momentos onde se materializou historicamente o fantasma de um saber a ela correspondente: a escolástica aristotélica, o positivismo e a ontologia marxista. A questão maior que o autor levanta neste ponto refere-se à relação desta última com o corte que define as duas primeiras, isto é, de que modo é possível sustentar, sobre o marxismo, que há uma ruptura análoga a que se fez da episteme aristotélica para a ciência galileana. Nas palavras do autor:

"A questão que coloco aqui é a de saber se Marx pode, ou não, ser considerado como o Galileu do "continente história". (pag. 38)

Face à pergunta a respeito de haver um impossível específico à história, "marcando estruturalmente o que constituiria o real", o autor responde negativamente, isto é, recusa que o advento do marxismo tenha constituído ruptura/descontinuidade epistemológica inequívoca.

A argumentação do autor pressupõe, deste modo, que a constituição do objeto na ciência galileana é correlativa da determinação de um impossível próprio à estrutura do real. Se só há ciência do contingente, como isto se articula com o impossível de que fala o autor? Estamos apontando a neces-

cidade de elaborar um conceito de estrutura que contemple estas articulações. Retornaremos a este ponto posteriormente, deixando apenas indicada a importância de caracterizarmos o que vem a ser a ciência galileana. A este respeito faz-se necessário remeter a discussão ao trabalho de Milner (91) sobre a teoria da ciência em Lacan, conforme foi apresentado no capítulo 1 da parte II.

Apesar da relevância da questão levantada por Fêcheux quanto ao estatuto problemático e precário da descontinuidade introduzida pelo marxismo, para a presente discussão importa apenas ressaltar que o autor afirma que o descompasso que se observa entre a teoria e a prática marxista se origina da suposição de que as "coisas a saber" que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural análogo à coerência conceptual-experimental galileana. A história não é, enfim, uma física, mas sim uma disciplina de interpretação.

O questionamento da noção de estrutura mobilizado pela ciência física quando se trata do estudo do real sócio-histórico conduz à necessidade de conceber o real próprio das chamadas disciplinas de interpretação. Entretanto, cabe perguntar em que plano se dão as diferenças supostas a uma divisão entre ciências físicas, sociais, humanas, etc...: ao real ou aos instrumentos para simbolizá-lo? Mais ainda, é possível conceber

um sem os outros? A que se refere a heterogeneidade implicada na nomeação de disciplinas de interpretação em contraposição às ciências que se utilizam do paradigma galileano? Estas e outras questões daí derivadas são objeto das reflexões de Pêcheux na terceira parte do texto, denominada "Ler, Escrever, Interpretar".

Neste segmento o autor tenta configurar, dentro do âmbito dos problemas teóricos e procedimentos da análise de discurso de tradição francesa, as questões mais relevantes quanto à relação entre a análise como descrição e a análise como interpretação. É dentro deste contexto que o autor retoma uma discussão sobre o estruturalismo, trabalhando as dificuldades advindas de sua re-inscrição no espaço unificado de uma lógica conceptual.

A reflexão parte da consideração do que constitui a especificidade de uma disciplina de interpretação quanto ao real que lhe é próprio, isto é, interroga sobre o estatuto do não-lógicamente estável no interior de uma teoria sobre o discurso. Uma das propostas mais relevantes para o tratamento destes problemas consiste no deslocamento que se opera com relação à questão do objeto das análises, apontando para a necessidade de escuta do cotidiano, o que o autor denomina de ordinário do sentido. Cabe que se indague sobre as razões que justificam este novo direcionamento, na medida em que implica consequências

decisivas quanto ao modo de conceber o sentido e o sujeito.

A questão mais importante que se coloca nesta terceira parte, e que condiciona o encaminhamento do resto do texto, diz respeito à distinção de um real próprio das disciplinas de interpretação. A maneira de abordá-lo exige que o não-llogicamente estável adquira um estatuto específico no interior da teoria, na medida em que não se identifica com um furo no real. Se não se trata de um defeito do real, impõe-se que se desenvolva uma noção de real que possa justamente incluir isto que não se deixa domesticar. Entretanto, se não se subjuga, como inclui-lo, senão pela via da escrita da impossibilidade de abarcá-lo? É a esta necessidade que responde a escrita lacaniana das modalidades lógicas.

Importa ressaltar que ao recusar-se pensar o não-llogicamente estável como simples defeito do real, imediatamente se impõe a necessidade de conceber um *"outro tipo de real"*, e evidentemente um outro tipo de saber a ele correspondente, que não se identificaria com a ordem das *"coisas a saber"* produzidas pelos procedimentos científicos. Para Pêcheux, trata-se de :

"...um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se

aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos." (pag. 43)

Diferentemente de como se colocava até aqui a questão da diferenciação do real, implicando a heterogeneidade dos campos do saber, a partir da distinção acima referida podemos conceber que Pêcheux apontava para um outro plano onde se colocaria uma diferenciação mais fundamental, vale dizer, entre o real de um saber possível estruturado e o impossível saber de um real estruturante. A heterogeneidade de que se trata é menos da ordem de uma multiplicidade de manifestações do que da constatação de um mesmo impossível (um furo real) que parasita qualquer manifestação, daí poder ser qualificada de heterogeneidade constitutiva².

Reencontramos neste ponto a distinção que anteriormente apresentamos sobre a vertente do real enquanto contingência, vale dizer ocorrência, e a dimensão de impossibilidade aí implicada. O que importa caracterizar neste momento é que estes planos estão intrinsecamente articulados, a ponto de podermos afirmar, com Milner (91), que o impossível constitui o núcleo real da contingência.

Pêcheux afirma que o estruturalismo, que se desenvolveu enquanto movimento na cena intelectual francesa na década de

60, constituiu uma tentativa anti-positivista de tratamento deste

"tipo de real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da história".

(pag. 44)

Este ponto é importante porque remete à discussão da relação entre o estruturalismo e a Psicanálise, na medida em que se pretende identificar o saber de que se trata quanto a este outro tipo de real à dimensão do inconsciente. Pois, de que outra maneira compreender a descrição de um saber que não se aprende, não se transmite e, no entanto, age, senão como o saber do inconsciente? Entretanto, as relações entre o estruturalismo e a Psicanálise são suficientemente problemáticas para que se assumam um projeto comum a ambos. O ponto de onde se originam as divergências reside no próprio estatuto da noção de estrutura mobilizado no interior de cada projeto, bem como da relação com a questão do sujeito.

Dois pontos devem ser ressaltados na discussão que Pêcheux realiza sobre o estruturalismo, na medida em que não apenas caracterizam de forma adequada este movimento, quanto podem ser tomados até mesmo como contraditórios: o reconhecimento da primazia do simbólico como constitutivo da

ordem humana e o que o autor denomina de narcisismo da estrutura. Se por um lado o estruturalismo foi eficaz na eliminação de um sujeito psicológico, em função da incidência radical de suas críticas à própria noção de um sujeito consciente do conhecimento, por outro, e não sem relação com este fato, entronizou no lugar aí deixado vazio a estrutura, conceito que, pelo menos no campo dos estudos da linguagem, não se articulou com qualquer efeito de subjetividade ou subjetivação, isto é, o conceito de estrutura não incluiu um sujeito por ela afetado. A estrutura, para os linguistas, é inconsciente, no sentido descritivo do termo usado por Freud, não sendo pensada como tendo qualquer efeito de constituição de uma ordem outra, o inconsciente, lido desta vez no sentido sistêmico indicado por Freud. Este aspecto é de importância crucial para a discussão sobre a análise como descrição e a análise como interpretação, e conseqüentemente para a possibilidade de se pensar o sentido além de mera reprodução de signos.

Conforme indicamos anteriormente, o conceito de estrutura na Psicanálise adquire caráter fundamentalmente diferente da referência dos estudos linguísticos, na medida em que a ordem da linguagem é pensada como condição para haver inconsciente, o que impõe a necessidade de construir uma noção de estrutura compatível com a inclusão de um sujeito do inconsciente dela derivado.

Com relação à questão da análise como descrição e como interpretação, vale ressaltar o que Pêcheux denominou de narcisismo teórico no âmbito do estruturalismo, que se marcou pela

"reinscrição de suas "leituras" no espaço unificado de uma lógica conceptual". (pag. 46)

Segundo o autor, este procedimento implicou no tratamento da interpretação pela via de uma sobre-interpretação estrutural, na qual a teoria se constituiu como uma meta-língua, dispositivo de tradução de enunciados vulgares em enunciados estruturais, no vigor de um modelo de equivalência interpretativa.

O que nos interessa particularmente neste ponto é refletir sobre as relações entre o narcisismo da estrutura e o modelo de equivalência interpretativa, na medida em que o autor propõe um projeto de trabalho sobre as materialidades discursivas de modo a romper com a pretensão de ciência régia, na qual invariavelmente recaem as análises estruturalistas marcadas pelo narcisismo teórico. Neste sentido podemos perguntar das condições que poderiam impedir o narcisismo da estrutura em relação com a questão de pensar a interpretação como mera tradução.

O que parece estar implicado aqui se refere ao limite da interpretação quando se utiliza um conceito de estrutura que não inclui o real, vale dizer, não contemple a possibilidade de construção de um reviramento no sentido, condenando as análises a uma reprodução de sentidos, na meta-língua da teoria, na suposição de haver tradutibilidade entre discursos.

A posição que Pêcheux parece adotar indica, por outro lado, a necessidade de se partir da impossibilidade de efetuar qualquer tradução de um discurso a outro, e isto se deve justamente à inclusão, na estrutura, do furo real, correlativa da referência a um sujeito do significante. É só porque há furo que pode se colocar a possibilidade de deslocamentos e equívocos, daí interpretações diversas. A estrutura não assume aqui o caráter de modelo do objeto. A proposta de Pêcheux é neste sentido amplamente compatível com a teorização lacaniana; mais ainda, segundo nosso entendimento, tal proposta só se sustenta caso se adote uma noção de estrutura tal como desenvolvida na teoria de Lacan, a partir de uma teoria do significante afetada pela hipótese do inconsciente.

Examinemos os principais pontos da proposta delineada por Pêcheux, na tentativa de esclarecer o estatuto aí reservado para a descrição e para a interpretação; mais ainda, na

perspectiva de compreender como o autor define cada uma das etapas e conseqüentemente os elementos que estão aí mobilizados. Vale lembrar que este projeto visa contemplar uma aproximação teórica entre as práticas da "análise da linguagem ordinária" e as práticas de "leitura" de arranjos discursivo-textuais, operando desta forma um deslocamento no objeto discursivo, na medida em que a primazia é dada ao ordinário do sentido. Como podemos conceber a importância deste ordinário, senão enquanto possibilidade de emergência de rupturas, descontinuidades, lapsos, falhas, antes ainda de se dar o seu necessário apagamento, esquecimento? Como não escutar nesta proposta o eco de uma Psicopatologia da vida cotidiana?

O projeto esboçado por Pêcheux se baseia na primazia dos gestos de descrição, que não deve se confundir com a interpretação, embora se interpenetrem. Dizer que se parte da descrição das materialidades discursivas implica o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se constrói, isto é, o real da língua. O autor remete ao texto "L'amour de la Langue" de Milner (78) para uma especificação do que se trata quanto ao real da língua, além de indicar que se refere ao simbólico no sentido de Jakobson e de Lacan. Estas são as coordenadas precisas que delimitam o conceito de língua mobilizado na teoria. Trata-se da língua enquanto afetada pelo inconsciente. Segundo o autor:

"Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan." (pag. 50)

Nesta abordagem, a língua, enquanto objeto da Linguística, se reveste de uma especificidade que pode ser delineada a partir da referência a uma certa concepção de simbólico. Vale notar que embora o estatuto da língua como base ou condição de existência permaneça inalterado ao longo das várias modificações na teoria, podemos identificar que, a partir de *La Langue Introuvable* (81) e definitivamente estabelecido no texto que ora analisamos, é no âmbito da própria concepção de língua que vão se operar deslocamentos significativos. Esta mudança deriva do reconhecimento do equívoco como fato estrutural, isto é, implica pensar a língua no registro do simbólico afetado pelo real. Daí a referência à concepção lacaniana do simbólico, que se destaca por implicar uma ordem parasitada pelo real, e nisto, não-fechada, incompleta, não-toda. Não se trata, para Pêcheux, apenas de admitir que na língua há equivocação como o lugar de abrandamento de um núcleo duro lógico, mas de operar com um conceito de língua que reconheça nos fatos do equívoco o real que lhe é próprio. Daí a possibilidade de referir a poesia.

Trata-se portanto de um fato estrutural implicado pelo simbólico. O efeito desta concepção para as análises é preciso, na medida em que circunscreve um lugar específico onde o trabalho se dá, vale dizer,

"...o ponto onde cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos mundos normais".

(pag. 51)

O discurso do cotidiano se insere no lugar onde este ponto se realiza.

Como consequência desta maneira de conceber a língua, o autor considera que o objeto da Linguística é atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços distintos: o das significações estáveis e o das transformações do sentido. Identifica ainda uma zona intermediária de processos discursivos, lugar de ação do jurídico, do administrativo, das convenções da vida cotidiana. Nesta região as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar, uma vez que dependendo das construções discursivas em que ocorrem podem ter uma propriedade e não tê-la.

O que importa salientar aqui é o fato do objeto da Linguística poder ser pensado como se presentificando de forma

diversa em função do discurso que o sustenta. Depreende-se daí que o logicamente estável se dá como efeito de um certo funcionamento discursivo onde há regras de leitura que eliminam a equivocidade. Entretanto, independente do objeto que se configura, a língua é votada ao equívoco, e uma vez que não há metalinguagem, as descrições necessariamente se abrem para esta dimensão do equívoco. Segundo o autor todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, lugar da interpretação. Deste modo, uma vez reconhecida a impossibilidade de uma meta-língua, a interpretação adquire necessariamente um estatuto específico, na medida em que deverá ser construída a cada vez. Não havendo tradutibilidade entre discursos, os gestos de descrição impõem a necessidade de uma interpretação. Este ponto é de extrema importância na medida em que configura o trabalho do analista de discurso implicado numa questão de responsabilidade, uma vez que a tarefa de interpretação o envolve em tomadas de posição.

"reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos, e não negados". (pag. 57)

A partir do reconhecimento da falência da identificação simbólica, entretanto urgentemente indispensável para que se dê qualquer enunciação, enquanto oferecendo uma resposta satisfatória à questão do desejo do Outro, resta ao intérprete

construir seu estilo, vale dizer, contar sua fantasia, ultrapassando-a.

Notas

1. Vale notar que a tradução brasileira deste texto, realizada por E. Orlandi (90), elide do título o ponto de interrogação que demarca o impasse ao qual referimos.
2. Vale mencionar que reencontramos neste ponto o excelente trabalho de J. Authier-Revuz quanto ao estatuto constitutivo, vale dizer, estrutural, por ela atribuído à heterogeneidade. Ver, por exemplo, Authier (1982), Authier-Revuz (1984 e 1989).

Considerações Finais

O objetivo principal deste segmento se resume em apresentar os elementos mais relevantes que pontuam a discussão até aqui realizada, de modo a retomar algumas questões levantadas e, quando possível, indicar alguns caminhos para respondê-las, ou melhor esclarecê-las.

Para construir uma abordagem à questão da qual partimos, qual seja, a referência da ideologia ao registro do inconsciente, mobilizando as noções de sujeito e de sentido, utilizou-se como eixo referencial da discussão o desenvolvimento de uma noção de estrutura que contemplasse a especificidade com que se revestem as noções acima citadas no interior da teoria psicanalítica elaborada por Lacan.

A escolha de tal estratégia se assentou na leitura do último texto de Pêcheux, *Discurso: estrutura ou acontecimento*, no qual identificamos a necessidade de depurar com maior precisão não apenas a noção de estrutura mobilizada por uma teoria do discurso, mas especialmente a indicação da referência à categoria de real por ela subsumida. Pois, se a Psicanálise é configurada no quadro epistemológico da Análise do Discurso na condição de atravessá-lo, por fornecer-lhe o suporte de uma teoria não-subjetiva da subjetividade, há que desenvolver uma reflexão sobre os efeitos da consideração da hipótese do inconsciente nos conceitos e noções mobilizados então pela

teoria. De outro modo estaríamos funcionando na suposição de que basta nomear e configurar na teoria um lugar para o inconsciente para que as articulações com o registro da ideologia e do discurso automaticamente estejam dadas. Fazer trabalhar a introdução da hipótese do inconsciente no que respeita especificamente às noções de sujeito, sentido e estrutura, constituiu o objetivo maior que orientou nossa reflexão.

A partir da leitura específica que Lacan realiza das quatro proposições categóricas da lógica, depreende-se uma forma de abordar os quatro lugares que compõem a estrutura. O necessário ($\exists x, \bar{\Phi}x$) refere a alteridade constitutiva de qualquer Um, definindo o Outro como lugar do simbólico, proposição cuja consequência é a afirmação de uma lei universal, delimitando o lugar do possível ($\forall x, \Phi x$) na estrutura. Estas duas fórmulas respondem por aquilo que é possível escrever de um domínio, demonstrando que para que um domínio, enquanto espaço delimitado e fechado se constitua, é necessário que pelo menos um esteja daí excluído, para que um todo possa ser afirmado. No domínio discursivo definido por estas duas categorias é possível distinguir não apenas o que no domínio é afirmado, mas também o que desta afirmação escapa, enquanto resto, porém interno ao domínio. Encontramos aqui não só a noção do Não-dito como fundante de um domínio discursivo,

porque impossível, quanto o plano daquilo que não é dito, porém pode sê-lo, o que pode ser aproximado, respectivamente, ao que Pêcheux teorizou como esquecimento número 1, devido ao recalque originário, e esquecimento número 2, zona do não-dito configurada pelo sistema pré-consciente/consciente da primeira tópica freudiana.

A ciência trabalha, porém, com o contingente, objeto que pode ser infinitamente outro, campo do objeto no seu estatuto de real, impondo que a estrutura comporte um lugar que escreva a contingência, lugar de comparecimento do objeto que não pertence ao domínio, não se escreve e nega o caráter universal da lei. A escrita da categoria do contingente ($\bar{V}x, \Phi x$) refere o estatuto do Não-Todo implicado pela consideração do infinitamente outro, definindo, juntamente com o impossível ($\bar{\exists}x, \bar{\Phi}x$), a tese de que não há fora do Universo. Neste sentido, o universo do discurso tem necessariamente que ser pensado como sem limites. É a introdução da dimensão do real, enquanto impossível de se escrever, que fundamenta a tese sustentada pela ciência moderna sobre o caráter infinito do universo. No plano delineado pelas fórmulas que escrevem o contingente e a impossibilidade, estamos considerando aquilo que escapa absolutamente ao domínio discursivo, sendo porém interno ao Universo, pensado então como sem limites.

Importa indicar aqui a relevância da distinção operada por Loparic (91) e Vaudene (90) quanto aos conceitos de domínio e universo, à qual fazemos corresponder, respectivamente, a topologia de um espaço fechado (esfera) e de um espaço aberto, sem demarcação de fronteiras, onde o exterior e o interior se interpenetram. Vale indicar aqui a pertinência do trabalho de Loparic acima referido no que respeita a questão que ora discutimos, uma vez que a autora desenvolve uma semântica compatível com as fórmulas de Lacan, introduzindo no universo discursivo um elemento que não pertence ao domínio definido para a função. A especificidade de tal elemento reside na sua natureza linguística. Este fato impõe que necessariamente se articule a relação do significante com a dimensão do objeto que não se escreve, ficando assim delineada a implicação do real a partir do simbólico. Fica aqui indicada uma linha de pesquisa que consideramos amplamente profícua e com repercussões promissoras no campo da análise de discurso.

No escopo delineado pelas fórmulas da proposição do contingente e da impossibilidade vemos configurar-se o resto como aquilo que não recebe inscrição, bordando o vazio; tal situação é diferente daquela em que o resto se apresenta enquanto aquilo que poderia ser dito mas não o é. O que se aponta nesta dimensão é o caráter de indecidibilidade que vigora entre a contingência e a impossibilidade. A presença de um

elemento que não se escreve questiona o caráter denotativo do significante.

Afirmamos, em diferentes momentos do trabalho de reflexão que empreendemos, a importância ou oportunidade de mobilizarmos os conceitos de repetição e reprodução para referir de modo diverso a questão do que está em jogo na criação do novo e na reprodução de sentidos já-dados, do mesmo. Embora o conceito de repetição seja complexo e exija referências múltiplas na obra de Freud, demandando que vários conceitos recebam aí precisa determinação, utilizaremos a distinção que Lacan estabelece no Seminário 11 - Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise - de 1964, para indicar o de que se trata no apontamento que supomos aqui relevante.

Trata-se de mostrar duas dimensões implicadas na repetição. Para tanto, Lacan, retomando dois termos da Física aristotélica, define o encontro do real como tiquê, delimitando-o para além do autômaton, que refere o retorno, a volta dos signos. Se a insistência dos signos é comandada pelo princípio do prazer, então a tiquê vai justamente designar a dimensão da pulsão de morte posta em jogo no mais além instalado pelo simbólico. O que importa acentuar neste contexto se refere ao fato de que

"O que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz ...como por acaso."(pag 56)

Reencontramos aqui o plano de comparecimento do real enquanto produzindo descontinuidades, tropeços. O encontro do real, fazendo-se necessariamente faltoso, dado que o real é o impossível de se escrever enquanto tal, define uma dimensão de inassimilável, constituindo o trauma que a homeostase subjetivante deverá tamponar, enquanto comandada pelo princípio do prazer. O que nos interessa ressaltar desta distinção é a relação que se estabelece de um lado entre a repetição e o real e, de outro, a reprodução dos signos enquanto delimitada ao contexto de uma homeostase subjetivante, necessariamente subsidiária da ilusão subjetiva. A criação, produção de real a partir do simbólico, coloca em cena a dimensão da repetição do real, vale dizer, a mesma não-inscrição, referida desta vez à produção de novos significantes engendrando novos efeitos de sentido. O que fica apontado na repetição é a falta. Por outro lado, a reprodução refere o mesmo enquanto configurado em um sintoma, repetição de sentido. No caso da repetição, enquanto referida ao estatuto real, trata-se de uma insistência pela via simbólica, justo porque é impossível não fazê-lo, na produção de real. Entre a reprodução e a repetição, coloca-se a possibilidade de surgimento de um reviramento do sentido, produzindo diferentes imaginários.

Através da figuração do nó borromeano, definimos o efeito de sentido como a incidência do Imaginário no Simbólico, indicando que na intersecção destes dois registros, como de resto na de quaisquer dois outros, incide a presença do terceiro, sob a forma do elemento que ocupa o buraco central da figura do nó, nomeado como objeto a. No que respeita a função do sentido, tal lugar é configurado como a parte de não-senso que o parasita.

Embora a complexidade da questão do objeto na psicanálise exija um tratamento extenso e cuidadoso, dadas as múltiplas determinações aí em jogo, faz-se imprescindível remeter a discussão que até aqui desenvolvemos à especificidade deste conceito de difícil abordagem, uma vez que ele se constitui na referência determinante do que estivemos referindo como a função de resto.

Até 1959 o (a) designava, na teoria, o pequeno outro, o outro imaginário. A partir do Seminário 8, dedicado ao estudo do tema da Transferência, e especialmente nos dois seminários seguintes (sobre a identificação e a angústia), Lacan desenvolve uma abordagem ao conceito de forma a estabelecer as suas principais determinações. Enquanto objeto causa do desejo, o objeto a se caracteriza por ser parcial, pulsional e não-especular. O traço constitutivo deste objeto é o "nada",

referido em sua definição kantiana, vale dizer, um nada que seria o objeto de um conceito que fosse contraditório a si mesmo ($x \neq x$), o objeto, portanto, que não é idêntico a si mesmo, ausente do mundo especular da representação. Entretanto, é no Seminário de 1972-73 - Mais, ainda - que encontramos a aproximação mais interessante ao conceito, da qual destacamos as duas especificações seguintes:

- o objeto a refere o que supõe de vazio uma demanda, onde o vazio adquire o estatuto de objeto que parece passar de um registro a outro do nó;

- o objeto a é definido como a função de resto. Uma ambiguidade se presentifica aqui, na medida em que aponta quer a função de resto enquanto inatingível, quer como resíduo.

Dissemos anteriormente que a categoria do Outro recebe dupla referência na teoria de Lacan, o que ficou apontado pelos lugares do necessário e do contingente na estrutura, definindo, respectivamente, a vertente simbólica e real do Outro. O Outro, enquanto lugar, não se aguenta; implica necessariamente uma perda, em relação à qual funciona o objeto a .

A escrita $S(A)$ indica precisamente o fato de que ao Outro falta um significante que responderia à questão do

desejo. É justamente a esta falta no Outro que o sujeito está intimado a responder pela estruturação da fantasia ($\$ \diamond a$), a fim de sustentar sua condição desejante. Portanto, na abordagem da dimensão do não-senso é imperativo considerar aquilo que permanece como resto da operação de constituição do sujeito pela via da linguagem, vale dizer, o gozo.

A introdução da ordem do gozo neste contexto cria a diferença fundamental do tratamento dado ao simbólico pela psicanálise e a ciência da língua, pois refere o que acontece quando o campo do significante, do Outro, é perfurado pelo real do gozo, fazendo incluir no simbólico os efeitos do fato do gozo do corpo, substância pré-simbólica, apreender-se nas redes do significante: há resto. Ao ser recortado pelo significante o corpo submete-se à castração, sendo o gozo dele retirado. Não há acordo possível entre a ordem do significante e do gozo, do objeto a. O gozo é interditado ao falante, e por isto o gozo fálico é o gozo para ele possível.

A consequência mais importante a ser destacada desta reflexão é que há um limite para a interpelação do sujeito pelo Outro, pois se a identificação simbólica (através do significante Nome do Pai) constitui para um sujeito a possibilidade de referenciamento no simbólico, isto é precário como resposta à questão do desejo do Outro ($M\&e$). A fantasia, construída como

resposta à falta no Outro, tamponando sua inconsistência, constitui o contexto pelo qual se viabiliza perceber um mundo consistente e dotado de sentido. Há, entretanto, sempre um resto que dá margem ao desejo e torna o Outro inconsistente.

A partir da consideração dos pontos acima levantados, importa retirar consequências para o estudo da ideologia, sendo a mais relevante a necessária inclusão do núcleo real de não-senso que fundamenta todo efeito ideológico. Cabe aqui indicar, a este respeito, a importância do trabalho de Žižek (90) sobre a teoria das ideologias, na medida em que este autor denuncia a deficiência crucial das tentativas derivadas da teoria althusseriana da interpeção, naquilo que buscaram apreender a eficácia de uma ideologia exclusivamente através da consideração dos mecanismos de identificação imaginária e simbólica, sem levar em conta a dimensão do desejo e do gozo. Segundo o autor, ao método da análise discursiva da crítica da ideologia há que acrescentar um outro, aquele que visa articular como, além do campo da significação, mas interior ainda a este campo, a ideologia implica e produz um gozo pré-ideológico, estruturado na fantasia. Complementar a análise do discurso com a lógica do gozo constituiria a possibilidade de abordar de forma profícua os efeitos de sentido, quer na vertente de sua (re)produção como retorno de signos, quanto na referência ao núcleo de não-senso que como repetição real os

condiciona. A reflexão que desenvolvemos quanto à necessidade de operar com um conceito de estrutura que contemple a dupla vertente do Outro compatibiliza-se plenamente com a promissora proposta de Žizek.

Importa ainda indicar que uma das consequências da consideração do real, referido pela categoria da impossibilidade, consiste na oportunidade de inserir-se no interior da teoria a impossibilidade posta em jogo quanto aos planos do enunciado e da enunciação, vale dizer, a impossibilidade de o dito de dizer o dizer. Encontramos aqui a potencialidade da afirmação lacaniana: *Que se diga, fica esquecido atrás do que se diz, no que se ouve.*

A proposta teórica que se depreende das discussões que desenvolvemos no decorrer deste trabalho abre-se para teorizações de diversos campos de estudo que tematizam, de ângulos os mais variados, a questão fundamental do sentido e do sujeito da ideologia em suas articulações com o registro do inconsciente. Uma das mais promissoras reside na interlocução que pode ser estabelecida com a proposta de alguns historiadores que se alinham no que se denomina de Nova História. Citamos especialmente o trabalho de Nora (74) a respeito do retorno do fato, no qual é desenvolvida uma noção de acontecimento em tudo compatível com a dimensão de ruptura

de continuidade e de sentido implicada no conceito de real como contingência, na medida em que é pensado como um rasgão do tecido social que o próprio sistema tem por função tecer. A contingência inclui, assim, na estrutura, o lugar da história.

Referências Bibliográficas

- Althusser, L. (1964), "*Freud et Lacan*", La Nouvelle Critique, Paris, 161-162, pag. 88-108, 1964-65.
- Althusser, L. (1965), A favor de Marx, Rio de Janeiro, Zahar, 2ª edição, 1979.
- Althusser, L. (1970), Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- Althusser, L. (1972), "*Elementos de Autocrítica*" em Posições - 1, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- Althusser, L. (1976), "*Marx e Freud*" em W. J. Evangelista (1985) Louis Althusser- Freud e Lacan. Marx e Freud, Rio de Janeiro, Graal.
- Althusser, L. e Balibar, E. (1967) Lire le Capital, Paris, François Maspero, 1969-70.
- Authier, J. (1982), "*Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive, éléments pour une approche de l'autre dans le discours*", DELAVAL, nº 26, pag. 91-151, 1982.
- Authier-Revuz, J. (1984), "*Hétérogénéité(s) énonciative(s)*", Langages, nº 73, pag. 98-111, mars 1984.

- Authier-Revuz, J. (1989), "Hétérogénéités", Documents de Travail -
Centro Internazionale di semiotica e di Linguistica,
Università di Urbino, 180-181-182, pag. 45-58, marzo 1989.
- Badiou, A. (1967), "Le (re)commencement du matérialisme
dialectique", Critique, nº 240, mai 1967, pag.
- Benveniste, E. (1958), "Da Subjetividade na Linguagem" em Proble-
mas de Linguística Geral I, Campinas, Pontes, 1988.
- Bottomore, T. (director) (1983), Diccionario del Pensamiento
Marxista, Madrid, Editorial Tecnos, 1984.
- Boudon, R. (1974), Para que serve a noção de estrutura - ensaio
sobre a significação da noção de estrutura nas ciências
humanas, Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
- Caruso, P. (1966), Conversaciones con Lévi-Strauss, Foucault e
Lacan, Barcelona, Editorial Anagrama, 1972.
- Copi, I. M. (1974), Introdução à Lógica, São Paulo, Mestre Jou,
1974.

da Costa, N. (1983) "As lógicas não-clássicas", Revirão 3 - Revista da Prática Freudiana, Rio de Janeiro, Acoutra, 1986, pag. 104-110.

Dor, J. (1988), L'A-Scientificité de la Psychanalyse I - L'alienation de la psychanalyse, Paris, Editions Universitaires, 1988.

Evangelista, W. J. (1984), Louis Althusser-Freud e Lacan. Marx e Freud, Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1985.

Freud, S. (1896), *Carta a Fliess*, 6/12/1896,

Freud, S. (1900), *A Interpretação dos Sonhos*, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. V, Rio de Janeiro, Imago, 1975.

Freud, S. (1915), *O Inconsciente*, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud, vol. XIV, pag. 185-239, Rio de Janeiro, Imago, 1975.

Freud, S. (1921), *Psicologia de grupo e Análise do Ego*, Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, vol. XVIII, pag. 89-169, Rio de Janeiro, Imago, 1975.

Freud, S. (1938), "*Esboço de Psicanálise*", Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud, vol. XXIII, pag. 165-235, Rio de Janeiro, Imago, 1975.

Granon-Lafont, J. (1985), A topologia de Jacques Lacan, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

Green, A. (1967), "*La diachronie dans le freudisme*", Critique, nº 238, Mars 1967, pag. 358-385.

Henry, P. (1977), Le mauvais outil: langue, sujet et discours, Paris, Klincksieck, 1977.

Henry, P. (1990), "*Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969)" em F. Gadet e T. Hak (orgs.) (1990) Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas, Editora da Unicamp, 1990.*

Herbert, T. (1966), "*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale*", Cahiers pour l'analyse, nº 2, 1966, pag. 174-203.

- Herbert, T. (1968), "*Remarques pour une théorie générale des idéologies*", Cahiers pour l'analyse, nº 9 (1968), pag. 74-92.
- Juranville, A. (1984), Lacan e a Filosofia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.
- Kristeva, J. (1971), "*Du sujet en Linguistique*", Langages, nº 24, (1971), pag. 107-
- Lacan, J. (1948), "*L'agressivité en Psychanalyse*", Écrits, (pag. 101-124), Paris, Seuil, 1966.
- Lacan, J. (1953-54), O Seminário - livro 1. Os escritos técnicos de Freud, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
- Lacan, J. (1954-55), O Seminário - livro 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- Lacan, J. (1955-56), O Seminário - livro 3. As psicoses, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- Lacan, J. (1957), "*L'Instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud*", Écrits, (493-530), Paris, Seuil, 1966.

- Lacan, J. (1958), "*Observación sobre el informe de Daniel Lagache: "Psicoanálisis y estructura de la personalidad"*", em Escritos 2 (pag.627-664), Mexico, Siglo Veintiuno editores, 1988.
- Lacan, J. (1964), O Seminário - livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- Lacan, J. (1965), "*La Science et la Verité*", Écrits (pag.855-878) Paris, Seuil, 1966.
- Lacan, J. (1969-70), O Seminário - livro 17. O avesso da Psicanálise, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- Lacan, J. (1971-72), ...ou pire, texto mimeografado de versão transcrita não autorizada do Seminário livro 19.
- Lacan, J. (1972-73), O Seminário - livro 20. Mais, ainda, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- Lacan, J. (1974-75), RSL, texto mimeografado de versão transcrita não autorizada do Seminário livro 22.

- Lacan, J. (1974-75), "*El Seminario de Jacques Lacan RSI - texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, Ornicar?*, nº 3, 1981, pag. 9-35.
- Lacan, J. (1975), "*La tercera*", Jacques Lacan - Intervenciones y textos 2, Buenos Aires, Manantial, 1988.
- Laplanche, J. & Pontalis, J-B. (1967), Vocabulário de Psicanálise, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1986.
- Loparic, A. (1991), "*Les negations et les univers du discours*", Lacan avec les philosophes, Paris, Éditions Albin Michel, 1991.
- Maldidier, D. (1990), L'inquietude du discours, Paris, Éditions des Cendres, 1990.
- Masson, M. J. (1986) (ed.), A correspondência completa de S. Freud para W. Fliess 1887-1904, Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda.
- Miller, J-A. (1967) "*Action de la Structure*", Cahiers pour l'analyse, nº 9, pag.92-105.
- Milner, J-C. (1978), O amor da língua, Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

- Milner, J-C. (1982), Les Noms Indistincts, Paris, Seuil, 1983.
- Milner, J-C. (1982), "Heresies", Ornicar?, nº 25, pag. 39-48.
- Milner, J-C. (1991), "Lacan et la science moderne" em Lacan avec les philosophes, Paris, Albin Michel, 1991.
- Nora, P. (1974), "O retorno do fato" em História: Novos Problemas, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976.
- Orlandi, E. (1983), A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso, Campinas, Pontes, 2ª edição, 1987.
- Orlandi, E. (1990), Terra à Vista, São Paulo, Cortes/Editora da Unicamp, 1990.
- Pêcheux, M. (1969), "Análise Automática do Discurso" em F. Gadet e T. Hak (orgs.) (1990) Por uma análise Automática do Discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas, Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1971), "Langue, "langages" , discours", L'Humanité, 15/10/71, pag. 8.
- Pêcheux, M. (1975), Semântica e Discurso - uma crítica à

afirmação do óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

Pêcheux, M. (1975), Les vérités de la Palice, Paris, Maspero, 1975.

Pêcheux, M. (1975), "Introduction au n^o 37: Analyse du discours, langue et idéologies", Langages, n^o 37, 1975, pag.3-6.

Pêcheux, M. (1983), Discurso: estrutura ou acontecimento, Campinas, Pontes, 1990.

Pêcheux, M. (1983), "A Análise de Discurso: Três épocas (1983) em F. Gadet e T. Hak (orgs.) (1990) Por uma Análise Automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas, Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. Haroche, C. e Henry, P. (1971), "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langages, discours", Langages, n^o 24, 1971, pag.93-106.

Pêcheux, M. e Fuchs, C. (1975), "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse du discours", Langages, n^o 37, 1975, pag. 7-80.

Pêcheux, M. e Gadet, F. (1981) La Langue Introuvable, Paris, Maspero, 1981.

- Roudinesco, E. (1973), Un discours au réel. Tours, Mame, 1973.
- Safouan, M. (1968), Estruturalismo e Psicanálise. São Paulo, Cultrix, 1970.
- Skinner, B. F. (1957), Verbal Behavior. New Jersey, Prrentice-Hall, 1957.
- Vaudene, D. (1990), "*La question des fondements de l'informatique, tome 1: Situation de la Problématique, 1990; tome 2: Premiers Eléments d'une réponse, 1990*", Institut Blaise Pascal, LITP (Université de Paris VII) et thèse en cours, conforme citado em Lacan avec les Philosophes (1991), Paris, Editions Albin Michel, pag. 187.
- Zizek, S. (1990), Eles não sabem o que fazem - o sublime objeto da ideologia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.